

Janeiro de 2008 • Ano 5 • nº 39

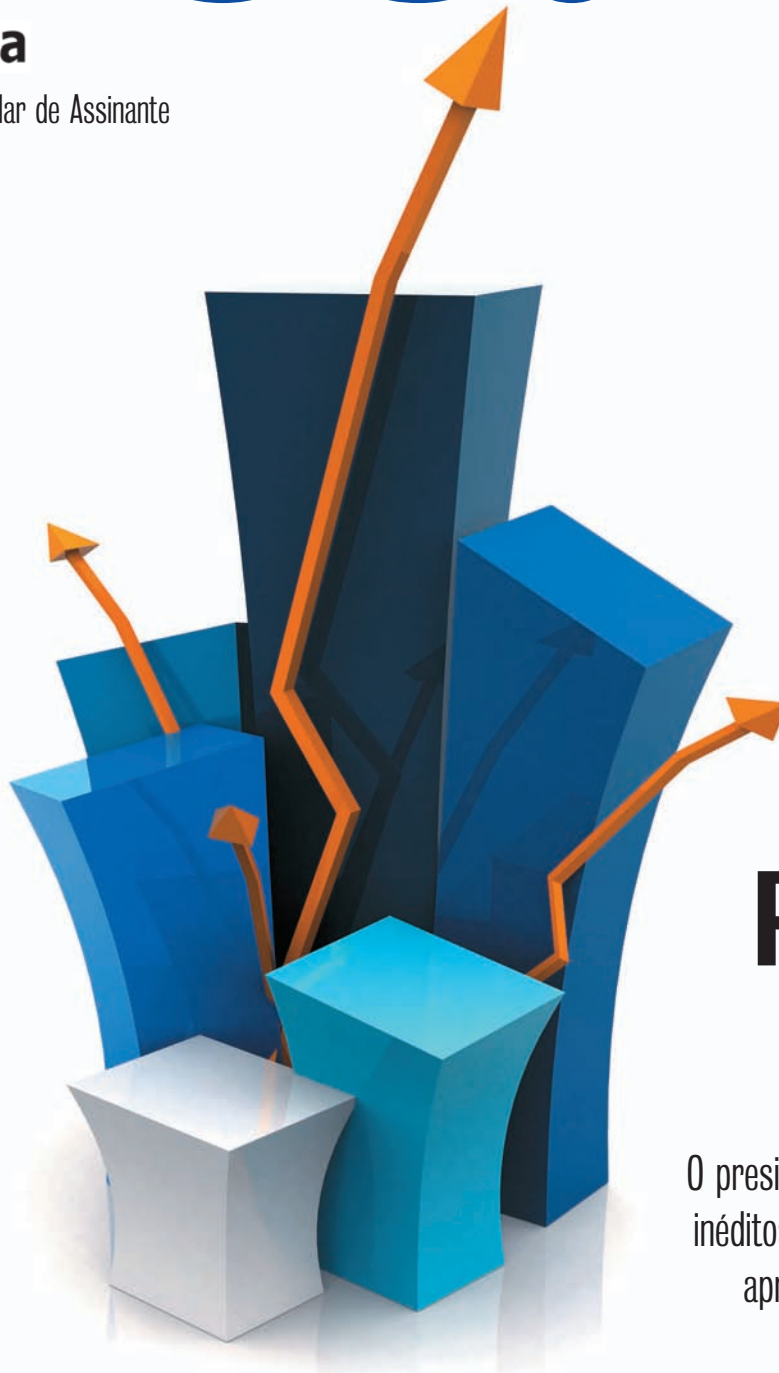
[www.desafios.ipea.gov.br](http://www.desafios.ipea.gov.br)

# desafios

**ipea**

**do desenvolvimento**

Exemplar de Assinante



## Perspectivas para 2008

O presidente e os diretores do Ipea, em textos inéditos, analisam os últimos acontecimentos e apresentam as perspectivas para este ano

### **Delfim Netto**

O papel do Estado é igualar oportunidades

### **PAC da Saúde**

A presença do BNDES é o elo que faltava

### **Melhores práticas**

Cidadãos fazem outra cidade em São Paulo, Rio e Ilhabela

# Carta ao leitor

As razões para o otimismo com relação a 2008 e quais são as ações prioritárias para o novo ano, na interpretação do presidente e dos diretores do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), estão na reportagem de capa desta edição da revista **Desafios do Desenvolvimento**.

A partir da página 16, o leitor encontrará diversos textos sobre as perspectivas para o novo ano, voltados a previsões macroeconômicas, como sobre a estabilidade de preços; a assuntos sociais, como educação, saúde, previdência social e transferência de renda; às questões regionais e urbanas; à cooperação internacional e relações com outros países; e à política industrial, inovação tecnológica e arranjos produtivos locais.

Esta edição traz também uma reportagem sobre o Relatório da Unctad divulgado ao final do ano, um documento que estimula os países em desenvolvimento a intensificarem um tipo de regionalismo que extrapola o conceito de vizinhança e aproxima países que têm interesses comuns, embora estejam geograficamente distantes, como os da América Latina, da África e da Ásia. Complementando essa reportagem, publicamos uma importante entrevista com o experiente diplomata e ex-ministro da Economia Rubens Ricupero.

A revista contém ainda uma extensa entrevista com outro ex-comandante da economia brasileira, o ex-ministro e ex-deputado Antonio Delfim Netto, que agora é um dos membros do novo Conselho de Orientação do Ipea. Ele fala sobre o papel do Estado na economia e discorre, com sua costumeira inteligência e tendência a provocar polêmica, sobre as diversas questões econômicas e sociais da atualidade.

Outra reportagem desta edição retrata a cooperação entre o Ministério da Saúde e o BNDES no sentido de fortalecer a base industrial no setor farmacêutico e detalha a estratégia de utilizar o poder de compra do governo para impulsionar a produção e o desenvolvimento das indústrias nacionais.

Um panorama das agências reguladoras em nosso país é delineado em mais uma reportagem desta edição. E, na parte dedicada às melhores práticas, esta edição mostra como as cidades de São Paulo, Ilhabela e Rio de Janeiro estão construindo movimentos de cidadãos para monitorar a gestão municipal e gerar meios para os eleitores cobrarem do próximo prefeito uma administração por resultados.

Boa leitura.

**Jorge Abrahão de Castro, diretor-geral**

Cartas ou mensagens eletrônicas devem ser enviadas para: [desafios@ipea.gov.br](mailto:desafios@ipea.gov.br)  
Diretoria de redação: SBS Quadra 01, Edifício BNDES, sala 906 - CEP 70076-900 - Brasília, DF  
Visite nosso endereço na internet: [www.desafios.ipea.gov.br](http://www.desafios.ipea.gov.br)

Governo Federal  
Ministro Extraordinário de Assuntos Estratégicos  
Roberto Mangabeira Unger  
Núcleo de Assuntos Estratégicos da Presidência  
da República

PRESIDENTE Marcio Pochmann

URL: <http://www.ipea.gov.br>

Ouvidoria: <http://www.ipea.gov.br/ouvidoria>

**desafios**  
do desenvolvimento  
[www.desafios.ipea.gov.br](http://www.desafios.ipea.gov.br)

DIRETOR-GERAL Jorge Abrahão de Castro  
ASSESSOR-CHEFE DE COMUNICAÇÃO Estanislau Maria  
COORDENADORA EDITORIAL Marina Nery  
COORDENADORA ADMINISTRATIVA Mary Cheng  
CONSELHO EDITORIAL André Gambier Campos,  
Estanislau Maria, Jorge Abrahão de Castro, Jorge Luiz  
de Souza, José Aparecido Carlos Ribeiro, Marina Nery,  
Mary Cheng, Ricardo Amorim e Roberto Müller Filho

#### Redação

EDITOR-CHEFE Roberto Müller Filho  
EDITOR-EXECUTIVO Jorge Luiz de Souza  
EDITORA DE ARTE Débora de Bem  
ASSISTENTE DE ARTE Cleber Estevam  
JORNALISTA RESPONSÁVEL Roberto Müller Filho

#### Colaboradores

TEXTO Claudia Izique,  
Ricardo Wegrzynowski  
e Yolanda Stein  
FOTOGRAFIA Paulo Brasil e José Paulo Lacerda  
ILUSTRAÇÃO Erika Onodera  
REVISÃO Mauro de Barros  
ILUSTRAÇÃO DA CAPA Stockpert

#### Cartas para a redação

SBS Quadra 01, Edifício BNDES, sala 906  
CEP 70076-900 - Brasília, DF  
[desafios@ipea.gov.br](mailto:desafios@ipea.gov.br)

#### Assinaturas

[assinaturadesafios@ipea.gov.br](mailto:assinaturadesafios@ipea.gov.br)  
(061) 3315-5251

#### Impressão

Cromos – Editora e Indústria Gráfica Ltda.

AS OPINIÕES EMITIDAS NESTA PUBLICAÇÃO SÃO DE EXCLUSIVA E DE INTEIRA RESPONSABILIDADE DOS AUTORES, NÃO EXPRESSANDO, NECESSARIAMENTE, O PONTO DE VISTA DO INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA).

É NECESSÁRIA A AUTORIZAÇÃO DOS EDITORES PARA A REPRODUÇÃO TOTAL OU PARCIAL DO CONTEÚDO DA REVISTA.

DESAFIOS (ISSN 1806-9363) É UMA PUBLICAÇÃO MENSAL DO IPEA, PRODUZIDA PELA SEGMENTO RM EDITORES LTDA.

#### segmento

SEGMENTO RM EDITORES LTDA.  
RUA CUNHA GAGO, 412 - 4º ANDAR - CJ. 43 - PINHEIROS - SÃO PAULO - SP  
CEP 05421-0011 - TEL. (11) 3094-8400

# desafios

## do desenvolvimento

### Sumário

- 8 Entrevista Antonio Delfim Netto**  
Ex-czar da economia diz que o papel do Estado é igualar oportunidades
- 16 Perspectivas 2008 promete avanços e preocupações**  
Presidente e diretores do Ipea apresentam reflexões sobre o novo ano
- 30 Integração A regionalização na globalização**  
Opção pela aproximação entre os países em desenvolvimento deverá prevalecer
- 40 PAC da Saúde O BNDES é o elo que faltava**  
Cooperação fortalece base industrial e desenvolvimento da indústria nacional
- 48 Agências reguladoras A regulação está na berlinda**  
Sistema regulatório sofre críticas de todos os lados e ainda não encontrou seu caminho
- 54 Melhores práticas Cidadãos fazem outra cidade**  
São Paulo, Rio e Ilhabela constroem indicadores para monitorar a gestão municipal

### Seções

- 6 Giro**
- 60 Circuito**
- 62 Estante**
- 64 Indicadores**
- 66 Cartas**

### Artigos

- 15 Guilherme Henrique Pereira**  
Discutir a extensão tecnológica
- 29 Alessandro Teixeira**  
Aumentar o comércio na AL e Caribe
- 39 Hélio Mattar**  
O meu, o seu, o nosso mundo

Foto: Shutterstock



16

Ilustração: Erika Onodera



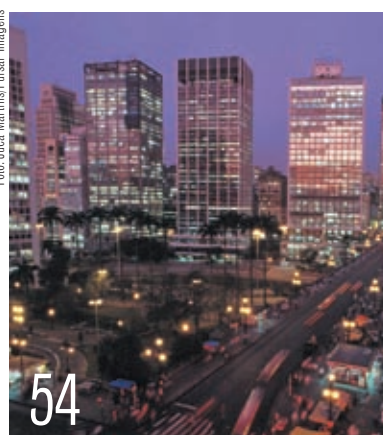
30

Foto: Sici.hu



40

Foto: Juca, Martins/Pulsar - Imagens



54

# GIRO

## Mão-de-obra

### Falta de qualificação ameaça competitividade

A qualidade da mão-de-obra brasileira se equipara à de países desenvolvidos, como a dos Estados Unidos ou da Alemanha, segundo estudo realizado por pesquisadores da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), do qual também participaram grupos da Universidade de São Paulo (USP) e da Universidade Estadual Paulista (Unesp). O problema é que o país apresenta forte escassez de trabalho qualificado, o que poderá induzir as multinacionais estrangeiras a transferir ou criar centros de pesquisa e desenvolvimento (P&D) em países como a Índia ou a China. O projeto Políticas de Desenvolvimento de Atividades Tecnológicas em Filiais Brasileiras e Multinacionais teve como objetivo identificar os principais entraves à atração de filiais de empresas estrangeiras e à realização de P&D no país. Na primeira fase, foram consultadas 88 companhias estrangeiras e 81,7% consideraram a escassez de mão-de-obra como fator crítico. Na segunda fase, entre as 47 empresas consultadas, 58,7% destacaram a falta de qualificação.

## Tradição cultural

### Culinária paulista revisitada

O livro *Delícias de Sinhá – História e receitas culinárias da segunda metade do século XIX e início do século XX* não é apenas mais um livro de receitas. É resultado de pesquisa realizada pelo Centro de Memória (CMU) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), que resgatou, a partir de antigos manuscritos, mais de 200 receitas tradicionais de doces da culinária paulista. Desse total, 82 foram testadas, aprovadas e publicadas em dezembro, muitas delas com seu texto original. Além dos segredos da cocada, do bolo da rainha, do biscoito inglês, entre outros, o livro inclui fotos das iguarias, descrições dos utensílios utilizados na preparação e serviços, da mobília e dos ambientes das casas dos barões do café da região de Campinas, no interior do Estado de São Paulo. A pesquisa foi iniciada em 2002 e teve como base cadernos de receitas doados por famílias tradicionais que permanecem sob a guarda da Área de Arquivos Históricos do CMU. Uma ressalva: as receitas não aceitam inovações tecnológicas. O beijo de clara, por exemplo, exige que as claras de ovos sejam batidas à mão, por três ou quatro horas. A receita não dá certo quando o esforço manual é substituído pelo de uma batedeira elétrica.

Foto: Olaf Hirschberg/zefa/Corbis/LatinStock

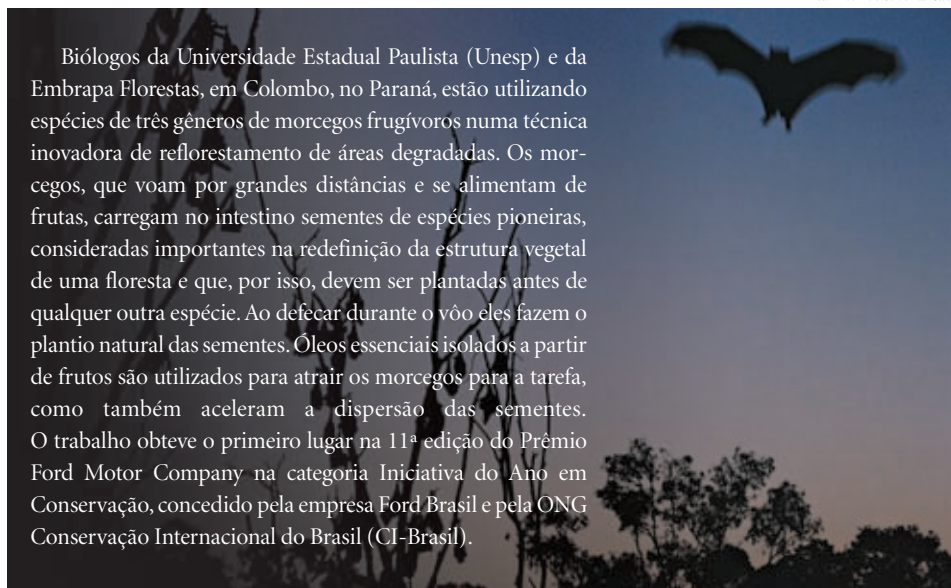


## Reflorestamento

### Morcegos semeiam em áreas degradadas

Foto: Theo Allnfs/Corbis/LatinStock

Biólogos da Universidade Estadual Paulista (Unesp) e da Embrapa Florestas, em Colombo, no Paraná, estão utilizando espécies de três gêneros de morcegos frugívoros numa técnica inovadora de reflorestamento de áreas degradadas. Os morcegos, que voam por grandes distâncias e se alimentam de frutas, carregam no intestino sementes de espécies pioneiras, consideradas importantes na redefinição da estrutura vegetal de uma floresta e que, por isso, devem ser plantadas antes de qualquer outra espécie. Ao defecar durante o voo eles fazem o plantio natural das sementes. Óleos essenciais isolados a partir de frutos são utilizados para atrair os morcegos para a tarefa, como também aceleram a dispersão das sementes. O trabalho obteve o primeiro lugar na 11ª edição do Prêmio Ford Motor Company na categoria Iniciativa do Ano em Conservação, concedido pela empresa Ford Brasil e pela ONG Conservação Internacional do Brasil (CI-Brasil).





## Universidade

### Esforço será premiado

Os pesquisadores que publicarem artigos científicos na *Nature* e na *Science*, duas das mais prestigiadas revistas científicas do planeta, poderão ser premiados pela Universidade Estadual Paulista (Unesp). Cada equipe receberá R\$ 15 mil por publicação, mas o dinheiro só poderá ser utilizado no custeio de participação em congressos ou na própria investigação. As unidades que tiverem maior número de publicações em revistas indexadas no Instituto for Scientific Information (ISI), banco de dados que reúne as principais publicações do mundo, e nos periódicos avaliados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) receberão R\$ 50 mil, que serão investidos na compra de equipamentos ou na modernização da infra-estrutura. Com 1.286 artigos publicados em 2006, a Unesp é a quarta universidade no *ranking* da produção de conhecimento científico no país, atrás da Universidade de São Paulo (USP), Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).



Foto: Stockspert

## Astronautas

### Nova viagem à Lua, via internet

A Nasa promete retomar suas missões à Lua, satélite terrestre que não é visitado por humanos desde 1972. O objetivo é revelar detalhes sobre a anatomia e histórias lunares e buscar informações sobre a formação de corpos rochosos no sistema solar. A missão Grail (da sigla em inglês de Gravity Recovery and Interior Laboratory) faz parte do programa Discovery. O custo estimado do projeto é de US\$ 375 milhões e o lançamento está previsto para 2011. Duas espaçonaves, lançadas do mesmo foguete, orbitarão a Lua por vários meses para medir o seu campo gravitacional. Cada satélite terá a bordo uma câmera conectada à internet. Essas informações transmitidas serão utilizadas pelos cientistas para conhecer o interior da Lua, da crosta ao núcleo. Mas também estarão acessíveis a estudantes e ao público em geral.



Foto: Szechu

## Povos indígenas

### Revitalização da língua e das artes

A Organização de Professores Indígenas Sateré-Mawé dos rios Andira e Waikupurapá (Opisma), no oeste do Amazonas, procura revitalizar a língua e as artes sateré-mawé, a segunda maior etnia da Amazônia, com cerca de 8,5 mil indivíduos. Com o apoio do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), ela desenvolve um projeto que tem como objetivo manter vivas as tradições do grupo. Transformaram anciãos – que ainda guardam na memória os conhecimentos tradicionais – em professores de três oficinas de arte em cerca

de 50 aldeias ao longo dos dois rios. Cada oficina oferece 12 vagas a crianças e adolescentes. Ali, os jovens têm aulas de confecção de rede e de tecelagem, aprendem a fazer cerâmica e ainda ouvem histórias mitológicas. Os objetos de arte, ao mesmo tempo que reafirmam a identidade, também oferecem aos jovens uma oportunidade de geração de renda. A iniciativa foi concebida durante o desenvolvimento de dois projetos de pesquisas: o de elaboração de uma gramática sateré-mawé e o de um dicionário sateré-mawé.

## Artigos científicos

### Goiás lança Portal de Periódicos Eletrônicos

A Universidade Federal de Goiás (UFG) lançou o Portal Periódicos Eletrônicos, com 17 revistas com resenha e texto sobre os resultados de pesquisas, além de cerca de 2 mil artigos científicos. O acesso, por meio de login e senha, é gratuito. O portal reúne 233 volumes publicados em português, inglês, francês e espanhol. A maior

parte é assinada por pesquisadores da própria universidade e abrange áreas como geografia, ciência animal, filosofia, biologia, enfermagem, farmácia e cultura. A iniciativa é da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação e tem como objetivo democratizar o acesso às pesquisas e qualificar as publicações de seus professores.

ENTREVISTA

Membro do novo Conselho de Orientação do Ipea expõe suas

# Antonio

Foto: Paulo Brasil

**O papel  
do Estado  
é igualar**

**oportunidades**



# Delfim Netto

## opiniões sobre questões econômicas e sociais da atualidade no Brasil e no mundo

Por **Jorge Luiz de Souza**, de São Paulo

“**G**overno faz discurso, quem faz o desenvolvimento é o empresário, o espírito animal do empresário. Foi isso que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva acordou. Estava dormindo. O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) teve esse mérito. O PAC na verdade pôs na mesa de volta o problema do crescimento”

**Desafios** - O que o aproxima do atual governo?

**Delfim** - Eu admiro a política do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O Lula teve uma intuição correta quando deu ênfase para melhorar a igualdade de oportunidade no Brasil. Para o mercado funcionar, ele tem que ter um mínimo de moralidade. E a moralidade no mercado vem da igualdade de oportunidade. É como uma corrida, e para que as coisas funcionem é preciso que todo mundo parta mais ou menos do mesmo ponto. Talvez seja o papel fundamental do Estado: igualizar as oportunidades. O governo Lula é a intuição do Lula. Só isso. Na verdade, é o único sujeito no Brasil que quando fala em pobre está falando seriamente. Todos nós somos cínicos...

**Desafios** - O senhor faz críticas à política econômica?

**Delfim** - A economia é uma ciência moral e está longe de ser uma ciência exata. Ser constituída de escolas já mostra que existem múltiplas visões no mundo. Uns crêem que o mercado seja capaz de produzir por si mesmo o equilíbrio, e outras, como é o meu ca-

so - nem sei o que eu sou, certamente eu diria que talvez seja um keynesiano de pé quebrado. O certo é que o funcionamento da economia depende de um Estado. O mercado exige algumas coisas importantes, a primeira delas é a propriedade privada. Ora, quem garante a propriedade privada? É o Estado. Quando eu vejo um sujeito dizer que “nunca houve uma interferência do Estado nos programas de industrialização bem-sucedidos do mundo”, acho isto uma tolice monumental, de uma ignorância histórica gigantesca. Nunca houve nenhum processo de desenvolvimento no mundo em que o Estado não estivesse atrás, até hoje. Só que de vez em quando está bem escondido.

**Desafios** - Mas a economia planificada não tem feito sucesso...

**Delfim** - Ninguém defende a economia planificada. A tolice daquela economia era querer planificação sem preço. A vantagem do mercado é que ele não foi inventado, ele foi descoberto. E o homem não descobriu ne-

nhum mecanismo mais eficaz do que o mercado para realizar o sistema produtivo. Produção é certamente um problema técnico. Distribuição, não, é um problema político. Adam Smith e Stuart Mill sabiam disto muito antes do que Karl Marx. O mercado é muito compatível com a liberdade, mas obviamente é um produtor de desigualdades. E para que as desigualdades sejam aceitas é preciso que elas partam do mesmo lugar. O homem é naturalmente diferente. Ninguém quer a igualdade no final, nós queremos a igualdade no começo. O resultado final é diferenciado mesmo. Mas essa diferenciação é aceitável porque eu parti do mesmo lugar, tinha duas pernas, e cansei antes do outro.

**Desafios** - O papel do Estado é regular o tiro de partida?

**Delfim** - É garantir minha posição no mundo, independentemente de onde eu nasci. Se nasci num lar de religião católica ou protestante, se eu sou branco ou preto ou amarelo, se nasci no Morumbi ou no Cambuci. Na verdade, isso não se consegue, é uma meta, é uma assíntota, que vai se aproximando dela à medida que suas políticas sociais são corretas.

**Desafios** - O exemplo aí inclui a si próprio?

**Delfim** - Eu sou um exemplo do ensino gratuito. Gastei 6 mil réis para fazer o curso inteiro na Universidade de São Paulo (USP). Passei no vestibular, comprei um selo para colocar no requerimento de matrícula na USP e lá eu recebi tudo: aula, papel, lápis, borracha, livros, professores, máquinas para calcular, o que precisasse. É um processo de igualização de oportunidades. É claro, era para um número restrito.

**Desafios** - Hoje ampliou um pouco mais do que naquela época.



## Do milagre à carreira política

Natural de São Paulo em 1928, com aniversário dia 1º de maio, o professor Antonio Delfim Netto foi criado no Cambuci, bairro de classe média baixa da capital paulista. É economista formado na Faculdade de Economia e Administração (FEA) da Universidade de São Paulo (USP), professor catedrático de Economia Brasileira e de Teoria do Desenvolvimento Econômico e professor emérito da FEA/USP.

Foi deputado federal pelo PPB-SP, eleito sucessivamente de 1986 a 2002. Candidato novamente em 2006, pelo PMDB, não se elegeu. Na Câmara dos Deputados, presidiu por duas legislaturas as comissões de Finanças e Tributação e uma vez a de Fiscalização Financeira e Controle. No seu último mandato, de 2002 a 2006, também foi titular da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio.

Segundo o político Delfim Netto, "no Congresso a gente aprende, primeiro, a nunca criticar o voto do outro. Cada um tem o seu voto, e é tão legítimo quanto o seu. Segundo, que não tem arrependimento. Uma vez votado, está votado, e ponto final. Então, cabe ao Executivo respeitar o Legislativo e aos dois, respeitar o Judiciário. É isso que faz uma nação".

Ele diz que o episódio da derrubada da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), em dezembro de 2007, foi "uma oportunidade extraordinária de demonstrar que nós realmente estamos em um processo de aperfeiçoamento das instituições políticas. Nós estamos construindo uma nação de verdade".

Delfim foi ministro da Fazenda de 1967 a 1974, período conhecido como do Milagre Brasileiro, quando a economia experimentou taxas de crescimento médio anual de 9%. Em seguida, foi embaixador do Brasil na França de 1975 a 1977, quando retornou ao país com o propósito de entrar na política, mas não teve êxito. Voltou ao Ministério em 1979, primeiramente na pasta da Agricultura e depois como chefe da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, onde ficou até 1985. Somente então, com a redemocratização, ingressou na política, elegendendo-se deputado federal.

Anteriormente, ocupou a Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo em 1966 e 1967, foi membro do Grupo de Planejamento do Governo do Estado de São Paulo e da Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguia e conselheiro do Conselho Nacional de Economia. Entre seus livros publicados estão vários títulos sobre problemas da economia brasileira. Atualmente, escreve colunas semanais para os jornais *Folha de S. Paulo* e *Valor Econômico* e para a revista *Carta Capital*. Seus artigos são também publicados regularmente em cerca de 70 periódicos em todo o país.

Foto: Paulo Brasil



**Delfim** - É claro, muito mais do que era, nem se compara. Mas o que eu digo é o seguinte: esses mecanismos de igualização são fundamentais porque eles é que dão moralidade para o mercado. Não adianta imaginar, nem Hugo Chávez nem Evo Morales são produtos do acidente e da vontade. O caso do Morales é típico. O plano de estabilização do Jeffrey Sachs em 1985 pôs a Bolívia em ordem, o que parecia impossível. O que eles tinham esquecido? O índio. Quando abriu a urna, o índio veio e falou. Então, quando se têm essas duas instituições funcionando juntas, o mercado e urna, se o mercado exagera numa direção, a urna corrige. Se exageramos o consumo no presente, teremos menos crescimento e menos consumo no futuro. Se exageramos no investimento no presente, tem-se provavelmente um sacrifício que não é aceito na urna. Essa é, na minha opinião, a virtude do Lula. A minha admiração tem origem no fato de que ele intuiu esta circunstância.

**Desafios** - A urna também contém distorções como o mercado?

**Delfim** - Não. O que é a distorção da

*Sou um exemplo do ensino gratuito, gastei 6 mil réis para fazer o curso inteiro na USP, em um processo de igualização de oportunidades, e que hoje é bem menos restrito*

urna? Quem é que mede a distorção da urna? A do mercado, eu sei. A mão invisível do mercado só funciona com a mão visível do Estado. Agora, a urna reflete os sentimentos das pessoas. O que falta para os economistas é colocar como modelo a urna. Ela é que permite que uma política virtuosa tenha continuidade. Mesmo que haja sucessão, como tem que haver mesmo, há uma continuidade das virtudes. Mas quando se tenta ser virtuoso demais, a urna vem, acha que não é, e muda.

**Desafios** - E como o senhor vê a Venezuela?

**Delfim** - É um caso típico de um psicopata que se apropriou de um país que antes dele foi apropriado por clep-



tomaníacos. Um psicopata que sucede cleptomaniacos é uma comédia de erros. A urna está corrigindo nos dois sentidos. Eu não sei por que as pessoas estão preocupadas. Vamos ver daqui a 25 anos um homem novo nascido na Venezuela.

**Desafios - E o Brasil?**

**Delfim -** O Brasil estava falido em 2002, faliu duas vezes entre 1995 e 2002. As exportações brasileiras cresceram a 3,8% ao ano e a dívida externa, a 6,6%. A trombada estava decidida. Abandonamos o setor exportador desde 1986, quando se congelou pela primeira vez o câmbio, e foi-se repetindo o congelamento. A energia necessária para produzir a capacidade de importação que se precisa para crescer foi dissipada por essas políticas erradas. É isto que fez o Brasil crescer pouco. Não tem nada que ver com a maioria dos argumentos que estão aí. O Brasil só deixa de crescer quando tem restrição externa ou então quando tem uma restrição de energia.

**Desafios - O atual crescimento é sustentável?**

**Delfim -** Em 2002, as pessoas que estavam indo embora do governo diziam que “não tem importância porque o Lula vai ser Lula o Breve”. Mas o mundo cresceu, o Brasil expandiu suas exportações, melhoraram os preços dos nossos produtos. Mas continuamos a ser 1,1% do comércio mundial, como já éramos em 1984. Corremos e ficamos no mesmo lugar. A China, em 1984, exportava como o Brasil e hoje é 9% do comércio mundial. Agora, tenho a convicção de que crescemos 5% em 2007 e vamos crescer 6% este ano. Eliminamos as duas restrições que abortam o crescimento: a vulnerabilidade externa e a falta de energia.

**Desafios - O que ainda está errado?**

**Delfim -** Acho que a política cambial, sem dúvida. Na política energética, lentamente estamos superando. O desenvolvimento é um estado de

espírito. Foi isto que o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) acendeu. O PAC já produziu o seu efeito, que foi acender o setor privado. Então, hoje eu não tenho nenhuma razão para acreditar que isso vai desaparecer.

**Desafios - Há risco de faltar dinheiro?**

**Delfim -** O investimento é que produz a poupança, e não o contrário. E a idéia de que se está atingindo o limite da capacidade é isso mesmo. Se não atingir o limite e não souber que tem demanda depois da capacidade, ninguém investe. Foi isso que manteve o Brasil parado por 25 anos, a política monetária que está aí por todo este tempo. Felizmente, hoje ela não tem a menor importância. O juro no consumo é tão alto que não tem nada a ver

com a Selic. Houve extensão de prazo porque as instituições melhoraram, há o crédito consignado, uma perspectiva de crescimento da economia, do emprego e do salário e, portanto, disposição maior de dar crédito. O efeito sobre o consumo de uma expansão de prazo é muito superior ao de uma redução de juros. O consumidor paga 4% de juros ao mês e a Selic está em 11,25% ao ano. Mexer na Selic não muda nada no consumo. A expansão de prazo está criando esse mercado.

**Desafios - Neste caso, a Selic elevada não faz mal?**

**Delfim -** O único mal que ela faz é para as finanças públicas. O investimento também não depende mais da Selic. Depende do quê? Da expectativa de demanda, que existe. Depende do

*O único mal que a Selic faz é para as finanças públicas. A capacidade do Banco Central de aportar o crescimento diminuiu consideravelmente. Podemos até esquecê-lo*

Foto: Paulo Brasil



Foto: Paulo Brasil



*Fui socialista fabiano quando era ingênuo, mas me libertei da gaiola lendo um livrinho simples, de George Stigler, quando aprendi o papel da teoria dos preços*

financiamento interno, que hoje é praticamente 60% a 70% dos investimentos. Do capital externo, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e do mercado de capitais. Nada disso tem nada a ver com a Selic. A capacidade do Banco Central (BC) de aportar o crescimento diminuiu consideravelmente. Podemos até esquecê-lo.

**Desafios** – O BC deve cuidar apenas da inflação?

**Delfim** – É a obrigação dele. O sistema de metas inflacionárias tem uma grande vantagem: obriga o governo a dizer qual é a inflação que ele quer. Uma vez dito, tem que deixar o Banco Central operar. Mas não há nenhuma perspectiva de aceleração da inflação por excesso de demanda. O investimento está realmente crescendo. Falta de poupança é um dos maiores equívocos que envolveram os economis-

tas. Durante 12 anos nós dizíamos que não podia haver superávit em contas correntes porque o Brasil não tinha poupança. De repente, apareceu a poupança em 2003. Agora nós somos exportadores de capital. Isto devia acender a luz na cabeça dessa gente de que isso era tudo falso, de que não crescíamos mesmo é pela má política posta em prática.

**Desafios** – Quais eram os equívocos?

**Delfim** – Era toda uma teoria equivocada. Nós fizemos um plano brilhante de estabilização. Quando se compara o Plano Real com o plano mexicano, o israelense e o argentino, vê-se que foi muito mais brilhante do que todos os outros. Mas, quando se olham as consequências, é o pior de todos eles. O Brasil manteve o câmbio a 20% em termos reais durante quatro anos. Não há nada no mundo que agüente.

Levou ao aumento da dívida interna. Não se fez esforço fiscal nos quatro primeiros anos do real, só se fez quando o país quebrou, recorreu ao Fundo, recebeu um empréstimo e um novo programa dizendo que era preciso produzir o superávit primário. E para isso a solução simples foi aumentar impostos.

**Desafios** – E hoje há um esforço fiscal?

**Delfim** – O governo tem se aproveitado de uma expansão extraordinária, mas tem gastado mais do que devia, e, na minha opinião, nem sempre na direção correta. Temos que introduzir um teto para as despesas de custeio, que seja inferior ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), de tal jeito que ao longo do tempo se possa ir fazendo duas coisas: reduzir com mais rapidez a relação de dívida/PIB e poder reduzir a carga tributária bruta. Este é o mecanismo pelo qual se vão diminuir as despesas com juros. Então, eu fiquei muito feliz de ver o presidente responder, em cima deste episódio da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF). A primeira coisa que ele disse foi o seguinte: “Não vou fazer besteira fiscal”.

**Desafios** – Seria o momento para uma reforma tributária?

**Delfim** – Eu tenho muitas dúvidas. O Brasil é um país federal. Todas as encrucas políticas e militares que este país sofreu tiveram que ver com problemas fiscais entre províncias, no Império, e entre estados, na República. Então, é preciso procurar um modelo federal para fazer a reforma tributária. E não adianta imaginar que os estados têm que ter confiança no governo. Eu, por exemplo, não tenho confiança no governo nem quando estou nele.

**Desafios** – O Brasil terá logo o grau de investimento?

**Delfim** – O simples crescimento é o fator mais importante para o país ir ao grau de investimento, porque o Brasil

tinha tudo para ir, só não tinha o crescimento. Vai continuar com o equilíbrio monetário, com o equilíbrio externo, mas com um crescimento mais robusto. Com o mundo indo melhor, as coisas são mais simples. Crescer 2% ao ano era produto de um equívoco que nós não vamos repetir. Mas uma coisa é evidente: o Brasil não pode viver com a atual agenda exportadora. Temos que voltar à agenda industrial exportadora que tivemos no passado. Somos diferenciados, e só se pode ser isto ampliando a exportação de manufaturados. Foi assim que o Brasil cresceu no passado, é assim que o mundo inteiro cresceu. O Brasil jogou fora a sua oportunidade. Em 1984 exportava para os Estados Unidos mais do que a China.

**Desafios** - Incentivar a exportação não é hoje inaplicável?

**Delfim** - Inaplicável para quem falta imaginação. Ou será que a China e todos os países fazem exatamente o que a Organização Mundial do Comércio (OMC) decide? E o Brasil está "assim" de imaginação, é só aproveitá-la. Temos todas as chances de nos transformarmos em um grande exportador de serviços. A Índia não tem condições tão mais favoráveis do que o Brasil. Podemos construir uma plataforma exportadora de serviços. O Brasil ficou preso à idéia de que o governo não tem nada a ver com isso e de que o mercado sozinho gera o crescimento. Não, o mercado sozinho gera esta patifaria que está aí. Em todo lugar do mundo, a mão invisível do governo é que é fundamental. O pior é ser dominado por um pensamento religioso de que não se deve fazer nada e esperar que o mercado faça tudo.

**Desafios** - Como superar os gargalos?

**Delfim** - Falta energia porque faz 25 anos que não pensamos em energia. Faltam estradas porque consumimos as estradas feitas quando pensávamos 25 anos à frente. O Brasil jogou fora o

pensar 25 anos à frente e está colhendo os efeitos. Felizmente, acordou. Recebemos de presente a superação da vulnerabilidade externa construída no governo Fernando Henrique Cardoso. Ninguém acreditava que o Brasil fosse sobreviver em 2003. O Brasil só deixou de crescer porque faz 25 anos que só faz besteira no câmbio. E agora está fazendo uma política desastrosa usando o câmbio oportunisticamente para combater a inflação.

**Desafios** - Mudar esta política provocaria inflação?

**Delfim** - Uma parte que nós pensamos que é a valorização do real é simplesmente o espelho da desvalorização do dólar. A única mudança estrutural do Brasil nos últimos anos é a auto-suficiência do petróleo. O excesso de va-

*Hoje se fazem concessões muito melhores do que no passado porque se obriga o concessionário a explicitar realmente o que ele quer; esta foi a grande mudança*

lorização é produzido pelo enorme diferencial entre o juro interno e o externo, e pelo mais eficiente sistema financeiro do mundo, fora os Estados Unidos e a Inglaterra. O sistema financeiro brasileiro é muito superior ao europeu, infinitamente superior ao asiático. Isto é que produziu esta supervalorização, mas é coisa de 10% a 12%. Quer dizer, se tudo estivesse correndo bem, o dólar deveria estar em R\$ 2,15 ou R\$ 2,10.

**Desafios** - Além de ajustar o câmbio, o que falta?

**Delfim** - Cada um de nós podia dizer que gostaria muito que tivesse isto ou aquilo, mas não existe forma de reduzir as despesas do governo a não ser

com um programa de redução. Não é um choque, é um processo, de fazer a despesa crescer menos do que o PIB. O fundamental é diminuir o nível de desigualdade. Isto significa o Bolsa Família, a ajuda à gestante, educação e saúde. Estas são as prioridades. E só se pode resolver esses problemas com crescimento. A população cresce a 1,3% ao ano e se a economia cresce a 2,4%, a renda *per capita* cresce a 1%, e dobra a cada 70 anos. Crescendo a 5%, e a população a 1,3%, a renda *per capita* cresce a 3,7% ao ano, dobra a cada 18 anos. O que precisava de três gerações agora precisa de uma geração. É isto que vai dar para as pessoas o entusiasmo que elas já tiveram, de que vai ter emprego, que o salário real vai crescer.

**Desafios** - Qual é o papel dos programas de transferência de renda?

**Delfim** - Vão diminuir a desigualdade de oportunidades. Agora, não se vai resolver o problema de distribuição de renda simplesmente com isso. Quer dizer, não tem simplesmente que dar suporte, que é necessário, para o mais fraco. É preciso dar a ele também as condições de se libertar do suporte que se está dando a ele. Por exemplo, o Bolsa Família é um instrumento extremamente importante porque ele satisfaz estas duas condições.

**Desafios** - O senhor na juventude foi socialista fabiano...

**Delfim** - Eu fui socialista fabiano quando era ingênuo, antes de ter lido o livro do George Stigler sobre a teoria dos preços. Eu me libertei da gaiola lendo um livrinho simples, quando aprendi o papel da teoria dos preços. Eu ainda tinha algumas veleidades quando entrei na USP. Depois, felizmente, eu entendi que tudo aquilo tinha um defeito fundamental, porque era incompatível com a liberdade, ainda que tudo o que eles diziam era só para serem livres. Na verdade, o mer-



cado é compatível com a liberdade, mas não é compatível com a igualdade, a não ser que se dê igualdade de oportunidade.

**Desafios** - O senhor disse mesmo que o bolo precisava crescer antes de distribuir?

**Delfim** - Eu, não! Só um sujeito que não tem noção das coisas poderia dizer. A única forma de primeiro crescer e depois distribuir o bolo era em um regime socialista. Em um regime como nós tínhamos, de economia de mercado, isso é impossível, por definição, porque senão o mercado não cresce. Aquilo foi uma frase de combate, de efeito. Esses idiotas deveriam aprender que o crescimento acelerado, mesmo com uma política que se preocupa com a distribuição de renda, tem uma tendência para aumentar a desigualdade, a distância entre as pessoas. Não é a desigualdade de oportunidades, mas a distância entre as pessoas. É o que está acontecendo e o que vai acontecer.

**Desafios** - Como atenuar isso?

**Delfim** - É por isso que os programas de correção devem ser focados cada vez melhor e continuados. Uma boa parte desses programas foi produzida porque o crescimento não aconteceu. Durante 25 anos o Brasil patinou, o desemprego ficou enorme. O crescimento que estamos vivendo é um novo momento. Desenvolvimento é um estado de espírito. Governo faz discurso, quem faz o desenvolvimento é o empresário, o espírito animal do empresário. Foi isso que o Lula acordou. Estava dormindo. O PAC teve esse mérito. O PAC na verdade pôs na mesa de volta o problema do crescimento.

**Desafios** - O principal papel então já está cumprido?

**Delfim** - Agora está cumprindo com maior eficiência. No momento em que o Estado transfere para o setor privado através de leilões adequados as tarefas de infra-estrutura, nós va-



Foto: Paulo Brasil

mos ter uma aceleração do crescimento. São Paulo está fazendo isso, Minas também, Bahia está entrando e vai ter emulação nos outros estados. O aumento dos investimentos em infra-estrutura eleva a produtividade do setor privado. É por isso que nós vamos crescer. O aumento de 1% no investimento do setor público em infra-estrutura produz em 18 ou 24 meses um aumento de 0,24% do PIB. O governo entendeu isso. Saíram os sete trechos de rodovias, a Norte-Sul, a Transnordestina, a hidrelétrica do rio Madeira e já irão sair todos os outros, São Paulo está com treze concessões para serem feitas. O Brasil acordou e tem recursos.

**Desafios** - Os leilões melhoraram?

**Delfim** - O governo descobriu que existem leilões capazes de eliminar a

assimetria de informação entre o poder concedente e o poder que recebe a concessão. Hoje, estão-se fazendo concessões muito melhores do que se fizeram no passado, em que se obriga o concessionário a explicitar realmente o que ele quer. Então, esta é que foi a grande mudança, na minha opinião, introduzida pela ministra Dilma Rousseff. Na verdade, a gente atribuía à ministra Dilma um certo viés ideológico - "ela não quer fazer a privatização, ela não quer fazer a concessão porque acha que é o Estado que deve fazer..." -, e hoje eu me rendo. Na verdade, ela estava realmente à procura de alguns mecanismos que eliminassem essas assimetrias de informação. Eles já existiam e ela chegou neles. E o governo chegou neles. Tanto é verdade que eles estão se estendendo para todos os outros governos. **ii**



# Discutir a extensão tecnológica



*Assim como a modernização da agricultura brasileira deve muito ao sistema de pesquisa e extensão estruturado pelos governos estaduais, com apoio federal, a extensão tecnológica no setor industrial tem uma função indispensável no desenvolvimento brasileiro*

A modernização da agricultura brasileira de médio e pequeno porte na segunda metade do século passado deve muito ao sistema de pesquisa e extensão estruturado pelos governos estaduais, com o importante apoio do governo federal. Já para os demais setores da economia, ainda não se observou uma ação semelhante no campo da extensão, em âmbito nacional, embora algumas iniciativas mereçam o reconhecimento e sirvam de exemplo.

Não se pretende justificar neste espaço a importância da inovação como elemento da dinâmica de crescimento das economias de mercado. Busca-se argumentar que a extensão tecnológica no setor industrial, em particular, tem uma função indispensável no desenvolvimento brasileiro. Também se toma como base a proposição de que o *locus* da inovação é a empresa que, no entanto, necessita ser estimulada pelo seu ambiente externo. O mercado, os cenários macroeconômicos e as políticas de fomento à inovação conformam este ambiente mais ou menos favorável, que é percebido bem mais rápido e com melhor precisão pelas empresas de maior porte.

Ao contrário, as pequenas empresas são mais lentas, ou menos capacitadas, para a percepção desses estímulos. A Pesquisa de Inovação Tecnológica (Pintec) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostra bem esta correlação positiva entre tamanho e taxa de inovação. A mesma pesquisa mostra também que 79,4% das empresas pesquisadas são pequenas, situadas na faixa de 10 a 49 empregados, e por tal peso têm ampla influência na tendência dos indicadores globais do processo de inovação nacional. Este segmento também tem baixo índice de acesso e cooperação com institutos de pesquisa e de conhecimento dos instrumentos da política governamental de fomento.

O Plano de Ação 2007-2010 – Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Nacional, lançado pelo governo, responde à problemática exposta pela Pintec com a proposição de ações que formam um conjunto amplo de instrumentos voltados diretamente para a pequena e média empresa. A capacitação de sócios-gerentes para a gestão do desenvolvimento tecnológico, o incentivo à absorção de pessoal qualificado em

projetos de pesquisa e desenvolvimento (P&D) na empresa, a difusão da cultura da inovação e o apoio à instalação de centros de P&D são os instrumentos complementares ao programa que visa estruturar o Sistema Brasileiro de Tecnologia (Sibratec), voltado para o objetivo de implementar a inovação neste segmento empresarial.

O Sibratec contribuirá para acelerar a mudança dessa realidade mediante o estímulo à implantação ou dinamização de ações mobilizadoras, ações de desenvolvimento de produtos e processos, articuladas com a formação empreendedora, ações de prestação de serviços tecnológicos e de extensão tecnológica, enquanto capacitação nas pequenas e médias empresas para a absorção de tecnologias. Os serviços serão organizados em três ações distintas, porém relacionadas, e funcionarão como estruturantes do sistema.

A primeira é o apoio ao desenvolvimento dos prestadores de serviços tecnológicos que realizam atividades de teste de produtos e calibração de instrumentos, visando à verificação da qualidade e conformidade às normas e regulamentos existentes. A segunda, o apoio ao desenvolvimento de centros de inovação – dinamizar ou implantar setor/atividade em cada instituto tecnológico voltado para o desenvolvimento de produtos ou processos, com forte viés de empreendedorismo. Estes centros terão como objetivo transformar conhecimentos em planos de negócios, quer os referentes ao surgimento de novas empresas, quer os referentes a novos produtos ou processos para empresas existentes.

Por fim, a extensão tecnológica estimulará a demanda por assistência especializada ao processo de inovação. Será um passo além do Serviço Brasileiro de Respostas Técnicas (SBRT), que trata de questões menos complexas. No essencial, consistirá na atuação de consultores especializados que realizarão o diagnóstico em cada pequena ou média empresa atendida, conforme plano de trabalho, propondo soluções para os problemas encontrados.

**Guilherme Henrique Pereira** é secretário de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT)

# 2008: mais e melhor

Por **Marcio Pochmann**

**M**uito o Brasil tem ainda a caminhar para reduzir suas enormes desigualdades sociais, combater a escandalosa concentração de renda em que vivemos e melhorar a qualidade e o acesso a bens e serviços públicos fundamentais, como saúde, educação e segurança.

Mas os investimentos públicos e privados vêm crescendo a taxas superiores à do PIB, e 2008 desponta como um ano de melhor desempenho que 2007, que viu nossa economia crescer 5,2%.

O lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), em março de 2007, representou um ponto de inflexão da política econômica do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Após o primeiro mandato, pôde-se incentivar a economia a crescer de forma acelerada, com o governo operando uma política fiscal de gastos em investimentos, sem aumento do déficit público, da relação dívida/Produto Interno Bruto (PIB) nem inflação. O PAC significou uma mudança positiva de postura do governo perante diversos aspectos da vida nacional, não somente econômicos. Boa parte dos investimentos foi contratada no ano passado e tende a deslanchar agora.

Esse crescimento, assim como em 2007, deve ser acompanhado do aumento do emprego formal, ampliando o as-

salariamento e as receitas previdenciárias. As políticas sociais atingiram significativamente populações mais pobres, com destaque para o Programa Bolsa Família, que chegou a mais de 11 milhões de famílias e já inicia 2008 com a boa notícia da ampliação da cobertura também para famílias com filhos de 16 e 17 anos.

Embora a questão do acesso à escola esteja quase resolvida, há muito que se avançar em termos da qualidade da educação no país, da infra-estrutura das escolas, da repetência e evasão escolar e, fundamentalmente, da valorização do professor. E 2008 trará dois marcos importantes: o início da implementação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e da Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), que incorpora a educação infantil e o ensino médio ao núcleo da política educacional e traz consigo a expectativa de ampliação de recursos; e o Plano de Desenvolvimento de Educação (PDE), que vai exigir união de esforços entre União, estados e municípios.

Na saúde, o desafio será considerável. A área encontra-se protegida pela vinculação de recursos determinada pela Emenda 29, mas o nível atual de investimentos (menos de 4% do PIB) coloca o Brasil abaixo da média internacional, que aponta que sistemas do porte do SUS exigem algo em torno de 6% do PIB.

O ano será, portanto, de gestão de crise, ainda mais agora sem os recursos que eram garantidos pela Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), extinta pelo Senado.

Na política industrial, vale destacar a continuidade de dois importantes instrumentos: o PAC e a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior – Fase II (Pitce-II). Esses instrumentos fazem parte do arcabouço de coordenação das ações estratégicas do governo e de empresas e são fundamentais para apoiar e consolidar a atual trajetória de crescimento sustentável, acelerado e inclusivo.

Outro aspecto importante diz respeito à perspectiva de adesão do país, neste ano, ao bloco da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que abriga as principais nações industrializadas. O Brasil deverá ainda consolidar sua posição de destaque nas relações Sul-Sul, que em 2008 seguramente serão amplificadas.

**Marcio Pochmann** é presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e professor licenciado do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)

Foto: Gustavo Fróner





Foto: Stockport

A economia brasileira entrou em trajetória de crescimento com qualidade,

Foto: Stockxpert



# O crescimento esperado

P O R J o ã o S i c s ú

**H**ouve durante o ano de 2007 um processo positivo de mudanças reais no país. Olhadas de forma isolada, as mudanças quase nada representaram. Observadas de forma comparativa com o passado recente, representaram quase que revoluções pacíficas e silenciosas.

O lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), em março de 2007, representou um ponto de inflexão da política econômica do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva relativamente aos anos de 2003 a 2006: entendeu-se, finalmente, após quatro anos de governo, que a economia pode crescer de forma acelerada se

o governo operar uma política fiscal de gastos em investimento – e que isto não provocaria aumento do déficit público, aumento da relação dívida/Produto Interno Bruto (PIB) ou inflação. O PAC significou uma mudança positiva de postura do governo perante diversos aspectos da vida nacional, não somente econômicos.



## muito investimento, pouca inflação e relativa organização das finanças públicas

Outros fatos positivos sucederam ao PAC. Rodovias federais foram concedidas para a administração do setor privado mediante pedágio que representará a quarta parte do que cobram as concessões feitas durante o governo de Fernando Henrique Cardoso. O Brasil realizou os Jogos Pan-americanos com sucesso organizativo e esportivo. O país entrou na era da TV digital, cujos conversores serão vendidos a preço baixo em um ou dois anos. Foi anunciado que a Copa de 2014 será no Brasil, o que emula o imaginário nacional desde já. A Petrobras anunciou que o país poderá se tornar na próxima década um dos dez maiores produtores de petróleo do mundo. E, ao longo do ano, percebia-se um forte crescimento econômico, queda drástica do desemprego, aumento do emprego com carteira, aumento do investimento e inflação sob controle.

Ademais, o crescimento do ano de 2007 foi diferenciado (em relação ao de 2000 ou de 2004), porque o investimento cresceu a uma taxa que é mais que o dobro da taxa de crescimento do PIB. Segundo espera o Grupo de Análise e Previsões do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), o PIB deve crescer 5,2% e o investimento, 12,3%, no ano de 2007. Espera-se, portanto, mais capacidade de oferta para os próximos anos, reduzindo o risco de inflação de demanda que caracteriza processos de retomada de trajetórias de crescimento acelerado. Muito mais investimento significa também que haverá mais infra-estrutura para escoar a produção – o que por sua vez é outro fator de redução de custos e aumento da produtividade –, o que joga mais oxigênio no processo permanente de estabilização dos preços. A leve aceleração da inflação registrada em 2007 pode ser explicada em grande parte pela alta dos preços dos alimentos advinda tanto da quebra de safra agrícola doméstica (e redução da área plantada para produção de alimentos) quanto da pressão externa decorrente da elevação da demanda por alimentos; ambos são eventos que tendem a desaparecer.

No plano internacional, contudo, a grande novidade foi que crises financeiras emergiram nos países avançados cujo desenlace ainda não é conhecido – podendo atingir em algum grau (talvez, significativo) a economia dos países em desenvolvimento, particularmente a brasileira. O estopim foi a incapacidade de as famílias americanas honrarem suas dívidas imobiliárias. E, como se sabe, a economia capitalista é uma série de ativos e passivos. O ativo de um é o passivo de outro. Portanto, a economia capitalista financeiramente globalizada pode ser vista como um conjunto internacional e interligado de balanços de famílias, empresas, bancos e governos.

Quando esta cadeia é rompida em algum elo, em algum país, a perturbação financeira é iniciada. Antes que os mercados, pelas suas forças internas, transformassem graves perturbações em crises mais agudas, os governos e bancos centrais americano, europeu e japonês tentaram reatar os elos perdidos da cadeia injetando recursos nas economias, reduzindo juros básicos e tabelando juros imobiliários para mutuários em dificuldade (tal como anunciou o presidente George W. Bush em novembro de 2007).

Foto: Eugênio Novaes



Diante dessa situação, de perdas por vezes consideráveis de instituições do sistema financeiro, e apesar da intervenção estatal, o volume de crédito tende a se reduzir, o que acarretará queda de demanda e redução do crescimento da economia americana, em particular. É exatamente o grau do efeito de redução do crédito sobre o circuito produção-consumo das economias avançadas, especialmente a economia americana, que poderá afetar o crescimento das economias em desenvolvimento. Um dos canais mais importantes dessa contaminação será a provável redução das exportações dos países em desenvolvimento – o que, no caso brasileiro, será crucial, já que o saldo em transações correntes esperado já é negativo para 2008, mesmo sendo considerado um cenário internacional positivo.

Outro canal de contaminação poderá ser através das expectativas geradas a partir de uma possível desvalorização do câmbio, em um cenário de redução do crescimento internacional e de um saldo negativo em transações correntes do balanço de pagamentos brasileiro, o que poderá provocar uma fuga de capitais. As consequências dessa fuga são conhecidas: inflação, desânimo empresarial, queda do investimento e aumento do desemprego.

A economia brasileira entrou em trajetória de crescimento com qualidade, isto é, com muito investimento, pouca inflação e relativa organização das finanças públicas. A caminhada por esta trajetória está, portanto, ameaçada pelo desempenho real e financeiro das economias avançadas e pelas dificuldades que ainda persistem de blindagem do balanço de pagamentos brasileiro, de forma especial a defesa de um saldo positivo em transações correntes.

**João Sicsú** é diretor de Estudos Macroeconômicos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)

Implantação do Sistema Único de Assistência Social pode enfrentar dificuldades para

# A problemática das políticas sociais

Por Jorge Abrahão de Castro

**A**s políticas sociais que permitem o enfrentamento dos problemas sociais no Brasil possuem como uma de suas precondições fundamentais a continuidade do crescimento econômico e principalmente a recuperação do mercado de trabalho. Em 2007, a taxa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) superou 5%, o investimento reagiu, com a Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) crescendo acima de 10%. O mercado de trabalho teve um ano bastante positivo: 2007 terminou com o desemprego próximo de 7%; o grau de formalidade superou 55%; e o rendimento médio do trabalhador cresceu quase 4%.

As expectativas permanecem positivas para 2008, com crescimento esperado em torno de 5% e inflação dentro da meta de 4,5%. Na medida em que se criem novos empregos de boa qualidade e a inflação continue em baixa, o rendimento real médio pode se elevar ligeiramente, o que contribui para expandir a massa salarial. Por outro lado, a retomada de investimentos em setores antes estagnados incrementa a demanda por trabalhadores qualificados. Não há certeza sobre a magnitude desta escassez de trabalhadores qualificados, mas o governo federal pretende ampliar as políticas e os gastos em qualificação profissional. Mas o desafio supera o âmbito da qualificação profissional, pois suas deficiências estão diretamente ligadas à educação básica.

Persistem ainda enormes desafios para a educação: embora a questão do acesso à escola esteja quase resolvida, há muito que se avançar em termos da qualidade do ensino, da infra-estrutura das escolas, da repetência e evasão escolar e, fundamentalmente, da valorização do professor, sem o que nenhuma das outras questões avançará. O ano de 2008 trará dois marcos importantes: o início da implementação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e da Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), que incorpora a educação infantil e o ensino médio ao núcleo da política educacional e traz consigo a expectativa de ampliação de recursos; e o Plano de Desenvolvimento de Educação (PDE), que vai exigir uma concertação de esforços entre União, estados e municípios em torno de ações que visam consolidar o que já se conquistou no acesso e avançar na qualidade do ensino em seus vários níveis.

Aliás, adquire cada vez mais relevância a necessidade de uma maior interação entre as políticas de cultura e educação: afinal, é na escola que são formados o gosto pelas artes e a valorização dos bens culturais e da produção artística. E o que se constata hoje é um grande descaso com essa formação, com a falta de professores de arte e com a ausência destes temas nos currículos escolares. Na mesma linha, uma melhor integração entre a escola e o esporte poderia também ser



Foto: Stockport

citada como desafio importante na construção da cidadania.

No âmbito da seguridade social, um dos fatores condicionantes mais relevantes para 2008 refere-se à não aprovação da arrecadação de tributos mediante a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF). Essa medida afetará direta ou indiretamente quase todas as áreas da política social, devido ao grande volume de recursos que o governo federal deixará de contar. Serão necessários ajustes, com revisão das metas pretendidas, provavelmente de modo tanto mais profundo naqueles setores cujo financiamento contava com importante participação desta contribuição.

Este é o caso da área de saúde, onde o desafio será considerável. Pois, se por um lado esta área encontra-se protegida pela vinculação de recursos determinada pela Emenda 29, por outro lado a frustração de novos aportes de recursos é um problema, uma vez que não é possível garantir a integralidade e universalidade do atendimento na área de saúde com o nível atual de recursos – menos de 4% do PIB, quando a comparação internacional mostra que sistemas do porte do Sistema Único de Saúde (SUS) exigem algo em torno de 6% do

## ampliar e reorganizar a proteção social se depender de forte aporte de recursos

PIB. A frustração de expectativas certamente tornará 2008 um ano de gestão de crise. Isto porque, mesmo que as ações sejam preservadas, os gargalos – sobretudo ligados à tabela de remuneração dos serviços, ao salário dos profissionais e ao atendimento hospitalar – não serão resolvidos, e todos os acréscimos à política, previstos no PAC da Saúde, deverão ser repensados.

Outra área diretamente afetada pela não-prorrogação da CPMF é a de assistência social. Embora o Programa Bolsa Família tenha se tornado uma marca do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, e, deste modo, espera-se que ele seja protegido de cortes, mas sua ampliação poderá não acontecer. Além disso, a implantação do Sistema Único de Assistência Social (Suas), que pretende ampliar e reorganizar os serviços de proteção social prestados por União, estados e municípios, pode enfrentar dificuldades se depender de forte aporte de recursos.

A Previdência Social também perde recursos com o fim da CPMF, mas, por outro lado, tem elevado a arrecadação da contribuição de trabalhadores e empregadores, graças ao crescimento econômico e grande formalização do emprego no mercado de trabalho. Alguns ajustes na gestão

também têm obtido impactos importantes. No âmbito específico da Previdência do Servidor Público, é necessário lembrar que a reforma da previdência votada no início do governo Lula, em 2003 – a Emenda 41 – ainda aguarda a devida regulamentação da legislação infraconstitucional.

Mas a grande questão para a Previdência em 2008 consiste na continuidade das discussões iniciadas no Fórum da Previdência: serão apresentadas propostas de alteração no sistema? Terão a amplitude de uma reforma propriamente dita, ou serão apenas alguns ajustes pontuais? E mais importante: o que será implementado de modo a ampliar não apenas a sustentabilidade fiscal da Previdência, mas principalmente aumentar a sua sustentabilidade social, ou seja, enfrentar o desafio da inclusão previdenciária dos hoje excluídos. Nesse sentido, apenas para ficar em alguns exemplos, devemos acompanhar com atenção especial os impactos do Plano Simplificado de Previdência Social, que facilitaria a inclusão de trabalhadores autônomos de baixa renda; e do Super-Simples, que pode implicar uma maior formalização na geração de empregos. Na mesma linha, aliás, encontra-se o debate sobre a desoneração da folha de pagamento.

Em relação a outras áreas acompanhadas pela Diretoria de Estudos Sociais, o quadro geral é de preocupação constante, pois os desafios sempre parecem estar muito além dos recursos materiais e institucionais envolvidos. Na área de segurança pública, há o receio de que o ajuste orçamentário que virá – após a não-prorrogação da CPMF – possa comprometer a implementação do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pro-nasci). Os repasses para a modernização e aparelhamento das polícias estaduais podem ser reduzidos, bem como os urgentes investimentos no sistema penitenciário – estima-se um déficit superior a 100 mil vagas para detentos. As áreas transversais, como as políticas para a promoção da igualdade de gênero e da igualdade racial também temem frustração de recursos,

pois, embora movimentem um volume pequeno de recursos orçamentários, não possuem em sua defesa atores sociais organizados com o mesmo poder de fogo de áreas como saúde e previdência, por exemplo. A grande novidade da política para 2008, o Pacto Nacional pelo Enfrentamento da Violência contra as Mulheres, também corre risco de ser prejudicada, caso haja cortes nas políticas e nos diversos PACs setoriais lançados. O Pacto representa um grande aporte novo de recursos e uma nova forma de gestão desta política – que é a mais consolidada dentre as que integram a área das políticas para as mulheres.

No que se refere ao desenvolvimento da agricultura familiar, as tensões permanecem. Os conflitos pela posse da terra vêm acumulando novos matizes, como a elevação do preço da terra, os impactos ambíguos do avanço do etanol e do biodiesel – e isto sem que os focos tradicionais de luta pela reforma agrária tenham sido equacionados. A despeito de avanços como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), por exemplo, os recursos para a reforma agrária têm diminuído, e este tema não mais consta entre as prioridades do próximo Plano Plurianual (PPA), em vigor no período 2008-2011.

Por fim, a perda dos recursos da CPMF pode significar restrições às políticas públicas. No entanto, um forte crescimento econômico pode representar um contraponto que permita a recomposição das contas públicas, além, é claro, de todos os efeitos encadeados de incremento no emprego e na renda. Apesar disso, espera-se que o atual governo continue a garantir a diminuição da desigualdade e promoção da segurança social de modo a garantir a manutenção e até a ampliação do atual sistema de proteção social brasileiro, que é um dos mais complexos entre os países em desenvolvimento.

**Jorge Abrahão de Castro** é diretor de Estudos Sociais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)

Foto: Divulgação/Ipea





A complexidade da questão regional brasileira exige uma atuação transescalar ou



# A questão regional e urbana na ordem do dia

Por Liana Maria da Frota Carleial

**N**o ano em que se comemora 20 anos da promulgação da Constituição Federal de 1988, é interessante refletir sobre as perspectivas da questão regional brasileira. Como sabemos, o artigo 3º da Constituição Federal instituiu a redução das desigualdades regionais como objetivo fundamental da República.

O Brasil é um dos países que têm uma bela e relativamente exitosa história de políticas regionais. Bela porque pautada e concebida a partir de lutas políticas im-

portantes de grupos sociais que não mais suportavam o atraso e o abandono aos quais estavam relegados as suas populações e seus territórios. Um exemplo deste processo é a análise clássica desenvolvida por Chico de Oliveira para historiar a constituição da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), em *Elegia para uma re(li)gião*, publicado pela Editora Paz e Terra, em 1977.

Relativamente exitosa, pois promoveu um processo de integração produtiva no país. Ou seja, temos uma estrutura pro-

ductiva cujos componentes estão distribuídos em diferentes partes do território nacional. Distribuídos sim, mas de forma desigual, é bem verdade! Assim, o país tem uma bela e relativamente exitosa história de políticas regionais, porém inconclusa.

Inconclusa, em primeiro lugar porque ainda é muito significativo o grau das desigualdades regionais brasileiras: a macrorregião Nordeste, por exemplo, em 2005, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), abrigava 28% da população, mas era responsável apenas



## multiescalar, pois as desigualdades maiores ou menores atravessam todas as escalas

Foto: Stocknet



por 13,3% do valor adicionado bruto do país, enquanto a macrorregião Sudeste abrigava 42% da população e participava com 56,6% deste valor. Em segundo lugar, porque a permanência deste grau de desequilíbrio regional é impeditiva da constituição efetiva da nação brasileira.

O esforço das políticas de desenvolvimento regional nos anos 1960-1980 esteve assentado num Estado promotor do desenvolvimento que construiu grandes agências de desenvolvimento regional. A Sudene e a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), de formuladoras de políticas de desenvolvimento transformaram-se em meras executoras de programas cuja chave central era a manipulação de incentivos fiscais que procuravam baratear a formação de capital, facilitar importações ou ainda reduzir a carga tributária. O país contou ainda com um conjunto de programas (Proterra, Polonordeste, Poloamazônia, Polocentro) que, associados às grandes

superintendências regionais, procuraram dinamizar as regiões mais pobres do país. O êxito, sabemos, foi relativo, mas a coordenação nacional das políticas regionais foi abandonada, o que tem se revelado um erro.

No cerne da questão está a crise dos anos 1980, que reduziu a capacidade de financiamento do desenvolvimento brasileiro. Contraditoriamente, porém, a consolidação do movimento de redemocratização da sociedade brasileira vai permitir um movimento de descentralização política e econômica em direção aos estados e municípios, guindados à posição de entes federados. O novo pacto federativo brasileiro vai encontrar regiões fortemente diferenciadas do ponto de vista econômico, produtivo, tecnológico, ambiental e social, engendrando capacidades distintas de reagir aos desafios colocados também pelas mudanças no cenário mundial: globalização, mudanças tecnológicas, maiores exigências de sustentabilidade ambiental, mudanças nas naturezas da firma e da concorrência e desregulamentação dos mercados.

Guerra fiscal, primado dos “localismos”, abandono da coordenação nacional de políticas regionais de desenvolvimento, abandono do planejamento e crença exagerada na inclusão “redentora” via globalização foram os elementos mais relevantes da resposta que regiões, estados, metrópoles e municípios conseguiram promover. Certamente, agravou-se a complexidade da questão regional brasileira, exigindo-se agora uma atuação transescalar ou multiescalar, pois as desigualdades maiores ou menores atravessam todas as escalas.

Universalmente, na análise regional, as escalas maiores, ou seja, as macrorregiões, tendem a revelar menos as diferenças; assim é que, no nosso caso, há uma tendência de aproximação entre as rendas das grandes regiões. Mesmo assim, a partir de qualquer indicador socioeconômico escolhido, renda *per capita*, Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) ou Produto Interno Bruto (PIB), é possível estabelecer um corte e definir Norte e Nordeste como

as macrorregiões mais atrasadas e mais pobres do país.

O ano de 2007 foi marcado por tendências muito positivas que apresentam certo potencial para a retomada de um processo mais acelerado de redução dessas desigualdades.

Em primeiro lugar, a economia brasileira teve um excelente desempenho, levando o PIB a crescer acima de 5%; ao lado disto, o comportamento dos investimentos foi também excepcional, crescendo acima de 10%, insinuando assim a possibilidade real de continuidade do crescimento econômico brasileiro.

Em segundo lugar, este crescimento foi acompanhado do aumento do emprego formal, ampliando o assalariamento e as receitas previdenciárias. As políticas sociais implementadas pelo governo federal e governos estaduais atingiram significativamente populações de regiões mais pobres, “azeitaram” as relações mercantis, multiplicaram esses efeitos e reduziram a pobreza nestes territórios, para além da capacidade que as rendas do trabalho teriam.

Em terceiro lugar, o governo brasileiro lançou o Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), composto por uma importante carteira de investimentos em infraestrutura, energia, portos, aeroportos, estradas, habitação, saneamento, ampliação da rede de esgotos, usinas hidrelétricas, recursos hídricos de distintas naturezas, incluindo a polêmica integração do rio São Francisco às bacias hidrográficas no Nordeste setentrional.

Este conjunto de ações atende a uma distribuição regional na alocação dos investimentos que, se realizada, vai trazer benefícios significativos às regiões mais empobrecidas. Os estudos de simulação desses impactos desenvolvidos pelo Cedeplar/UFMG indicam que, a médio prazo, ocorrerá um movimento de desconcentração regional. A curto prazo, porém, dadas as diferenças inter-regionais de estrutura produtiva, os efeitos mais imediatos se fazem mesmo nas regiões mais desenvolvidas e capazes de atender às demandas de

## O Brasil deverá consolidar sua posição de destaque pelo maior foco nas

serviços e bens que a carteira de investimento exige. Logo, o PAC pode vir a ser um alavancador efetivo do desenvolvimento regional brasileiro.

Em quarto lugar, há uma sintonia significativa entre os diferentes órgãos que planejam, oferecem os instrumentos e executam o desenvolvimento brasileiro em direção à necessidade de promover mais intensamente o desenvolvimento regional brasileiro.

Em outubro de 2007, o presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Luciano Coutinho, afirmou que o Nordeste é área prioritária para a atuação do banco. Em seguida, o BNDES criou uma Secretaria de Desenvolvimento Regional centrada no encaminhamento dos arranjos produtivos locais. Adicionalmente, o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal e o Banco do Nordeste do Brasil, instituições conhecidas por suas capilaridades, reforçam suas práticas e instrumentos de promoção do desenvolvimento regional. Há alguma sintonia com as importantes políticas agrícolas e agrárias em andamento, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e o Programa de Territórios em Desenvolvimento do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). O Ministério da Integração coordena a implementação de algumas ações do PAC e trabalha a partir do Plano Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), o qual distingue mesorregiões em diferentes graus de desenvolvimento no país. O Ministério das Cidades exige e acompanha planos diretores municipais e intensifica programas de regularização fundiária em importantes áreas urbanas brasileiras.

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), por sua vez, transformou a questão regional numa questão estratégica para cumprir o seu papel de pensar o desenvolvimento brasileiro a longo prazo. Isto significa que não são suficientes a macroeconomia que favoreça o crescimento, as políticas sociais redistributivas e a política setorial (industrial, agrícola,

infra-estrutura, etc.) para promover o desenvolvimento econômico de longo prazo. É imperativo que se enfrentem as exigências do desenvolvimento regional brasileiro. Para tanto, promoveu uma ampliação temática de sua diretoria de estudos regionais e urbanos, preparando-a para responder aos desafios colocados por tais questões.

De modo relativamente coeso, algumas unidades da federação reconhecem a necessidade de retomar o planejamento de seu desenvolvimento e constroem propostas, planos de desenvolvimento de médio e longo prazos, propondo ações para além da “guerra fiscal”. Este é o caso de Minas Gerais, Paraná, Pernambuco e Rio Grande do Norte, entre outros.

Finalmente, no âmbito da sociedade e das instituições, cresce a consciência da necessidade de construção de um outro pacto federativo assentado em novas bases. Só assim faz sentido uma reforma tributária que construa critérios mais consistentes de transferência de recursos para os diferentes entes da federação (diferenciando metrópoles e os demais municípios), amplie a estatura da esfera estadual e estabeleça com mais precisão

as condições de financiamento do desenvolvimento regional brasileiro. Do ângulo da renda pessoal, o desafio é garantir que essa reforma tributária seja capaz de desonerar as camadas populacionais de níveis de renda mais baixos, ampliando a justiça social, reduzindo a forte regressividade da tributação dos bens de primeira necessidade e liberando renda para consumo de outros bens e serviços.

Os desafios colocados para a questão regional e urbana brasileira residem em grande parte em como tornar maior a acessibilidade dos homens e mulheres que vivem em qualquer ponto do nosso território ao emprego, à renda, à terra, ao meio ambiente saudável, aos serviços públicos (especialmente educação e saúde) de boa qualidade, à mobilidade urbana, à habitação, à cultura e ao lazer. Esta possibilidade depende em grande medida da continuidade do crescimento econômico, mas não só.

Cumprir o terceiro artigo da Constituição Federal de 1988 exige que, além destes indícios positivos aqui relatados, o Brasil seja capaz de promover rupturas, criando novas oportunidades que transformem as estruturas produtivas regionais, e de instituir estratégias e instrumentos de intervenção adequados às diferentes escalas (estados, macrorregiões, metrópoles e municípios com diferentes graus de urbanização). Mas ainda não será suficiente! É também imperativo construir políticas de coesão territorial, evitando que municípios localizados em áreas de baixo dinamismo sejam fragmentados. Finalmente, é urgente integrar os diferentes instrumentos numa perspectiva e direção únicas sob uma coordenação nacional das ações de desenvolvimento regional. É, de fato, um enorme desafio.

**Liana Maria da Frota Carleial** é diretora de Estudos Regionais e Urbanos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)

Foto: José Paulo Lacerda



relações Sul-Sul, que em 2008 seguramente serão amplificadas

Foto: Images.com/Corbis/Latinstock



# A cooperação se intensificará

Por **Mário Lisboa Theodoro**

De outro lado, o Brasil terá reforçado seu papel de liderança no bloco dos países em desenvolvimento, sobretudo nas iniciativas de negociação de algumas agendas importantes como a questão ambiental, assim como a questão do comércio internacional. O país deverá, em 2008, manter-se como uma espécie de porta-voz privilegiado do bloco de países emergentes, na interlocução com o chamado Primeiro Mundo.

Outro aspecto importante diz respeito à perspectiva de adesão do país, em 2008, ao

bloco da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que abriga as principais nações industrializadas. A aproximação do Brasil com a OCDE vem se intensificando nos últimos anos e representa o reconhecimento, por parte daquela organização, de que o país tem ampliado sua importância no contexto internacional, reforçando, ainda uma vez mais, seu papel como grande interlocutor representante das nações emergentes ou em desenvolvimento.

**A**s expectativas para o Brasil em 2008 apontam, de uma maneira geral, para um cenário bastante positivo. O crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), em face de sua trajetória recente, parece ter se estabilizado em patamares acima de 5%. O desemprego em queda, o emprego formal apresentando sinais de grande aumento, a inflação sob controle, os juros em declínio, tudo isso delineia um panorama verdadeiramente auspicioso.

No que tange ao cenário internacional, os esforços no sentido da consolidação do Mercosul deverão ser intensificados em 2008. A incrementação de acordos e projetos de cooperação e desenvolvimento entre os países do subcontinente consolidará os vínculos econômicos e a integração regional.

Foto: Gustavo Fröner



O Brasil deverá ainda consolidar sua posição de destaque pelo maior foco nas relações Sul-Sul, que em 2008 seguramente serão amplificadas. A aproximação com países como a África do Sul, Índia, China, entre outros, faz parte de uma estratégia de ampliação das oportunidades de intercâmbio e de fortalecimento junto a nações que, ainda que não façam parte do rol das nações ditas mais ricas, têm crescente significância no contexto internacional. Em suma, 2008 deve consolidar a postura proativa do Brasil e sua crescente importância no contexto internacional.

**Mário Lisboa Theodoro** é diretor de Cooperação e Desenvolvimento do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)



## A continuidade do PAC e da Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior

**A** Diretoria de Estudos Setoriais tem concentrado seus esforços de pesquisa em atividades que são transversais às análises setoriais, como política industrial, inovação tecnológica, comércio exterior, investimento direto externo e arranjos produtivos locais. Análises setoriais são igualmente realizadas em campos como indústria, serviços, infra-estrutura e agropecuária. As abordagens são de corte problematizador, tendo como foco as condições e tendências da competitividade das empresas e do setor. Por exemplo, no caso da infra-estrutura, o foco é orientado para questões atinentes à política industrial específica, aos marcos regulatórios e às políticas de planejamento e estímulos a investimentos nesses setores, em particular no estabelecimento de Parcerias Público-Privadas (PPPs).

Dentre os inúmeros aspectos de política pública no decorrer de 2008, vale ressaltar a continuidade de dois importantes instrumentos de política industrial, a saber: o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior – Fase II (Pitce-II). Estes instrumentos fazem parte do arcabouço de coordenação das ações estratégicas do governo e de empresas e, por sua vez, são de fundamental importância para apoiar e consolidar a atual trajetória de crescimento sustentável, acelerado e inclusivo.

De fato, em 2007 a economia exibiu um amplo conjunto de indicadores econômicos positivos, apontando não apenas para a perspectiva de aceleração de seu crescimento econômico, mas também para a manutenção da inflação em níveis baixos. Dentre os principais indicadores do crescimento sustentável vale destacar que o Produto Interno Bruto (PIB) do país cresceu 4,4% no primeiro trimestre de 2007 (diante do mesmo trimestre de 2006) e 5,4% no



# A chave do desenvolvimento sustentável



## é fundamental para consolidar o crescimento sustentável, acelerado e inclusivo

Foto: Construction Photography/Corbis/Latinstock



### P O R M a r c i o W o h l e r s d e A l m e i d a

segundo trimestre de 2007 (frente a igual período de 2006) e o investimento, no conceito de Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), nos mesmos intervalos, cresceu, respectivamente, 7,3% e 13,8% – dados extraídos do estudo Visão do Desenvolvimento nº 43, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Os valores apurados no cálculo do investimento fazem parte de uma importante amostra dos setores privado e público e seu total alcança R\$ 1,21 trilhão para o conjunto do período 2008-2011. Desse total, 37%

correspondem à indústria, incluindo petróleo, extrativa mineral e indústria de transformação (a indústria de transformação representa 13,4% do total desse investimento); 19%, à infra-estrutura; e 44%, à construção residencial.

O estudo do BNDES acima referido também chama a atenção de que o investimento vem crescendo à frente do PIB não apenas nos dois primeiros trimestres de 2007, mas por 13 trimestres consecutivos. A confirmação dessa tendência, em que o investimento cresce à frente do PIB, significa uma impor-

tante contribuição do setor produtivo para a consistência macroeconômica de longo prazo do país. Ou seja, há espaço para a economia brasileira aproveitar seu grande potencial de expansão, incorporando maior valor agregado às suas exportações e deixando para trás os surtos de crescimento de curto prazo (tipo “vão de galinha”).

Entretanto, o ajuste a um ciclo de longo prazo não prescinde de instrumentos e mecanismos de coordenação entre as esferas pública e privada, representados pelo planejamento, regulação e

## Promover o conhecimento e inovação da estrutura produtiva e de serviços é a chave

financiamento adequados para induzir e expandir os investimentos. Dentre esses mecanismos, como foi ressaltado no início desta nota, encontram-se o PAC e a Pitce-II.

Lançado no início de 2007, o PAC envolve recursos orçados em R\$ 503,9 bilhões para todo o período 2007-2010. Constitui importante instrumento para aumentar o investimento público em infra-estrutura, incentivar o investimento privado e remover obstáculos burocráticos, administrativos, normativos, jurídicos e legislativos ao crescimento. As medidas do programa estão organizadas em cinco blocos: (i) investimento em infra-estrutura; (ii) estímulo ao crédito e ao financiamento; (iii) melhora do ambiente de investimento; (iv) desoneração e aperfeiçoamento do sistema tributário; e (v) medidas fiscais de longo prazo. Seus fundamentos econômicos estão baseados na estabilidade monetária, responsabilidade fiscal e baixa vulnerabilidade externa.

A Pitce fase I foi lançada ao final de 2003, estabelecendo uma estratégia de desenvolvimento produtivo em que foram definidas as diretrizes para elevar a competitividade industrial do país. Seu foco foi centrado na inovação de setores intensivos em tecnologia e na expansão acelerada das exportações.

Na prática, a Pitce representa a recuperação da capacidade de formulação e coordenação do Estado, onde novas instituições foram constituídas, a exemplo da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI), e instrumentos como os fóruns de competitividade foram reativados.

Conforme tem sido anunciada por diversas fontes governamentais, a fase II da Pitce pretende aumentar a potência da política industrial, adequando-se ao novo ciclo de desenvolvimento em que o investimento e a inovação são de fundamental importância para a sustentação de longo prazo desse processo. Espera-se

o lançamento oficial da nova fase no início de 2008 e, dentre as várias novidades, já foi antecipado que os benefícios a serem concedidos ao setor privado deverão contar com temporalidade limitada e estar associados às respectivas contrapartidas.

A ampliação da taxa de investimentos do País significa não apenas o aumento da capacidade produtiva, mas também novos investimentos em modernização e mais recursos para as distintas áreas de pesquisa e desenvolvimento (P&D). Dado que o foco hoje está na transformação da base produtiva rumo a um maior valor agregado, introduzindo conhecimentos que permitam a melhoria de qualidade, a inovação e diferenciação de produto, espera-se que o novo ciclo de desenvolvimento amplie a taxa de inovação da economia brasileira. Essa taxa atualmente situa-se em torno de 33%, valor bastante inferior ao verificado em economias desenvolvidas, como a alemã, em que esse índice é de cerca de 60%.

A busca de padrões produtivos capazes de promover o desenvolvimento sustentável, de fato, requer não apenas

elevadas taxas de investimento, mas também uma adequada reconfiguração institucional capaz de conceber e efetivar uma agenda de desenvolvimento voltada para o longo prazo. As instituições – bancos de desenvolvimento, agências, aparato regulatório, formas de cooperação entre firmas e centros de pesquisa – foram concebidas para um tipo de desenvolvimento dos anos 1950/1970, quando o foco era a construção de fábricas.

Não obstante os importantes avanços (PAC e Pitce), há que se reconhecer que as instituições estão pouco preparadas para lidar com temas tão diversos como software, marcas, internacionalização de ativos e influência na divisão internacional do trabalho.

E, como o Brasil não está sozinho no mundo, uma rápida panorâmica das políticas de inovação em países importantes – dos Estados Unidos à Coreia do Sul – mostra que, apesar da direção correta, há muito para se fazer aqui. Por exemplo, em todos os países pesquisados, inovação é assunto tratado diretamente pelo gabinete do maior mandatário (primeiro-ministro ou presidente), acima de ministérios e agências. É política de Estado voltada para o crescimento e para manter ou aumentar a hegemonia dos países em segmentos decisivos da economia mundial. O jogo é complexo e envolve muitos recursos no caso dos países centrais. No Brasil, é necessário implantar uma política integral de inovação e competitividade de modo que o crescimento brasileiro diminua a distância existente em relação aos países mais desenvolvidos.

Promover o conhecimento e inovação da estrutura produtiva e de serviços é chave para o desenvolvimento sustentável do país.


**Marcio Wohlers de Almeida** é diretor de Estudos Setoriais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) 

Foto: José Paulo Lacerda





# Aumentar o comércio na AL e Caribe



Integração. Esta foi a motivação principal do Primeiro Encontro de Instituições de Promoção de Comércio e Investimentos da América Latina e Caribe, realizado em dezembro no Rio de Janeiro. A convite da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil), essas instituições discutiram estratégias conjuntas para ampliar o intercâmbio econômico-comercial entre os países da região.

Por séculos, nos mantivemos praticamente alheios às possibilidades econômico-comerciais existentes na vizinhança. A região tem despertado atenção de investidores estrangeiros de toda parte do mundo e voltado suas energias para realizar investimentos em outros pólos da economia mundial. Isto mostra que existem recursos e oportunidades dentro da América Latina (AL) e do Caribe e que, portanto, é importante que os países da região percebam todas essas potencialidades de fazer negócios com os vizinhos e passem a dedicar mais esforços para aproveitá-las.

Este potencial fica claro quando observamos o recente crescimento na corrente de comércio intra-regional, que, contudo, ainda está muito aquém da performance ideal para a região. De 2002 para cá, a corrente de comércio intra-regional aumentou 144%, registrando em 2006 um total de US\$ 280 bilhões. O aumento em relação a 2005 foi de 26%. A proporção do comércio intra-regional no total do comércio dos países da região também vem aumentando consideravelmente, passando de 16% em 2001 para 20,5% em 2006, e há ainda muito espaço a ser ocupado.

Como estimular o crescimento desses fluxos de investimento e como consolidá-los em patamares elevados foram questões centrais do encontro realizado no Rio. Ele serviu para que essas agências fizessem um diagnóstico das dificuldades para aumentar o comércio intra-regional e apontassem caminhos para resolver os gargalos. Um deles foi a forma como se utilizam as informações e se analisam mercados no planejamento das ações, no auxílio às empresas, na identificação de oportunidades comerciais e na realização de negócios. As agências da região puderam conhecer novas formas de tratar a

informação como fomento da competitividade de seus clientes.

Neste mesmo cenário em que se produzem informações constantemente, as agências de promoção também têm de estar atualizadas em seus instrumentos e estratégias de mercado. Assim, couberam a discussão e o compartilhamento de novas ferramentas de promoção, que vão além das tradicionais feiras e missões comerciais. Além de conhecerem direções inovadoras em estratégias de inserção em mercados, as agências tiveram acesso a práticas para transmitir o próprio conceito de inovação ao setor privado, permitindo não apenas que ingressem no mercado global, mas também que permaneçam nele com sucesso. Neste contexto, foi abordado ainda o processo de internacionalização das empresas, que é um passo além da exportação.

O evento ainda serviu para que os países da América Latina e do Caribe conhecessem as melhores práticas de promoção de negócios de seus vizinhos. O caso da Colômbia na criação de marcas fortes para café e flores, a experiência do México no apoio à internacionalização de empresas, o caso do Chile na atração de investimentos e o da Argentina na promoção do turismo são exemplos do que se pode aprender com histórias de sucesso reais e próximas. A reunião dessas agências foi ainda catalisadora para a formação de parcerias entre os países da região para a atuação em terceiros mercados. Na Carta do Rio, o documento final do evento, os participantes se comprometem a trabalhar para um aumento de 80% na corrente de comércio inter-regional e para a elevação dos investimentos nos próximos cinco anos.

Observando os resultados desse encontro, é possível concluir que a integração entre as agências é estratégica para a intensificação dos vínculos que unem as economias e para o próprio desenvolvimento econômico da região. E essa agenda será seguramente enriquecida nos próximos encontros anuais já programados para El Salvador, Jamaica e Nicarágua.

**Alessandro Teixeira** é presidente da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil)

*Por séculos, nos mantivemos praticamente alheios às possibilidades econômico-comerciais existentes na vizinhança. A região tem despertado atenção de investidores estrangeiros de toda parte do mundo*



# INTEGRAÇÃO



A stylized illustration on the left side of the page shows a person's arm holding several flags, including the flag of China (red with yellow stars) and the flag of India (saffron, white, and green with a blue wheel). The background features a large, multi-colored sun (yellow, orange, red) setting over a blue horizon line. The sky is light blue with white clouds. The overall style is graphic and modern.

# O novo regionalismo

Por **Jorge Luiz de Souza**, de São Paulo

Relatório da United Nations Conference on Trade and Development (Unctad) estimula os países em desenvolvimento a intensificarem um tipo de regionalismo que não necessariamente reúne países que estão em uma mesma região, mas entre países que têm interesses comuns, embora estejam geograficamente distantes, aproximando a América Latina da África e da Ásia

Ilustração: Erika Onodera

## País em desenvolvimento que aceita acordos bilaterais faz concessões maiores

**T**anto os países em desenvolvimento quanto os países desenvolvidos estão frustrados com a lentidão das rodadas de negociações multilaterais sobre comércio e integração, e isto tem levado a um crescimento sem precedentes de acordos paralelos. Serão esses acordos uma solução? Não, diz um adversário poderoso. A Comissão das Nações Unidas para Comércio e Desenvolvimento (Unctad – em inglês, United Nations Conference on Trade and Development), em seu relatório anual de 2007 (Trade and Development Report – TDR), qualifica como perigosos os acordos bilaterais que têm sido firmados crescentemente entre Estados Unidos e países menores, ou entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento.

“Os acordos bilaterais, na abordagem do TDR, são tentativas dos países desenvolvidos de firmarem acordos em áreas que interessam a eles. É possível que atrapalhem os processos de integração do tipo Mercosul. Essa é a posição do relatório”, diz a pesquisadora Luciana Acioly, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), acrescentando que o documento “chama a atenção para a possibilidade de essa estratégia, no longo prazo, não ser a melhor”. Por outro lado, diz, “o trabalho coloca uma gama de questões relacionadas à integração regional, especialmente quanto ao que se chama de novo regionalismo, que não necessariamente se faz entre países que estão em uma mesma região, mas entre países que têm interesses comuns, embora estejam geograficamente distantes”.

A pesquisadora explica que, nesses acordos bilaterais, “o país desenvolvido oferece a vantagem do acesso ao seu mercado, como contrapartida a um acordo, por exemplo, com relação à propriedade intelectual ou acesso a serviços. Mas o acesso ao mercado não é certo por causa de políticas protecionistas que o país pode lançar mão quando achar necessário – basta um *lobby* interno. Do ponto de vista do país em desenvolvimento que aposta

nisso, ele faz concessões maiores no acordo bilateral do que ele faria em acordos multilaterais e, então, fica mais vulnerável. Chegam a abrir mão, por exemplo, de vários pontos ainda não fechados nas rodadas multilaterais”.

“O que a Unctad sempre promoveu foram acordos entre países em desenvolvimento, entre países que pertencem mais ou menos a um nível comparável de competitividade. A Unctad nunca viu com bons olhos acordos do tipo Norte-Sul (entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento), sejam bilaterais, sejam regionais”, atesta o ex-secretário geral da Unctad, o diplomata brasileiro Rubens Ricupero, atualmente diretor da Faculdade de Economia da Fundação Armando Alvares Penteado (Faap), de São Paulo. Ele acrescenta que “nesse tipo de assimetria a tendência é que o parceiro mais fraco tenha menos benefícios e seja obrigado a fazer maiores concessões”.

“O comércio Sul-Sul (entre países em desenvolvimento) passou a ser uma realidade muito importante. O relatório da Unctad mostra que o comércio entre países em desenvolvimento já atingiu um volume muito respeitável, sobretudo graças ao enorme desenvolvimento do comércio da China e dos países asiáticos em geral. O que está faltando, inclusive para nós do Mercosul, é estabelecer as pontes com os processos de integração de outros continentes. Por exemplo, entre o Mercosul e a Associação de Nações do Sudeste Asiático (Asean), entre o Mercosul e a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), que inclui a África do Sul, Moçambique e outros países. Esse vai ser o desafio a partir de agora, de estabelecer mecanismos entre países em desenvolvimento, mas de continente a continente”, acrescenta o diplomata.

**ALCA** Segundo o professor Mario Ferreira Presser, do Instituto de Relações Internacionais (Irel), da Universidade de Brasília (UnB), “percebe-se que há uma variedade de regionalizações, mas uma

que parece não funcionar bem é uma regionalização ‘à la’ Área de Livre Comércio das Américas (Alca). Na regionalização ‘à la’ Alca, os países em desenvolvimento são obrigados a renunciar a uma série de flexibilidades de que eles ainda dispõem, especialmente nas regras de comércio. A Alca é o que nós chamamos de uma OMC-Plus, porque as regras vão mais além da Organização Mundial do Comércio (OMC). Nesses processos de inserção de países em desenvolvimento e países desenvolvidos com acordos de livre comércio, o balanço não é tão satisfatório assim. Acordos de livre comércio com o Norte de maneira geral não têm mostrado resultados tão favoráveis assim”.

O professor explica também que outra novidade



da regionalização é que “alguns países do Sul (países em desenvolvimento) acumularam reservas consideráveis, como é o caso do Brasil, por exemplo, aqui na América do Sul, e agora podem ter planos mais ambiciosos de integração econômica porque dispõem de certa capacidade de autofinanciamento, independentemente das instituições multilaterais. Podem tirar partido dessas reservas elevadas financiando infra-estrutura e o comércio exterior. Abre-se espaço de manobra no plano monetário, financeiro. Enfim, há iniciativas das quais o



## do que ele faria em acordos multilaterais e, então, fica mais vulnerável

Brasil está participando, como é o Banco do Sul, que vão nessa direção. Se elas vão dar certo ou não, o tempo dirá. Mas essa é uma opção que não existia antes”.

Segundo a pesquisadora Luciana Acioly, “como existem países com níveis de desenvolvimento diferentes e graus de engajamento no circuito financeiro internacional também diferenciado, essas diferenças vão causar, no processo de integração, uma assimetria. Daí o relatório da Unctad enfatizar a necessidade de se fazer uma cooperação para compensar essas assimetrias. Os níveis de desenvolvimento diferentes também podem representar uma oportunidade e fortalecer relações de complementaridade. O relatório recomenda uma integração mais profunda no caso dos países em desenvolvimento, para ganhar escala de produção (principalmente no caso de países menores) e capacidade de finan-



ciamento, além de uma série de medidas positivas para que os países com níveis diferentes de desenvolvimento firmem uma cooperação mais efetiva e aprofundem a integração”.

**TRÊS PONTOS** Luciana Acioly afirma que “o processo mais perfeito que conhecemos é o de unificação europeu, mas, quando foi iniciado, o contexto era muito diferente, não havia globalização financeira, era possível negociar barreiras ao comércio. Agora, são outros desafios.

O principal é criar uma blindagem para as crises, como as que caracterizaram o final dos anos 1990. O segundo é criar uma infra-estrutura física e energética, porque sem isso não há integração. E o outro é para compensar desigualdades de renda. O relatório está baseado nessas três considerações”.

Detalhando um pouco mais, ela diz que o relatório da Unctad recomenda “a coordenação das políticas macroeconômicas com o objetivo de estabilizar o câmbio. Países que já se submeteram a uma liberalização maior são mais sujeitos à volatilidade do mercado de capitais. O próprio movimento do comércio tem efeito sobre o câmbio, que é a medida de competitividade frente aos preços internacionais”. O segundo ponto, diz ela, é “a cooperação para o financiamento do desenvolvimento, o que permite acesso ao crédito sem endividamento em moeda forte”, e, por fim, a criação de um “fundo de convergência, para compensar os países econômica e socialmente mais frágeis e amparar aqueles que ficam fora do mercado de trabalho, com função de resgate social”.

“Para a Unctad, o critério de um bom acordo de um processo de integração é que ele promova uma mudança estrutural, aumente a participação de bens de maior valor agregado na pauta de exportação, e não que considere o comércio como um fim em si mesmo. Nesse sentido, o crescimento do comércio não se confunde necessariamente com desenvolvimento. Pode haver crescimento do comércio sem avanço econômico à exportação de bens industrializados, que agregam valor ao produto final, e não ter mudança estrutural, isto é, mantêm-se a estrutura produtiva intacta e as forças produtivas não são estimuladas a ponto de mudar a composição do Produto Interno Bruto (PIB) em favor das atividades de maior intensidade tecnológica”, diz Luciana.

**AGRICULTURA** Para o professor Mario Preser, “os assuntos que nos interessam junto aos Estados Unidos e à União Européia

são multilaterais – é a agricultura, e ela não é negociada à parte. Por isso, a Alca e um acordo de livre comércio do Mercosul com a União Européia não nos trazem benefícios substanciais no momento. Isso deve ficar para depois da Rodada Doha. O Brasil deve se concentrar agora em acabar a Rodada Doha. Nós temos negociações muito difíceis em áreas de agricultura. Se nós fizermos, antes, concessões em áreas fora da agricultura de forma bilateral, vamos nos enfraquecer em Doha. Eu diria que estrategicamente é impossível. Nem que quiséssemos, o problema é que a dinâmica da negociação multilateral nos obriga a esperar. Nem é uma questão ideológica, mas é uma questão de estratégia de negociação. Você não ceder antes de ter assegurado que a agricultura vai ter uma negociação multilateral favorável. Se nós acenarmos para eles que vamos fazer em separado, é aí mesmo que eles recuam na negociação multilateral”.

O professor relata que “por volta de setembro de 2007, fiquei com muito receio a partir de declarações de setores do governo brasileiro de que a negociação, tal como estava colocada naquele momento, em agricultura e produtos não-agrícolas, fosse ser aceita pelo Brasil. Era muito desfavorável para nós em produtos industriais, em relação a uma proposta digamos moderada em agricultura. Aparentemente, a proposta em agricultura é o máximo que nós vamos levar, e não conseguiremos avançar muito além dela. É uma proposta modesta, cautelosa, de longo prazo, que contempla muito os interesses defensivos dos países desenvolvidos. Mas nos favorece porque estabelece regras de longo prazo mais favoráveis na agricultura, embora os ganhos imediatos não sejam muitos. Como nós somos competitivos na agricultura, alguns ganhos imediatos teremos, mas estão longe dos sonhados. Ora, esse tipo de proposta, a dos países desenvolvidos quererem barganhar uma grande liberalização em indústria e serviços

## Unctad prefere acordos entre países com nível comparável de competitividade

Ilustração: Erika Onodera




por essa liberalização extremamente cautelosa em agricultura, fica complicado aceitar”.

Segundo o professor, “o governo brasileiro tem posições muito divididas sobre isto, e especialmente o Ministério da Agricultura passou a defender, sem ser questionado pelo presidente da República, que o Brasil devia aceitar a proposta de produtos não-industriais e serviços. O fato expunha uma posição dividida dentro do país, que nos enfraquece nas negociações. Os outros países estão todos olhando e, se eles sabem que o Ministério da Agricultura, que tem muita importância nas negociações, está defendendo a proposta deles, eles jogam duro. Cheguei a acreditar que a posição do presidente era a favor dessa negociação, mas ainda bem que eu estava errado. Acabou por prevalecer uma posição mais sensata de que o que estava na mesa na agricultura não justificava a ambição dos países desenvolvidos em indústria e serviços. É por isso

que há um impasse. O impasse é um bom sinal, de que desta vez os países em desenvolvimento em seu conjunto estão negociando para valer, estão querendo fazer valer os seus interesses”.

**CRESCIMENTO** O professor Presser assinala também que o documento da Unctad mostra que o período de 2003 a 2007 foi marcado por um forte crescimento entre os países em desenvolvimento, “e desta vez o crescimento foi generalizado, atingindo até os países africanos. É a primeira vez na globalização que se pode dizer que todos os barcos estão subindo com a maré montante. Mesmo para os adversários da globalização fica difícil de refutar que desta vez os países em desenvolvimento estão sendo favorecidos, ao invés da tendência anterior, em que os países desenvolvidos eram os mais favorecidos”. Mas ele destaca o caso do Brasil: “Nós não participamos da mesma maneira dessa conjuntura favorável”.

“Na verdade, o documento da Unctad mostra que o Brasil adotou políticas econômicas que não são exatamente as políticas econômicas adotadas pelos países que tiveram sucesso. Um conjunto de políticas macroeconômicas, uma política fiscal restritiva, uma política monetária também restritiva e uma valorização da taxa de câmbio devido a esses dois fatores, que não são as políticas adotadas pelos demais países. E o resultado foi desfavorável para o Brasil, se medirmos o resultado em termos de crescimento. Os países em desenvolvimento estão sendo bastante beneficiados agora no início do século 21 pelo crescimento, inclusive os países africanos. As receitas de sucesso da inserção da globalização dos demais países em matéria de políticas econômicas não correspondem àquelas adotadas pelo Brasil. E o Brasil de certa forma foi punido por não ter adotado políticas econômicas tão restritivas”, diz o professor. 

# Contra a Alca



Foto: Julio Billeci/Contraste/Folha Imagem

## Rubens Ricuperro

**A**utor de um livro intitulado *A Alca* — e se posicionando contra —, o embaixador aposentado Rubens Ricuperro, ex-secretário geral da Comissão das Nações Unidas para Comércio e Desenvolvimento (Unctad — em inglês, United Nations Conference on Trade and Development), e ex-ministro da Economia no governo Itamar Franco, durante a implantação do Plano Real, tem posições muito definidas sobre a integração internacional e a cooperação para o desenvolvimento. A seguir, algumas dessas opiniões

Por **Jorge Luiz de Souza**, de São Paulo



**Desafios** – Mudou o conceito de regionalismo?

**Ricupero** – Ficou muito mais amplo devido ao avanço da globalização, em termos de comércio, de investimentos e também de fluxos financeiros. Mas permanece válida a idéia de que os acordos regionais são cada vez mais uma opção preferida por muitos países para procurar explorar suas vantagens comparativas e também as vantagens de vizinhança, proximidade e complementaridade. É importante assinalar que os Estados Unidos, o país que mais se beneficiou com a globalização comercial, até os anos 1980 se opunham como princípio a qualquer acordo que não fosse multilateral no âmbito do Gatt (o Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio – em inglês, *General Agreement on Tariffs and Trade*), e só tinham aberto uma exceção ao caso da Europa por razões estratégico-militares, devido a problemas como a ameaça comunista. Então, assinaram acordo de livre comércio com Israel, com o Canadá, e passaram a ter uma política deliberada de acordos regionais.

**Desafios** – Os acordos bilaterais atrapalham os acordos regionais?

**Ricupero** – A Comissão das Nações Unidas para Comércio e Desenvolvimento (Unctad) faz distinção de acordos entre parceiros que não têm entre si uma grande assimetria. A Unctad sempre promoveu acordos entre países em desenvolvimento, países que pertencem mais ou menos a um nível comparável de competitividade. Mas nunca viu com bons olhos acordos do tipo Norte-Sul, sejam bilaterais, sejam regionais. Advertiu os países em desenvolvimento de que acordos como os promovidos pelos Estados Unidos – a Área de Livre Comércio das Américas (Alca) ou o Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (Nafta – em inglês, *North American Free Trade Agreement*) – com o Canadá e o México têm embutido um conteúdo muito grande de assimetrias e desigualdades. A tendência é que o parceiro mais fraco te-

nha menos benefícios e seja obrigado a fazer maiores concessões. Ultimamente, mesmo o Banco Mundial (BM) começa a acompanhar a Unctad e a mostrar que esses acordos Norte-Sul, seja com os Estados Unidos, seja com a União Européia, são muito duvidosos, do ponto de vista de países em desenvolvimento, uma vez que eles vão além do terreno puramente comercial.

*Acordos bilaterais ou regionais como a Alca ou o Nafta têm embutido grande conteúdo de assimetrias e desigualdades, e o parceiro mais fraco tende a ter menos benefícios*

Em geral os parceiros mais desenvolvidos fazem exigências em matéria de propriedade intelectual, de investimentos e de serviços, e acabam com isso criando muitas limitações ao desenvolvimento posterior do parceiro mais fraco. Quando o acordo bilateral é entre dois países em desenvolvimento, não perturba a integração regional.

**Desafios** – A Alca também é um exemplo de acordo com enorme assimetria?

**Ricupero** – Sou totalmente contrário à Alca, que é a posição da Unctad. O Brasil fez muito bem em não ter aceitado o acordo. Não teria sido viável manter o Mercosul, teria sido engolido em pouco tempo. Quando se fala em simetrias, é preciso não imaginar uma igualdade aritmética. Como em um campeonato de futebol, em que há série A e série B. Em cada série os times têm força comparável. Todos podem aspirar a disputa, enquanto um que está numa série abaixo é tão fraco que não tem a menor chance. Países desenvolvidos, como Estados Unidos, os europeus e o Japão, têm um nível de desenvolvimento industrial e comercial incomparavelmente superior ao dos outros, e também em capacidade regulatória, serviços, propriedade intelectual, e de presença de

agências governamentais que ditam regras nessas áreas. Os países da América Latina, África e Ásia se incorporaram à economia mundial no regime das colônias e não é de admirar que a relação comercial se faça no sentido Norte-Sul. O Brasil comemora agora os 200 anos da abertura dos portos. Até 1808, a metrópole, que era Portugal, tinha legalmente o mo-

nopólio do comércio e da navegação com o Brasil. O comércio entre o Brasil e Buenos Aires era considerado contrabando e foi durante séculos severamente reprimido.

**Desafios** – A independência não resolveu isso?

**Ricupero** – Quando esses países se tornaram independentes, já estava consolidada uma direção Norte-Sul tanto do comércio quando das vias de navegação e dos financiamentos. Ao se criar um acordo regional, tentamos voltar ao curso natural inibido pelo colonialismo. O Brasil tem dez vizinhos territoriais e 17 mil quilômetros de extensão de linhas fronteiriças, mas só temos ligação por terra razoável, e mesmo assim recente, com dois ou três desses vizinhos. Espanhóis, portugueses, ingleses e holandeses não tinham interesse em fazer as estradas. Nunca conseguimos integrar por estrada de rodagem o Amapá com a Guiana Francesa porque a Legião Estrangeira terminou a estrada a 50 quilômetros da nossa fronteira, em Saint-Georges. Quem usa o argumento de que Mercosul está promovendo artificialmente vantagens de comércio se esquece de que o padrão atual foi criado pelo colonialismo. Quando se faz um acordo com os Estados Unidos,

apenas se reforça essa tendência. Por isso, a Unctad promove a idéia de acordos entre os africanos, os asiáticos, entre os países latino-americanos, para começar a explorar a vantagem da contigüidade. A integração regional é o primeiro passo para fazer aquilo que os europeus têm desde a Idade Média, que é uma rede de estradas, de integração, de infra-estrutura.

**Desafios** - A politização do Mercosul cria algum obstáculo adicional?

**Ricupero** - Nós temos alguns países que já se integraram ao espaço econômico norte-americano - México, América Central, países do Caribe. Agora, os Estados Unidos assinaram acordos também com o Peru e a Colômbia. Então, o espaço que existe para a integração genuinamente sul-americana são os países que não estão nesse grupo. Não sou contrário à integração da Venezuela. A ressalva que eu faço é sobre a necessidade de essa integração ter um componente comercial efetivo. Para entrar em qualquer acordo regional, é preciso aceitar o conjunto de regras daquele acordo e assinar um cronograma de redução de suas tarifas em relação àqueles países. No caso da Venezuela, esse processo ainda está um tanto atrasado porque se deu atenção preferencial para o lado político da discussão. Mas eu acho que, desde que eles aceitem esse cronograma de redução de tarifas e se integrem ao conjunto de acordos, eu não vejo nenhum obstáculo à entrada deles e de nenhum outro país.

**Desafios** - O Chile também fez acordo com os Estados Unidos...

**Ricupero** - O Chile negocia muito pragmaticamente e não abre mão de certas preferências. Protege muito seu mercado agrícola. Então, nada impede que o Mercosul faça o mesmo. Quando criticam o Mercosul, se esquecem de que o acervo que ele realizou é gigantesco, muito maior do que esses problemas que ainda persistem. Basta olhar os números. Os problemas que

existem incidem sobre 6% ou 7% do total dos produtos. Na imensa maioria dos casos, a integração tem avançado muito. O aspecto do investimento nos últimos anos se desenvolveu muito. Começa a haver integração no nível das empresas. Antes, não havia empresas brasileiras, argentinas e mexicanas produzindo em todos esses países, só havia multinacionais. E elas influíam para que fizéssemos acordos de integração setorial, e determinavam que suas filiais no México, na Argentina e no Brasil se especializariam em determinados produtos e exportariam para os outros. Na época, não havia outro caminho. Hoje, a integração não pode ser só comercial, é também no terreno produtivo.

**Desafios** - E a vulnerabilidade do Mercosul?

**Ricupero** - O grande ponto fraco do Mercosul e em geral desses acordos entre países em desenvolvimento é que eles muitas vezes não conseguiram dar aos parceiros menores um impulso para que eles pudessem mudar sua estrutura produtiva. Há certa razão na queixa de países como o Uruguai e o Paraguai, que,

### *O ponto fraco do Mercosul e de acordos entre países em desenvolvimento é não conseguir dar aos parceiros menores um impulso para que eles possam mudar sua estrutura produtiva*

apesar de estarem há muitos anos no Mercosul, não conseguem ampliar o acesso ao mercado. Isso acaba sendo um ponto fraco. Se não houver um ganho para todos, os menores acabam desenvolvendo esse sentimento de que não estão tendo os benefícios esperados. Eles têm um certo fundamento em se queixar porque não houve um esforço deliberado para ajudá-los nesse particular. É mais com o Uruguai. Isto explica muito esse problema que tem havido com as *papeleras*.

**Desafios** - O relatório da Unctad fala de uma frustração com a lentidão dos acordos multilaterais...?

**Ricupero** - Dos multilaterais e também desses acordos entre países em desenvolvimento, que têm um grau de eficácia menor. O próprio Mercosul até hoje pouco fez na área de serviços, que é uma área quase virgem, e no entanto é importante. São acordos pouco agressivos. Por exemplo, as últimas reuniões do Mercosul têm se perdido em discussões políticas, quando se tem um campo maravilhoso aí. Só no caso de serviços, abriria toda uma nova área de integração. Na área de mão-de-obra, comparando com a União Européia, estamos muito lentos. Uma das razões, e o Brasil tem uma certa responsabilidade, é que não se dotou o Mercosul de um secretariado permanente, como a União Européia tem desde o início. O que mais ajudou o processo europeu foi a criação de um Executivo em Bruxelas - a Comissão Européia. O Mercosul só fez isso muito tardiamente, e tem um secretariado, de tão poucos recursos, que é quase como que não existisse.

**Desafios** - O Uruguai tinha uma explícita candidatura a sediar o secretariado...

**Ricupero** - A vantagem de um Executivo forte é que ele tende a ver as coisas de um prisma mais coletivo, e não do ângulo individual de cada país. A falta dele e de um órgão efetivo para resolver controvérsias - nós temos um, mas é muito fraco - explica o avanço lento do Mercosul. Na Comissão Européia, em Bruxelas, cada país nomeia um comissário, que não tem poder acima de cada governo, recebe instruções do seu governo, mas é bastante ativo, tem muito poder de iniciativa. Nesse ponto, o Mercosul e a maioria

dos acordos entre países em desenvolvimento são muito débeis como estrutura de funcionamento.

**Desafios** – E quanto à relação de integração com países não contíguos?

**Ricupero** – O comércio Sul-Sul passou a ser uma realidade muito importante. O relatório da Unctad mostra que o comércio entre países em desenvolvimento já atingiu um volume respeitável, sobretudo graças ao enorme desenvolvimento do comércio da China e dos países asiáticos em geral. O que está faltando, inclusive para nós do Mercosul, é estabelecer pontes com os processos de integração de outros continentes. Por exemplo, estabelecer ligações entre o Mercosul e a Associação de Nações do Sudeste Asiático (Asean), acordos entre o Mercosul e a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), que inclui a África do Sul e Moçambique, entre outros países. Eles têm seus acordos regionais, mas não tem havido pontes entre os continentes. Esse vai ser o desafio a partir de agora, de estabelecer mecanismos entre países em desenvolvimento, mas de continente a continente, de preferência de acordos a acordos, como é o caso de Mercosul-Asean, Mercosul-SADC, etc.

**Desafios** – E o viés do desenvolvimento?

**Ricupero** – Através do comércio é que se amplia a escala do mercado. Por exemplo, o Uruguai é um país de 3 milhões de habitantes. Reduzido ao seu próprio mercado, a possibilidade de alavancar investimentos para a produção é muito pequena. Ele nunca terá uma escala de produção suficiente. Mas, se ele tiver acesso a um mercado de 200 milhões de consumidores, aumenta muito. Com a ampliação das fronteiras vai haver um impulso ao desenvolvimento industrial. E tem que ser na base, é claro, de certas vantagens comparativas. Alguns países vão se tornar melhores do que outros em determinados produtos.

**Desafios** – E se esses países não têm como alavancar investimento no outro?

**Ricupero** – Era o sistema que nós tínhamos antes, de um mercado puramente nacional. Mas hoje em dia, mesmo um país como o Brasil, ele sozinho não tem escala para muitos produtos, sobretudo produtos mais sofisticados, que exigem uma envergadura muito maior. Só a integração é que pode dar essa escala. Uma das vantagens de o acordo de integração ser entre países similares é que é uma maneira de fazer o aprendizado para depois competir em termos globais. A competição é um jogo que tem regras, tem árbitros, mas precisa ter treinamento. E é melhor treinar com países do

### *O comércio entre países em desenvolvimento já atingiu um volume respeitável, sobretudo graças ao enorme desenvolvimento do comércio da China e dos países asiáticos em geral*

seu tamanho do que tentar competir diretamente com o Japão, de saída. É muito difícil. Como se ganha na escala e no aprendizado, daí a vantagem de dar certos benefícios àqueles que são do seu tamanho.


**Desafios** – Quais são as perspectivas para os próximos anos?

**Ricupero** – Apesar de todo o ceticismo que há aqui no Mercosul, ele é uma realidade irreversível. O que ele precisa é ganhar em eficácia e profundidade: entrar com decisão em áreas como a de serviços e de investimentos, tratar melhor os parceiros pequenos. Em segundo lugar, o futuro do comércio Sul-Sul, tanto com os países asiáticos quanto com os africanos, é muito promissor, e nós vamos ter que criar esses acordos entre os continentes. E, terceiro, eu sou cético com relação aos acordos com os países do Norte. Com o tempo, vai-se ver que esses acordos são limitados. Já se vê isso no ca-

so do México, que tem esse acordo do Nafta, com os Estados Unidos, há muitos anos. É claro que foi benéfico em certo sentido, porque atraiu as indústrias “maquiladoras”, ampliou a exportação, mas não mudou a situação de inferioridade.

**Desafios** – A União Européia é um exemplo melhor?

**Ricupero** – A União Européia nesse sentido foi muito eficaz, porque um país como a Espanha, que era muito atrasado, está hoje cada vez mais parecido aos mais altos. Nem todos, é claro, têm o mesmo desempenho. Por exemplo, dentro da União Européia, a Espanha e a Irlanda tiveram um desempenho muito bom. Já Grécia e Portugal, não. Mas a tendência daque-

les que entram é de melhorar sua produção, renda *per capita*, etc. No caso do México com os Estados Unidos, o México tem crescido a metade do que crescem os Estados Unidos, quando ele deveria ter crescido duas ou três vezes mais, para poder reduzir a diferença. Então, verifica-se com o tempo que esses acordos assimétricos não são satisfatórios. A não ser como é o caso da Europa, que é diferente. A grande diferença entre a União Européia e o Nafta ou a Alca é que a União Européia aceitou fazer transferências financeiras maciças. Espanha, Irlanda, Portugal e Grécia receberam bilhões e bilhões de dólares, que é o que alavancou a infra-estrutura e o crescimento deles. Os americanos nunca aceitaram nada parecido. Os acordos americanos são exclusivamente em comércio. O tempo vai mostrar que eles são de um potencial limitado. Eles não vão servir como instrumento de desenvolvimento, ao contrário dos outros. 



# O meu, o seu, o nosso mundo



*Se toda a população do mundo passasse a consumir como os habitantes mais ricos, seriam necessárias quatro Terras para saciar tão elevado nível de demanda por água, energia, recursos naturais e alimentos. Portanto, é bom cuidarmos do único lugar que temos para viver...*

**P**ara o homem sobreviver, ele tem obrigatoriamente de consumir. É inexorável. Sobre o fato de consumir, não há escolha. Mas há escolha, ou melhor, muitas escolhas, na qualidade e na intensidade desse consumo. Todos os nossos atos impactam o ambiente, os recursos naturais, a sociedade e nós mesmos. Toda e qualquer atividade humana ligada ao consumo sempre exige energia, água e recursos naturais, além de deixar rejeitos sólidos, líquidos ou gasosos no ambiente.

No ritmo atual de exploração do planeta, a humanidade caminha para um beco sem saída. Atualmente os mais de 6 bilhões de habitantes da Terra já consomem 25% a mais de recursos do que o planeta é capaz de renovar. Nessa toada, em um século, não haverá fontes de água ou de energia, reservas de ar puro nem terras para agricultura em quantidade suficiente para a manutenção da vida.

E isso ocorre apesar de, devido à impressionante desigualdade global na distribuição das riquezas, apenas 1,7 bilhão de pessoas consumirem de forma expressiva no planeta. O restante da população vive à margem do acesso a bens e serviços, beirando a linha da pobreza ou abaixo dela.

Se toda a população do mundo passasse a consumir como os habitantes mais ricos, seriam necessárias quatro Terras para saciar tão elevado nível de demanda por água, energia, recursos naturais e alimentos. Segundo medições astrofísicas, já há indícios de um planeta muito parecido com a Terra fora do sistema solar, mas são apenas indícios, e o suposto “gêmeo” está a 20 anos-luz daqui ou algo em torno de 190 trilhões de quilômetros de distância. Viajando em foguetes ultra-sônicos que alcançassem dez vezes a velocidade do som, a viagem duraria mais de 1,5 milhão de anos. Portanto, é bom cuidarmos do único lugar que temos para viver...

Isso quer dizer que nem os ricos poderão continuar com o mesmo modelo de consumo, nem a população mundial poderá adotá-lo. É urgente não só redistribuir o acesso às riquezas, mas passar a produzi-las e consumi-las de maneira radicalmente diferente. Não significa parar de consumir, mas adotar padrões susten-

táveis, como, por exemplo, procurar fontes de energia menos poluidoras, diminuir a produção de lixo e reciclar o máximo possível, além de repensar quais produtos e bens são realmente necessários para alcançar o bem-estar.

Aos países pobres e aos chamados “em desenvolvimento”, que têm todo o direito a crescer economicamente, cabe o desafio de não repetir o modelo predatório dos ricos. Desde a Revolução Industrial, os países ricos emitiram 80% do carbono que causa o efeito estufa na atmosfera. Cabe às economias que ainda precisam se desenvolver buscar alternativas para gerar riquezas sem destruir florestas nem contaminar o ar e as fontes de água.

Nesse processo, o consumidor consciente tem um papel fundamental. De um lado, escolhendo produtos e serviços de empresas que cumpram com suas responsabilidades social e ambiental, valorizando as melhores empresas e incentivando assim os demais fornecedores de produtos e serviços a adotar processos sustentáveis.

De outro lado, como usuário individual, planejando suas compras, economizando água e energia, repensando seus hábitos, reduzindo o consumo, reutilizando tudo o que for possível e reciclando o lixo.

Dessa maneira, com o crescimento do número de consumidores conscientes, de suas redes de informações e pressão e com seu fortalecimento nos fóruns de mediação – organizações governamentais e não-governamentais, meios de comunicação e internet –, será possível criar uma cultura da sustentabilidade do planeta, cujos negócios devem contribuir para um mundo com três qualidades: ser economicamente viável, ambientalmente sustentável e socialmente justo.

**Helio Mattar** é fundador e diretor-presidente do Instituto Akatu pelo Consumo Consciente

SAÚDE

# O BNDES é o

Foto: Shutterstock



# elo que faltava

Cooperação entre o Ministério da Saúde e o banco de fomento fortalece a base industrial no setor farmacêutico e viabiliza a estratégia de utilizar o poder de compra do governo para impulsionar a produção e o desenvolvimento das indústrias nacionais

Por **Yolanda Stein**, do Rio de Janeiro

**B**ate um coração esperançoso em meio ao luto do setor de saúde no Brasil, anunciado como desabafo pelo ministro da Saúde, José Gomes Temporão, depois de o Senado Federal decretar a morte da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF). O termo de cooperação firmado em dezembro de 2007 entre o Ministério da Saúde (MS) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), para irrigar a frágil indústria de produtos farmacêuticos e de equipamentos médico-hospitalares, pode ser o pontapé para a formação de um complexo industrial da saúde no país. A balança comercial do setor vem apresentando déficit de US\$ 5 bilhões por ano, dos quais mais de US\$ 3 bilhões referem-se a medicamentos e farmoquímicos.

O fortalecimento de uma base industrial – um dos pilares do PAC da Saúde – faz parte da estratégia do governo de aliar desenvolvimento da produção com política social, criando um elo entre as políticas industrial e de saúde. Este elo, representado por uma linha de financiamento de apoio a projetos no setor, aberta em maio de

2004, acaba de ganhar nova roupagem com a ampliação e renovação do Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Complexo Industrial da Saúde (Profarma), em outubro de 2007. O programa do BNDES, com orçamento de R\$ 3 bilhões para utilização até julho de 2012, passa a incluir, além dos produtos farmacêuticos, os segmentos de equipamentos médicos, materiais, reagentes e dispositivos para diagnóstico, hemoderivados, imunobiológicos, intermediários químicos e extratos vegetais para fins terapêuticos.

**ALINHAMENTO ASTRAL** Para o chefe do Departamento de Produtos Intermediários Químicos e Farmacêuticos do BNDES, Pedro Palmeira, a ampliação do escopo do Profarma deu-se num momento positivo, de integração entre o MS e o BNDES. O banco passou a ver o gasto em saúde como investimento, com retorno para a economia como um todo. “Existe um alinhamento astral favorável que nos permitiu desenvolver uma parceria com o MS e formar um grupo de trabalho para discutir a ampliação do Profarma”, diz.



## Setor privado tem boa expectativa, mas acha que não se forma uma grande

“Esta parceria com o BNDES é o elo que faltava”, constata Carlos Augusto Gadelha, vice-presidente de Produção e Inovação em Saúde da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). Ele também vislumbra uma “convergência dos astros, de forma que o braço econômico está vendo a saúde como uma oportunidade de desenvolvimento e o braço da saúde vê a indústria como fator essencial para viabilizar os programas de saúde”. A idéia do complexo industrial, explica Gadelha, é que o MS sinalize o que é importante para o setor e que o BNDES entre financiando empresas que queiram desenvolver produtos essenciais para a saúde.

“Desde 2004, o BNDES colocou a área da saúde como prioridade. O avanço hoje é que esta ligação é muito mais orgânica, ou seja, a lógica econômica começa a incorporar a lógica social e vice-versa. Isso é totalmente inovador. Trata-se de um salto de qualidade”, analisa. Ele argu-

menta que, se o país não avançar na base produtiva, a política de saúde pode não se concretizar. “Como estender o acesso à população se não há capacidade de produção e inovação? Não se pode ter um sistema de saúde forte com uma base produtiva frágil”, afirma Gadelha.

**NOVA POLÍTICA** O secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do MS, Reinaldo Guimarães, acrescenta, ao explicar as bases da nova política: “O complexo industrial da saúde é o componente estrutural da política da saúde e do Sistema Único de Saúde (SUS). Se por algum motivo o setor produtivo perde seu dinamismo, isso torna o SUS vulnerável. A proposta é de uma nova relação entre o MS e a indústria da saúde”.

Seria este um remédio eficaz indicado para salvar o doente crônico que é o setor de saúde no Brasil. Uma das principais metas do Programa Mais Saúde, conhecido como PAC da Saúde, é utilizar o

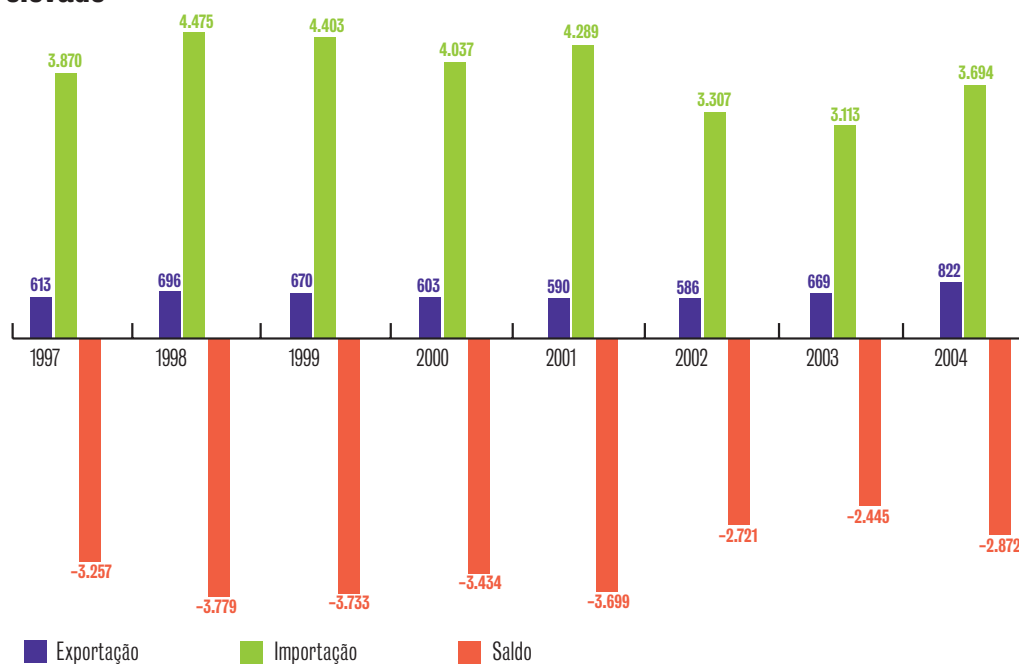
grande poder de compra do MS, cerca de R\$ 10 bilhões por ano em medicamentos, vacinas, equipamentos, materiais, próteses, etc., como ferramenta para impulsionar o aumento da capacidade produtiva e de desenvolvimento das indústrias nacionais.

“Para isso, estamos trabalhando na revisão das normas legais e sanitárias e na alteração de outras normas, visando diminuir as assimetrias existentes nos pregões públicos entre produtos nacionais e estrangeiros. O objetivo é aumentar a competitividade dos produtos nacionais nas compras do MS. Outra meta é elevar a fatia de genéricos de 15% para 25%, em quatro anos”, diz Guimarães.

Atualmente, os produtos importados têm vantagem tributária em comparação aos nacionais. O que está sendo proposto é a desoneração de impostos não apenas sobre o produto acabado, mas também sobre todo o processo produtivo. O MS trabalha também em

### Déficit ainda é elevado

Balança comercial do complexo da saúde no Brasil (em US\$ milhões)



Fonte: Dados elaborados por Carlos Augusto Gadelha/Revista Saúde Pública 2006, a partir de levantamento efetuado junto à Secex/Mdic - Rede Alice

## empresa brasileira da noite para o dia e que o processo vai levar tempo

### Profarma financia 50 projetos

Em sua primeira fase, o Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Complexo Industrial da Saúde (Profarma), de 2004 a 2007, liberou financiamentos para 50 projetos, no valor de R\$ 1 bilhão, o que representa um total de R\$ 2 bilhões, considerando a contrapartida das empresas. A maior parte dos projetos é de expansão e modernização de capacidade produtiva para a produção de medicamentos. Alguns são somente de adequação das empresas às novas exigências regulatórias da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). Em alguns casos, as mudanças eram tantas que os empresários optaram por construir novas fábricas, como foi o caso da Eurofarma, um dos cinco maiores fabricantes nacionais de medicamentos. Outras duas empresas do setor, a Libs Farmacêutica e a Cristália, também montaram fábricas novas com apoio do programa. Das 50 operações realizadas, 46 são de empresas de capital nacional.

“Esse conjunto de projetos é uma contribuição significativa do banco para dotar de mais competitividade o parque farmacêutico ins-

talado no país. As empresas de capital nacional têm hoje plantas industriais para produzir medicamentos em igualdade de competição com produtores estrangeiros e capazes de concorrer em mercados mais exigentes, como Estados Unidos e Europa, e algumas já o fazem”, constata Pedro Palmeira, chefe do Departamento de Produtos Intermediários Químicos e Farmacêuticos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Em sua primeira fase, o Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Complexo Industrial da Saúde (Profarma), de 2004 a 2007, liberou financiamentos para 50 projetos, no valor de R\$ 1 bilhão, o que representa um total de R\$ 2 bilhões, considerando a contrapartida das empresas. A maior parte dos projetos é de expansão e modernização de capacidade produtiva para a produção de medicamentos. Alguns são somente de adequação das empresas às novas exigências regulatórias da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). Em alguns casos, as mudanças eram tantas que os empresários optaram por construir novas fábricas, como foi o caso da Eurofarma, um dos cinco maiores fabricantes nacionais de medicamentos. Outras duas empresas do setor, a Libs Farmacêutica e a Cristália, também montaram fábricas novas com apoio do programa. Das 50 operações realizadas, 46 são de empresas de capital nacional.

“Esse conjunto de projetos é uma contribuição significativa do banco para dotar de mais competitividade o parque farmacêutico ins-

talado no país. As empresas de capital nacional têm hoje plantas industriais para produzir medicamentos em igualdade de competição com produtores estrangeiros e capazes de concorrer em mercados mais exigentes, como Estados Unidos e Europa, e algumas já o fazem”, constata Pedro Palmeira, chefe do Departamento de Produtos Intermediários Químicos e Farmacêuticos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Em sua primeira fase, o Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Complexo Industrial da Saúde (Profarma), de 2004 a 2007, liberou financiamentos para 50 projetos, no valor de R\$ 1 bilhão, o que representa um total de R\$ 2 bilhões, considerando a contrapartida das empresas. A maior parte dos projetos é de expansão e modernização de capacidade produtiva para a produção de medicamentos. Alguns são somente de adequação das empresas às novas exigências regulatórias da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). Em alguns casos, as mudanças eram tantas que os empresários optaram por construir novas fábricas, como foi o caso da Eurofarma, um dos cinco maiores fabricantes nacionais de medicamentos. Outras duas empresas do setor, a Libs Farmacêutica e a Cristália, também montaram fábricas novas com apoio do programa. Das 50 operações realizadas, 46 são de empresas de capital nacional.

Além desse, há um projeto aprovado de grande porte para o desenvolvimento de genéricos não existentes no mercado brasileiro; outro na área de nanotecnologia; e um terceiro está sendo negociado no montante de R\$ 100 milhões. Na área de equipamentos, a Opto Eletrônica, de São Carlos, no interior de São Paulo, desenvolve uma lente especial para equipamento médico-hospitalar.

Além das fases de ampliação e expansão da atividade produtiva e da inovação, o Profarma atua em uma terceira via, que é o apoio a iniciativas de fusão e aquisição entre empresas, linha essa restrita ao capi-

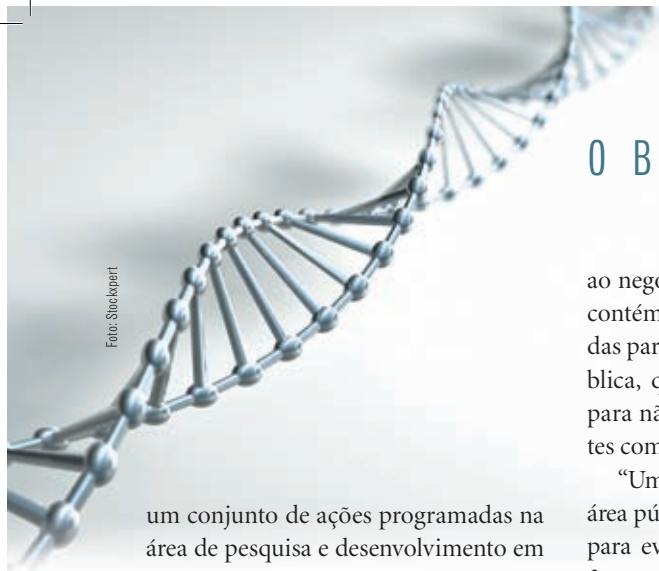
tal nacional. Foram duas operações realizadas. Uma de grande porte, que foi a compra da Biosintética pelo laboratório Aché, no valor de R\$ 300 milhões, e outra de pequeno porte, a aquisição do laboratório Barrene pelo laboratório Farmasa, no valor de R\$ 40 milhões.

Essas operações justificam-se pela necessidade de formação de empresas de maior porte, que possam destinar uma quantia significativa de recursos para pesquisa e desenvolvimento. “O BNDES acredita que uma concentração criteriosa nesse setor pode ser benéfica para a indústria farmacêutica nacional. E, por isso, o banco está voltado para costurar parcerias estratégicas entre empresas de capital nacional que possam redundar numa fusão ou aquisição, com eventual participação minoritária do banco”, diz Palmeira.

Atualmente, das 50 operações de financiamento em carteira no âmbito do Profarma, quatro foram realizadas de forma mista, uma parte em financiamento, outra em participação acionária. “Foram operações com empresas de pequeno porte, nas quais a única forma possível é o apoio com a entrada de capital, assumindo o risco total no negócio da empresa”, explica. Essas participações variam de 20% a 35% do capital. São elas: a Nanocore, no pólo tecnológico em Campinas (SP); a LifeMed, de equipamentos médicos; a Bioinnovation, empresa de biomateriais para o setor odontológico; e a Genoa, de biotecnologia, voltada a pesquisas de vacinas terapêuticas contra câncer.

Segundo Pedro Palmeira, “esse conjunto de ações representa mais do que a gente esperava e menos do que se pode realizar”.

Foto: Shutterstock



## O BNDES passou a ver o gasto em saúde

um conjunto de ações programadas na área de pesquisa e desenvolvimento em universidades, institutos de pesquisa e em parcerias com empresas, para a melhoria da rede de laboratórios de bioequivalência, pesquisa clínica, centros de toxicologia e biotérios.

O secretário diz que, em 2007, o MS foi parceiro permanente do BNDES na formulação do segundo Profarma. “Em certos aspectos do programa, dará chancela a algumas operações do banco. Mas, antes, precisa definir quais os produtos estratégicos para o SUS que ganharão prioridade. Esta lista deve estar pronta em fevereiro”, assegura.

**CETICISMO** A articulação entre a política industrial e a política nacional de saúde é vista com bons olhos pelo empresário, que, no entanto, aponta algumas dificuldades. A Federação Brasileira da Indústria Farmacêutica (Febrafarma) considera que o ponto forte é a atuação do BNDES, através do Profarma, mas mostra ceticismo em relação aos resultados. “A expectativa é boa, mas estamos conscientes de que não se forma uma grande empresa brasileira da noite para o dia. O processo vai levar tempo. É possível que se tenham várias consultas e tentativas de operações, e até algumas concretizadas. Mas, no curtíssimo prazo, não vai se formar uma grande multinacional nem o grande conglomerado de empresas brasileiras”, avalia o presidente da instituição, Ciro Mortella.

Segundo ele, o setor necessita de pesados investimentos, além dos recursos do BNDES. E está à espera de um conjunto de fatores, como um marco regulatório menos restritivo e mais favorável

ao negócio. Alerta que o PAC da Saúde contém um conjunto de medidas voltadas para o desenvolvimento da área pública, que precisa ser bem articulado, para não criar mecanismos concorrentes com o setor privado.

“Um enquadramento estratégico na área pública é extremamente importante para evitar a concorrência. Na área de farmoquímicos, que são os insumos, existe um longo caminho a percorrer. Temos capacidade de produção, mas não de absorção da produção, porque os mecanismos de utilização desses insumos ainda não estão definidos, nem do lado privado nem do público. Do lado público, as normas que regem a concorrência precisam de uma revisão de forma a estimular os produtos nacionais; na área privada falta regulação para poder haver competitividade com os importados”, resume Mortella.

“É preciso uma articulação das medidas para evitar fogo cruzado entre o público e o privado, o regulamentado com o não regulamentado. No setor farmacêutico, é necessário incentivar a iniciativa privada a investir, além de considerar que a simples oferta da linha de crédito pode não ser determinante em muitos casos. Tem de haver condições de colocar os produtos no mercado. Como concorrer com os produtos indianos, por exemplo, que têm muito mais incentivos?”

A Associação Brasileira da Indústria de Artigos e Equipamentos Médicos, Odontológicos, Hospitalares e de Laboratórios (Abimo), que tem participado do processo de discussão com o MS sobre a elaboração de políticas no setor, teme pelo impacto que o fim da CPMF trará ao PAC da Saúde. “No programa lançado no Palácio do Planalto, a indústria nacional estava contemplada em várias facetas. Desde a definição, por parte do MS, de quais produtos e tecnologias são estratégicos para o sistema de saúde até a utilização do poder de compra do Estado para alavancar a produção nacio-

nal. Ao mesmo tempo, temos a forte presença do BNDES com linhas diversas de financiamentos, inclusive com a possibilidade de não reembolso em casos especiais”, elogia o presidente da entidade, Franco Pallamolla.

“A Abimo entende que o Mais Saúde é um importante e poderoso instrumento de política industrial induzida. Estamos aguardando, ainda, a definição dos programas e subprogramas que serão mantidos e os que serão postergados”, afirma. Em carta aos associados, Pallamolla destaca como pontos positivos: inclusão de mecanismos de financiamento adequados, definição de produtos prioritários, uso do poder de compra do Estado, política de incentivo à inovação focada no setor e articulada com o Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) e a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), além de um expressivo aumento de recursos em diversas áreas do MS.

**INOVAÇÃO** A renovação do Profarma determina a continuidade da modernização, expansão e inovação, previstas na primeira fase, com ênfase a que as empresas possam se adequar às normas internacionais para poder competir em mercados mais exigentes, como o europeu e o americano. Também sugere uma atitude proativa do banco em relação aos processos de fusões e aquisições, já em andamento.

Mas a maior aposta nessa segunda fase recai sobre a inovação, informa Pedro Palmeira, do BNDES. Do orçamento de R\$ 3 bilhões em cinco anos, a metade destina-se a projetos de inovação. A expectativa é de que as empresas sejam atraídas pelo financiamento a juros de 4,5% fixos e prazos de pagamento de até 15 anos.

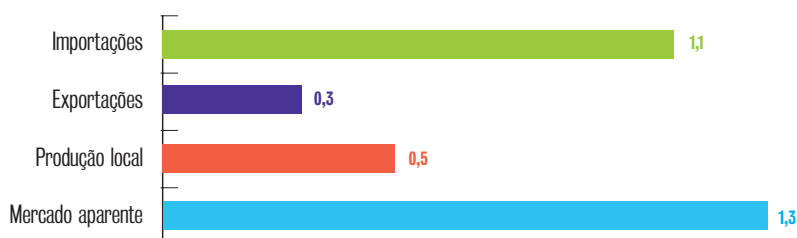
No âmbito do apoio à inovação, a cereja do bolo é o incentivo ao desenvolvimento e capacitação de empresas para a fabricação de produtos considerados estratégicos, com garantia de compra pelo governo, observa Palmeira. Seria uma ar-



## como investimento, com retorno para a economia como um todo

### Mercado dependente do exterior

Oferta e demanda de farmoquímicos em 2006  
(em US\$ bilhões)



Fonte: BNDES

ticulação entre empresas, MS e BNDES, em que a empresa interessada tem seu risco duplamente abrandado.

De um lado, o governo garante a compra e, de outro, o banco participa do risco do projeto e só recebe um percentual da receita que a empresa terá com o produto se o empreendimento for bem-sucedido. A operação dirige-se a empresas de capital nacional, com porte e capacidade de pesquisa e tecnologia para desenvolver os produtos em questão.

Essa estratégia faz parte do termo de cooperação assinado durante o anúncio do PAC da Saúde, em dezembro passado. Para torná-lo efetivo, foi proposto um comitê gestor com membros do MS, que definirá a lista dos produtos considerados estratégicos, e do BNDES, que entrará com os recursos.

**GARANTIA DE COMPRA** A importância de o governo garantir a compra de medicamentos é destacada também pelo economista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), atualmente cedido à Câmara dos Deputados, Luiz Carlos Magalhães, que em 2001/2002 participou, junto com técnicos do MS, de um amplo diagnóstico sobre o setor, com enfoque voltado para a indústria farmacêutica. O documento elaborado na época pela equipe (*Diretrizes para uma política industrial na área de medi-*

*amentos e farmoquímicos*) já tinha como foco a utilização da política de compras por parte do governo, como estratégia para induzir investimentos nas áreas de tecnologia e de produção de farmoquímicos e medicamentos.

Segundo Magalhães, essa estratégia é fundamental para acelerar o processo de investimento em inovação tecnológica, sem a qual a indústria nacional perde competitividade e permanece fragilizada em sua capacidade de produção. “É o que faltou na política já iniciada de incentivo à produção, apesar do fortalecimento proporcionado pelas linhas de financiamento do Profarma e do aumento na fabricação de genéricos”, observa.

“É preciso articular a política industrial com o poder de compra do governo, mesmo que isso, num primeiro momento, implique absorver preços mais altos, com aumento do custo fiscal”, pondera. E explica: “A presença das multinacionais no mercado brasileiro de medicamentos é muito acentuada, elas estão em constante processo de inovação e possuem grande capacidade de pesquisa, além de marketing avançado, enquanto as empresas nacionais se defrontam com essa concorrência e com o risco de ver seus investimentos fracassarem. Portanto, podem até ofertar produtos mais caros inicialmente, mas com a garantia de compra serão incentivadas a

desenvolver uma linha de produção mais competitiva”.

O ponto de partida do trabalho conjunto do MS e do Ipea foi a constatação de que os elevados custos dos medicamentos ofertados pelo SUS, no final do governo Fernando Henrique Cardoso, estavam pressionando muito o orçamento do Ministério, afetando também municípios e estados que distribuem remédios considerados essenciais. “Isso vinha como herança do processo de desregulamentação não articulada da indústria farmacêutica, que ocorreu nos anos 90, com a abertura comercial, atingindo diretamente a indústria de farmoquímicos, que ficou numa situação precária”, afirma o economista.

Segundo ele, as empresas estrangeiras – e também as nacionais – tendem a investir mais em processos de modernização na ponta, na fabricação de medicamentos, e não o fazem na área de síntese química. “Há, portanto, um descompasso no processo da indústria nacional de suprir insumos básicos. Ao mesmo tempo aumenta a pressão da sociedade para que o governo forneça novos medicamentos para alguns tipos de doença, como Aids e câncer. O resultado é o elevado déficit da balança comercial, em função do crescimento das importações de farmoquímicos, vacinas e mesmo de medicamentos prontos, na contramão de outros países como China e Índia.”

Magalhães bate na tecla de que a associação entre financiamento, poder de compra do governo e um programa intenso de investimento em inovação tecnológica abrirá uma boa perspectiva para a indústria farmacêutica.

Paralelamente, defende a criação de um grande laboratório nacional de biologia molecular, que poderia funcionar com linhas de pesquisa própria, bem como operar em rede com laboratórios ligados a universidades e outros grupos de pesquisas. Seria uma instituição capaz de organizar o esforço de pesquisa científica de forma sistemática.

## Estratégia do programa é acelerar o processo de investimento em inovação

**SETOR PÚBLICO** Foi também criado o subprograma Profarma Produtores Públicos, que se destina a apoiar a estrutura pública do complexo industrial da saúde, composta por laboratórios públicos produtores de medicamentos, vacinas, hemoderivados e reagentes e dispositivos para diagnóstico. Poderão ser utilizados fundos não reembolsáveis do banco.

O apoio, no entanto, estará condicionado a projetos que se adequem ao plano de ação a ser executado em 2008, após um amplo estudo sobre a atual estrutura

de produção pública de medicamentos no Brasil, com o objetivo de torná-la mais eficiente.

Hoje, observa-se uma competição predatória entre esses produtores públicos, com vários deles fazendo a mesma coisa e desrespeitando as vocações regionais. Os cerca de 20 laboratórios públicos existentes respondem por 70% da quantidade ofertada ao governo, mas por apenas 30% do valor.

O fortalecimento dos produtores públicos é parte do PAC da Saúde. Para se

enquadrar nesse processo, diz o secretário do MS, Reinaldo Guimarães, os laboratórios precisam deixar de competir entre si e trilhar quatro caminhos: busca de vocações, aumento do patamar tecnológico através de parcerias entre o setor público e o privado, atuação como reguladores de mercado e melhoria de gestão.

Também foi criada nova linha para o apoio ao capital de giro de empresas exportadoras, visando sua inserção internacional. Pode beneficiar empresas pequenas que tentam ganhar mercados lá

Foto: Alexandre Campbell/Folha Imagem



A Fiocruz atua no lado frágil do sistema de inovação em saúde, que é a base produtiva

### O papel estratégico da Fiocruz

Maior produtora de vacinas da América Latina, a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), desde sua criação, trabalha dentro da perspectiva de aliar o alto conhecimento científico e o potencial de inovação com o atendimento das necessidades sociais, afirma Carlos Augusto Gadelha, vice-presidente de Produção e Inovação em Saúde da Fiocruz. A empresa vem sendo o pilar estratégico da política nacional de fortalecimento do segmento farmacêutico. Em vista do seu reconhecido trabalho nesse campo, tem desempenhado papel importante na formulação e implementação de políticas de Estado.

Na área de vacinas, o Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos (Bio-Manguinhos) responde por mais da metade da demanda nacional, com uma produção de 90 milhões de doses por ano de vacinas e kits para diagnóstico de doenças infectoparasitárias. O Instituto de Tecnologia em Fármacos (Farmanguinhos) tem destaque na produção de medicamentos contra a Aids e outras doenças virais. Com isso, permite a regulação de preços dos medicamentos anti-retrovirais, gerando significativa economia aos cofres públicos. De suas linhas de produção saem, anualmente, mais de dois bilhões de comprimidos, cápsulas e frascos de

## tecnológica, sem a qual a indústria nacional perde competitividade

### Supremacia dos grandes

Carteira atual de financiamentos do Profarma  
Dados de agosto de 2007 (em unidades e R\$ milhões)

Porte das empresas	Nº de projetos	Total financiado
Grande	27	938
Média	11	50
Pequena	7	32
Micro	4	6
<b>Total</b>	<b>49</b>	<b>1.026</b>

Fonte: BNDES

fora e também grandes empresas, dispostas a viabilizar alguns negócios maiores a partir do Brasil, incluindo filiais de multinacionais.

“O compromisso da saúde é com a sociedade brasileira, o atendimento do mercado interno, mas a concorrência no mercado internacional é benéfica, principalmente para que as empresas possam desenvolver e internalizar competências tecnológicas e regulatórias, que vão resultar em melhor desempenho”, opina Palmeira. **i**

pomadas. Produz medicamentos para combater doenças como tuberculose, malária, hanseníase, hipertensão e diabetes, entre outras.

Gadelha cita a produção de insulina como um projeto emblemático. “A meta é atender a 50% da demanda do país, hoje totalmente dependente do oligopólio internacional, sem qualquer capacidade de barganha e de negociação. É um processo de alta tecnologia, por engenharia genética. Os primeiros produtos começarão a ser ofertados já em 2008, com condições em 2010 de atender a uma boa parte da demanda”, diz. Um acordo com a Ucrânia, fechado em 2007, representa um processo importante de transferência tecnológica e garantirá a entrega de insulina ao Ministério da Saúde (MS).

“Tudo é tecnologia de ponta. Os produtos da área de saúde ficam na fronteira tecnológica. O déficit da balança comercial do setor saúde, que passou de US\$ 700 milhões no final dos anos 80 para US\$ 5 bilhões atualmente, não é o principal problema. Mais que este déficit, o problema está no déficit de capacidade de inovação e de conhecimento numa área estratégica para a política social. O Brasil é forte em pesquisa de saúde, tem uma base científica sólida e um sistema que, apesar dos problemas, conta com ações de grande amplitude, mas não tem o meio de campo, que é a base industrial de inovação”, constata Gadelha.

Mas ele vê uma luz brilhando no fim do túnel, seguindo em direção ao *gap* existente entre pesquisa e produção no país. Uma luz que se traduz nos projetos do Centro de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CDCT) e do Centro Integrado de Protótipos Biofármacos e Reativos (CIPBR), ambos da Fiocruz. “O objetivo desses dois centros é dar suporte ao setor produtivo público-privado na absorção de tecnologias de fronteira e participar mais ativamente da estratégia nacional, que envolve estados, outras instituições e universidades, para atacar o elo frágil do sistema de inovação em saúde, que é a base produtiva. O alvo é transformar a produção que está em escala de laboratório em produção industrial”, diz o vice-presidente da Fiocruz.

O Centro de Protótipos, previsto para entrar em operação em 2009, é um laboratório piloto para a formulação de lotes experimentais de vacinas e de medicamentos estratégicos para a saúde pública, utilizados no tratamento de doenças como câncer, Aids, hepatites B e C e anemias ligadas à insuficiência renal crônica. A planta vai desenvolver tecnologias em fases mais avançadas, até a pesquisa clínica, e viabilizará a produção de substâncias em pequena escala. Haverá, assim, a passagem da etapa do desenvolvimento tecnológico para a produção do medicamento.

Segundo Gadelha, parte dos medicamentos produzidos é comprada diretamente pelo MS e outra parte é descentralizada, sendo compras feitas por estados e municípios. A idéia é desconcentrar o desenvolvimento tecnológico, com a criação de pólos regionais.

Um exemplo de descentralização é a criação da Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia (Hemobrás), que está sendo construída no município de Goiana, em Pernambuco, com investimentos estimados em US\$ 65 milhões. Trata-se de uma empresa pública que tornará o país auto-suficiente na produção de quase todos os hemoderivados, usados no tratamento da hemofilia, com custo muito inferior ao atualmente praticado pelas multinacionais. O país gasta cerca de US\$ 200 milhões por ano com importações. Além disso, aproveitará as doações de sangue feitas no Brasil como matéria-prima, inclusive com o uso de material biológico de difícil obtenção, como é o caso do plasma, presente no sangue coletado.

As unidades produtivas que surgirem em cada estado poderão se articular ao setor privado para alavancar as economias regionais em torno da saúde. “É uma estratégia de Estado, requer tempo, mas agora encontrou um ambiente propício para se tornar realidade. Existe todo um ambiente conformado para articular a política industrial com a política social na área da saúde no país. O processo está em andamento e a perspectiva agora é que se multiplique”, diz o vice-presidente de Produção e Inovação em Saúde da Fiocruz.



AGÊNCIAS REGULADORAS

# A regulação está

# na berlinda

Por **Ricardo Wegrzynowski**, de Brasília

Em alguns casos, falta regulação, como para a convergência digital, que une televisão, celular, jornal e outros em um só meio de comunicação, mas em geral os entes reguladores são questionados por interferirem demais, por suas ligações com o governo e até por falta de qualificação técnica

**E**las estão em todos os cantos da vida cotidiana. De certa forma tentam regular nossa sociedade. Seja na conta de luz ou de água, nos alimentos, em nossas viagens por terra, ar ou água. Entre os papéis das agências reguladoras está o de fiscalizar áreas que em muitos casos interferem diretamente na economia do país, como é o caso do petróleo, transportes e outros. As polêmicas são tantas que um caso acabou transformado em tema de “samba enredo” no carnaval 2008. O bloco de carnaval “Nós que nos amávamos tanto”, de Brasília, questiona em versos a falta de qualidade dos serviços de aviação. Por trás da questão está a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac). Mas não só os sambistas se indignaram. Pesquisadores e estudiosos em regulação apontam diversos problemas. Dos céus para o fundo do mar, outras questões também envolvem as agências.

Livros, teses, casos, modelos, bons e maus exemplos não faltam. No Brasil, onde as agências começaram há menos de 20 anos, as polêmicas são grandes, como a provocada pela retirada inesperada dos 41 blocos exploratórios do leilão organizado pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) em novembro do ano passado.

A problemática das agências se dá tanto na exploração de petróleo e seus derivados como também na regulamentação das novas formas de acesso às telecomunicações, como telefonar ou assistir televisão pela internet. Para Márcio Wohlers de Almeida, diretor de Estudos Setoriais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), em tempos de convergência tecnológica, por exemplo, com diversos meios de acesso à internet, são necessárias mudanças. “Temos que compatibilizar a incorporação dessas novas tecnologias de telecomunicações



## Uns defendem a necessidade de uma nova lei geral das agências e outros,

à estrutura regulatória do setor. No entanto, a regulação tem de ser dinâmica sem se tornar instável”, diz.

A defasagem entre tecnologia e regulação, segundo ele “é até natural. Afinal, a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) foi criada na mesma época em que ocorreram os processos de privatização e liberalização de mercados, em meados na década de 1990, quando cada um dos meios de comunicação tinha a sua tecnologia própria. Era a fase de pré-convergência”.

Com a digitalização e a convergência é possível a transmissão de sinais de voz e imagem de televisão pela internet em banda larga, inclusive para aparelhos móveis, como o telefone celular. “Em todo o mundo, a convergência tecnológica abriu uma complexa discussão sobre renovação das regras das telecomunicações, incluindo a televisão”, afirma Wohlers.

Outro problema é a falta de coordenação entre as agências e órgãos do governo federal, “que se tornaram afins devido à convergência”, diz Wohlers, citando como exemplo “a necessidade de coordenar e regulamentar temas de ordem tecnológica e econômica, com os vinculados ao conteúdo, que envolvem diferentes formas de incentivo e proteção à produção cultural brasileira”.

O diretor do Ipea cita em seus estudos que uma das administrações eficientes de concessões e fiscalização dos sistemas multimídia aconteceu em 2003 na Inglaterra, por intermédio da fusão de cinco agências envolvendo telecomunicações e televisão. “No Brasil, há necessidade de

maior integração institucional para que haja a convergência não só tecnológica mas também entre as reguladoras, já que o sistema todo ainda é bastante fragmentado”, diz Wohlers.

O advogado Carlos Ari Vieira Sundfeld, especialista em regulação, diz que a Lei Geral de Telecomunicações, de 1997, contém soluções para a “comunicação eletrônica”, porém é preciso fazer novas mudanças. Segundo Sundfeld, a conver-

gência de serviços exige convergência de regulador”.

**AUTO-REGULAÇÃO** Entre as polêmicas está o fato de o governo regular a si próprio. A pesquisadora do Ipea Lúcia Helena Salgado e Silva questiona a retirada dos 41 blocos exploratórios dos 271 ofertados no mês de novembro passado por meio de leilão. Segundo a pesquisadora, a ANP teria privilegiado seu parceiro, no caso, ele próprio – o governo.

“Depois da descoberta pela Petrobras de uma série de campos de potencial de exploração muito grande, logo em seguida a agência reguladora toma uma decisão, em cima de um pacto que já estava colocado no leilão de poços naquela região?”, questiona ela, para emendar: “O consumidor fica na dúvida se a agência reguladora de fato tomou uma decisão que visa ao interesse geral ou se ela levou em consideração, de uma maneira, os interesses da Petrobras”.

Por outro lado, a pesquisadora também elogia o trabalho da agência. “A ANP vem fazendo o acompanhamento da conduta de postos de combustíveis e ajudando o sistema de defesa da concorrência a verificar casos de cartel. Com relação a esses dois aspectos, ela vem operando bem. Um ponto mais frágil é quando ela tem que lidar com interesses e eventualmente ter que contrariar sua principal regulada que é a Petrobras”, pondera.

O questionamento da pesquisadora atualiza o documento que ela escreveu em 2003. Segundo o texto, o termo técnico para o fenômeno é “captura regulatória”, quando o regulado tem relação



gência não é só tecnológica, mas também de “negócios”, porque envolve lucro, empregos, impostos, além de que muitas empresas são veículos de comunicação, o que pode envolver concessões. O especialista defende, por exemplo, que os serviços de radiodifusão sejam regulados pela Anatel – hoje, a regulação é do Ministério das Comunicações (MC), “pois a



## mais moderados, pretendem apenas fazer adaptações nas regras atuais

com o regulador. “Sempre discutimos isso, como montar uma agência regulatória, tendo uma regulada tão poderosa como é a Petrobras. Uma forma para solucionar seria que uma fosse totalmente desligada da outra, desvinculada com relação à regulada. A gente percebe que as duas caminham muito juntas”, aponta.

O advogado especialista Sundfeld também critica esse tipo de ação. Segundo ele, “no setor em que empresas estatais também são reguladas há dois elementos vitais: o órgão regulador tem de ser independente de verdade, inclusive em relação aos interesses do Poder Executivo, o que exige muita clareza da lei na fixação da missão do órgão; e a lei deve definir com o máximo de precisão possível o limite das competências do Executivo para fixação das políticas setoriais, evitando confusão entre política e regulação. Se não for assim, ou a agência não servirá para nada ou o choque institucional será permanente”, diz.

**INTERESSES** Seguindo essa corrente de pensamento, na relação com as empresas do governo, as agências perdem em flexibilidade e potencialidade ao contrariar interesses. “Os regulados, num jogo simples, não podem gostar do regulador. É da natureza dele cessar, cortar interesses, até porque visa ao longo prazo da sociedade e não ao interesse imediato de um ou outro setor. Precisaria ter total independência, é por isso que as agências possuem, nos seus presidentes, pessoas que detêm um mandato, assim não podem ser afastados do cargo se eles eventualmente contrariarem algum interesse político”, diz Lúcia Helena.

O advogado Sundfeld também sugere um possível problema: “A sociedade entre Estado e particulares no controle de empresa concessionária é um modelo em tese possível, inclusive do ponto de vista jurídico, de Parceria Público-Privada (PPP) em sentido amplo. Mas seu uso deve ser limitado, pois ele tem dificuldades operacionais nada desprezíveis.



Foto: Renata Urso/Conteúdo Expresso

**A regulação dos serviços de saúde complementar ainda é pouco conhecida no Brasil**

veis. Uma delas é a de isonomia na própria licitação, entre o consórcio de que participe empresa estatal e os outros concorrentes”.

**LA GARANTIA** As agências reguladoras mantêm os preços de mercado nos chamados “monopólios naturais”, que são aqueles setores com pouca ou nenhuma concorrência, a exemplo de distribuição do abastecimento de água, telefonia, gás e energia elétrica. Ai começa outro ponto emblemático. Em alguns casos o governo está dos dois lados do balcão: fiscaliza e também é o fiscalizado.

A questão pode remeter à velha anedota “*La garantía soy yo*” (a garantia sou eu). A pesquisadora Lúcia Helena reclama: “Longe da intenção de levantar dúvidas sobre a ética dos encarregados de fiscalizar, mas há no mínimo um contra-senso”.

Outro problema, segundo Lúcia Helena, é que a forma de angariar recursos para as privatizações traz um capital privado que geralmente pouco participa “sozinho” da compra das empresas estatais. É mais que comum os consórcios envolvendo empreendimentos governamentais, com significativa parcela

de participação financeira. Há também casos da participação do governo, de forma indireta, nos financiamentos.

Um dos exemplos é a parceria que arrematou o leilão da usina hidrelétrica de Santo Antônio, do Complexo do Rio Madeira, ocorrido no dia 10 de dezembro passado, com participação da empresa estatal Furnas Centrais Elétricas. A problemática está que a própria Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) foi quem aprovou a minuta do edital de licitação. Com a mistura entre iniciativa privada e o dinheiro público, a ambigüidade está formada. “Como pode o governo fiscalizar e regular seus próprios serviços, sua própria participação?”, questiona.

Sundfeld também coloca em xeque a isonomia das agências reguladoras. E o pesquisador José Feres, do Ipea, citando o caso do rio Madeira, diz que “a participação das estatais nos leilões de energia elétrica é como a reestatização”.

**QUALIFICAÇÃO** Outro ponto que pode engessar as agências reguladoras é a falta de pessoal especializado, tanto no *staff* operativo (quadro técnico) quanto nos dirigentes. Para a pesquisadora Lúcia Helena, os cargos de indicação nem

## Projeto proíbe que dirigentes exerçam atividade sindical, político-partidária

sempre seguem critérios como conhecimento técnico. “Foi o que aconteceu recentemente com a Anac. Muitos cargos eram preenchidos por escolhas políticas e não técnicas, daí houve boa parte dos problemas”, diz.

Segundo a pesquisadora, o preenchimento dos cargos nas agências reguladoras deveria seguir somente critérios técnicos. “Não sei se isso vem acontecendo, mas é uma questão de se avaliar. Muitas agências ainda não têm um quadro técnico e contam com pessoas contratadas para cargos temporários, ou trazidas de outros órgãos”, assinala. Ela relembra que recentemente o Ministério Público Federal entrou com uma ação vitoriosa para que fossem feitos concursos públicos para contratação de pessoal técnico nas agências. Desde então foram realizados alguns concursos. Na Anac, por exemplo, o corpo técnico ainda está sendo formado “e muitos dos aprovados ainda não foram chamados”, alerta.

Lúcia Helena Salgado aborda amplamente sua argumentação no Texto para Discussão (TD) do Ipea, intitulado “Agências Regulatórias na experiência brasileira: um panorama do atual desenho institucional”, que está disponível no site do instituto.

O advogado Sundfeld é mais rígido ainda nos questionamentos: “O maior problema das agências não está nelas, e sim no Poder Executivo, cuja organização precisa ser repensada, e no sistema político, que sabota o caráter técnico do processo regulatório”. O advogado afirma haver também falta de clareza legal na definição da missão e competências das agências.

Por outro lado, na opinião de Márcio Wohlers, “qualquer profissional regulador, além da competência técnica, tem crenças e valores, além de ser dotado de convicções políticas, alinhadas ou não ao governo”. O diretor do Ipea também cita a experiência internacional na regulação econômica de energia e telecomunicações, como a dos Estados Unidos, que



Três agências atualmente regulam o setor de transportes no país: uma para o transporte terrestre; outra...

possuem forte cultura regulatória. “Eles mostram que é possível trabalhar com autonomia mesmo quando há indicação dos conselheiros proporcional ao peso da representação político-partidária no Congresso. A legislação é que garante isenção”, afirma.

Segundo Lúcia Helena Salgado, de fato, as leis brasileiras garantem que as pessoas “tanto indicadas pelo Executivo quanto aprovadas pelo Senado tenham notória especialização na matéria que vão regular. A questão é se isso vem sendo observado ou não. A lei é bem clara: é preciso qualificação para exercer o cargo. Isso é fundamental para que eles venham a tomar decisões que eventualmente são antipáticas”, dispara.

**CAPITALISMO** Em muitos casos, a força do capital estatal nos leilões de petróleo,

gás e energia elétrica é uma mostra da tímida presença do capital privado no desenvolvimento desses setores no país. “A gente vê isso em qualquer ocasião de investimento. Os processos de privatização geraram essas relações ambíguas. Por exemplo, na privatização do Sistema Telebrás, aquilo foi um consórcio com capital estatal, com a presença dos fundos de pensão e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). A gente vê isso acontecer correntemente”, diz a pesquisadora Lúcia Helena. Ela define a questão como “perpetuação do capitalismo associado”.

O advogado Sundfeld discorda. Para ele, “o banco oficial que financia o adquirente do controle de empresa privatizada não se torna controlador da empresa nem corre diretamente os riscos

ou de direção empresarial, evitando desta forma a politização das agências

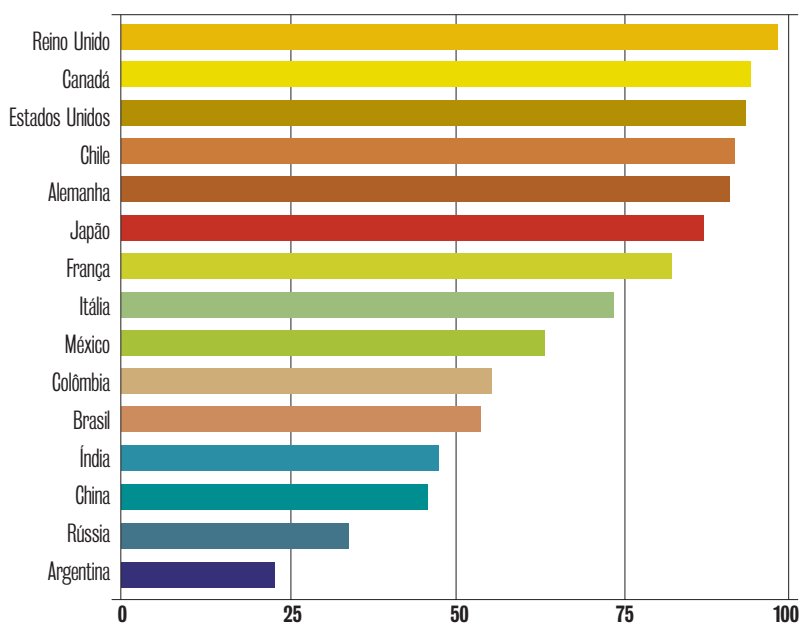
Foto: Márcio Lima/Conteúdo Expresso



...para o aéreo; e a terceira, para o aquaviário

## A qualidade da regulação no Brasil

Comparação com outros países — 2006  
(em %)



Fonte: Daniel Kaufmann, Aart Kraay e Massimo Mastruzzi (Banco Mundial) — 2007

do negócio. Por isso, é exagero falar em falso capitalismo”. Quanto à participação do banco, o advogado também é contundente: “A participação do BNDES na privatização brasileira foi positiva, permitindo a criação de um setor privado forte e capitalizado de que o país precisava”.


**LEI GERAL** Um dos entraves à maior consistência e efetividade da regulação no seu todo é a ausência de base legal abrangente e homogênea. No Congresso Nacional tramita há vários anos o Projeto de lei nº 2.633, de 2003, de autoria do ex-deputado Ivan Ranzolin, que está prestes a ser votado em plenário. São várias as mudanças sugeridas pelo projeto, desde a celebração e gerenciamento de contratos de concessão, controle, acompanhamento e revisão das tarifas até a consulta pú-

blica no caso de revisão de tarifas. Outro ponto diferencial será a fixação de metas e de fiscalização.

O cargo de ouvidor, com mandato fixo de quatro anos, exercendo suas funções sem subordinação hierárquica e acumulação de funções, será estendido a todas as agências. O ouvidor será escolhido e nomeado pelo presidente da República, após aprovação pelo Senado Federal, prevê o projeto de lei, cujo relator no Congresso é o deputado Leonardo Picciani (PMDB-RJ).

“A Lei Geral das Agências está vindo da forma ideal, porque nada como o processo democrático, de discussão, de embates com proposições. A lei foi bastante aprimorada, acabou caindo o contrato de gestão, que era um ponto que as pessoas que estudam e acompanham a área batiam muito contra. Esse contrato

previa que as agências firmariam compromissos com os ministérios aos quais estavam vinculadas, definindo metas de desempenho e de gestão, e, uma vez não atingidas, os seus dirigentes poderiam ser afastados. Isso iria afetar a autonomia das agências”, comemora a pesquisadora Lúcia Helena.

Segundo o texto do relator, a lei deverá garantir liberdade às agências em relação à administração pública federal. Teriam ainda total isonomia. Segundo informa a assessoria do deputado relator, o que realmente vai assegurar a isonomia é a proibição de que os membros do Conselho Diretor, incluindo o presidente, exerçam atividade sindical, político-partidária ou de direção empresarial, evitando desta forma a politização das agências, além do conflito de interesses. 



## MELHORES PRÁTICAS

# Cidadãos fazem outra cidade

As cidades de São Paulo, Ilhabela e Rio de Janeiro constroem indicadores de qualidade de vida para monitorar a gestão municipal e gerar meios para os eleitores cobrarem do próximo prefeito uma administração por resultados

Por **Claudia Iziq ue**, de São Paulo

**N**o dia 10 de dezembro de 2007, vinte dias antes de encerrar seu mandato, o prefeito de Bogotá, na Colômbia, Luis Eduardo Garzón, submeteu-se à última avaliação de seus quatro anos de governo. Em sessão pública promovida pelo projeto *Bogotá como Vamos*, um grupo de especialistas comparou os resultados da administração com os compromissos firmados no início do mandato. Concluiu-se que, em algumas áreas, o balanço tinha sido positivo: Garzón cumpriu, por exemplo, 98% das metas estabelecidas para a área de educação, atendeu praticamente a todas as expectativas do programa Bogotá sem Fome e ainda conseguiu reduzir

o número de homicídios, de 30 para 17,9 por 100 mil habitantes. Apesar do desempenho insatisfatório na atenção integral à saúde e na alfabetização de jovens e adultos, sua gestão foi considerada transparente e responsável. Garzón deixou o governo com nota 3,38, numa escala de 1 a 5.

O modelo de administração por resultados e de acompanhamento periódico e sistemático da gestão municipal com base em indicadores de qualidade de vida, patrocinados pelo projeto *Bogotá Como Vamos*, começa a ser replicado no Brasil. A Câmara Municipal de São Paulo deverá votar nos próximos meses uma proposta de alteração da “Consti-



Foto: Juca Martins/Pixar/Imagens







## “É um direito de o eleitor ver cumprir as propostas que foram divulgadas

tuição” municipal para obrigar os próximos prefeitos da capital a cumprirem um programa detalhado de governo para todo o mandato. O projeto foi aprovado por unanimidade pela Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa da Câmara Municipal e está sob análise das comissões de Administração Pública e de Finanças, antes de seguir para a votação em plenário. A expectativa é que o prefeito eleito no pleito municipal de outubro deste ano assuma o cargo comprometido com um plano de metas cujos resultados serão avaliados a partir de seu impacto sobre os principais indicadores de qualidade de vida da cidade.

O projeto teve origem no movimento *Nossa São Paulo: Outra Cidade*, do Instituto São Paulo Sustentável (ISPS) – entidade constituída em 2007, inspirada na experiência colombiana –, que reúne cerca de 30 empresas e 393 organizações da sociedade civil com o objetivo de recuperar a confiança da população nos processos políticos, valorizar a democracia participativa e promover o desenvolvimento sustentável da cidade. “O movimento tem como eixo a mudança na forma de fazer política e nossa estratégia é comprometer o governo municipal com um programa de metas que envolva desde a transparência na gestão pública até mudanças nos indicadores sociais”, diz Oded Grajew, membro da secretaria executiva do ISPS.

O que está sendo avaliado pela Câmara Municipal paulistana é uma “adaptação” da legislação colombiana, explica o advogado Paulo José Villela Lomar, especialista em direito urbanístico e autor da proposta. Apesar de a Constituição brasileira não contemplar o voto programático – que, no caso da Colômbia, permite aos eleitores destituir do cargo o prefeito ou vereador que, durante o mandato, revelar-se infiel ao seu programa de governo –, há brechas na legislação do Plano Diretor dos Municípios para mudanças. “Embora não funcione plenamente, a Lei do Plano Diretor fixa objeti-

vos, diretrizes e define ações estratégicas para um período de dez anos. A nossa intenção é vincular o prefeito a esse plano, complementando a legislação do Plano Diretor”, diz. Em termos jurídicos, trata-se de um projeto de lei que altera a Lei Orgânica do Município e que tramita com o nº 08/2007.

A própria Prefeitura de São Paulo não se opõe. “É um direito de o eleitor ver cumprir as propostas que foram divulgadas na campanha eleitoral”, afirma o secretário de Participação e Parceria do município de São Paulo, Ricardo Montoro. “O político-gestor, no entanto, também deve ter o direito de informar ao público que determinadas propostas não podem ser implantadas por serem impraticáveis no emaranhado orçamentário”, ressalva. Ele diz que a divulgação de indicadores de desempenho por parte da prefeitura – nos moldes do projeto colombiano – “não representa necessariamente algo fora da possibilidade”. Mas considera que a análise da evolução desses indicadores deveria ser atualizada anualmente e no âmbito de um amplo processo de discussão com a sociedade.

O secretário municipal informa que também conhece de perto a experiência de Bogotá. “O movimento colombiano propõe o desenvolvimento da cidade por meio do viés da qualidade de vida e da transparência na divulgação das propostas de governo, assim como das ações e uso do dinheiro público”, sublinha. Mas diz que ainda tem dúvidas quanto à “adequação” desse modelo de participação cidadã numa cidade como São Paulo, que, segundo ele, é marcada pela diversidade. “Aqui, tudo é múltiplo e pluralista e requer ações que valorizem a integração dessas muitas comunidades. Não estamos numa cidade linear. Há uma necessidade premente de valorização e inclusão das diversas minorias que tornam a cidade esse palco multifacetado”, analisa Montoro. Reconhece, no entanto, que a transparência e o exercício constante de



A primeira iniciativa no Rio foi construir indicadores...

avaliação dos bens e serviços oferecidos pela administração pública não devem ter limites. “O futuro caminha para gestões cada vez mais democráticas e transparentes, com decisões colegiadas. Não poderemos fugir disso.”

O movimento *Nossa São Paulo: Outra Cidade* aposta na aprovação do projeto e já prepara um conjunto de indicadores de qualidade de vida que, na expectativa de Grajew, será uma espécie de “agenda” para os candidatos à prefeitura do município e um gabarito para a avaliação do desempenho de sua gestão. “Estamos trabalhando na coleta dos dados para compor um quadro amplo de indicadores”, adianta.



## na campanha eleitoral", afirma a própria Prefeitura de São Paulo

Foto: Ricardo Azoury/Pulsar Imagens



...para monitorar a gestão municipal em áreas como violência, segurança e orçamento público

Esses indicadores serão analisados e debatidos por diversos grupos de trabalho no Fórum Nossa São Paulo, a ser realizado entre os dias 15 e 18 de maio, com o objetivo de elaborar sugestões para os diversos desafios sociais, econômicos, políticos, ambientais e urbanos. As propostas serão apresentadas à sociedade, aos poderes públicos e aos partidos políticos que disputarão as próximas eleições municipais. Ainda no primeiro semestre será lançada uma pesquisa qualitativa sobre a percepção dos cidadãos em relação aos principais problemas da cidade – educação, saúde, corrupção, segurança pública, assistência social, desigualdade, entre outros. “Os resultados serão o mar-

co zero para a construção de uma São Paulo mais justa, mais segura, mais bonita e sustentável”, diz Grajew.

**ILABELA** São Paulo provavelmente não será a única cidade brasileira a contar com uma legislação que comprometerá o próximo prefeito com seu programa de governo. Em novembro de 2007, o movimento *Nossa Ilha Mais Bela* encaminhou à Câmara de Ilhabela, município do litoral paulista, anteprojeto de emenda à Lei Orgânica que obriga o administrador municipal a apresentar um plano de metas baseado em indicadores, em até 90 dias após assumir o mandato. Também no caso de Ilhabela, o objetivo é aumen-

tar a transparência dos diversos setores do governo, garantir compatibilidade das ações do prefeito com o programa eleitoral e permitir o acompanhamento público dos investimentos, obras, projetos e serviços realizados pelo poder público.

A equipe coordenadora do movimento trabalha na coleta de dados e na confecção de indicadores de qualidade de vida para formar um banco de dados que ficará à disposição dos poderes Executivo e Legislativo e acessível a toda a população. A pesquisa que avalia a relação dos cidadãos com a cidade ficou pronta em outubro. Ilhabela é percebida como um lugar privilegiado, com vocação econômica para o turismo, mas com graves problemas estruturais – como, por exemplo, na área de saneamento –, cuja solução deverá ser cobrada do próximo prefeito.

**RIO DE JANEIRO** A experiência de Bogotá também foi fonte de inspiração do *Rio Como Vamos*, um movimento de cidadania em prol da qualidade de vida. A primeira iniciativa foi reunir informações que permitissem diagnosticar os principais problemas da cidade e construir indicadores para monitorar o avanço da gestão municipal em áreas como violência, segurança e orçamento público.

Com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e de outras estatísticas disponíveis, constatou-se, por exemplo, que, apesar de a violência ser a maior preocupação dos cariocas, a taxa está menor que a de meados dos anos 1990, enquanto, por exemplo, Belo Horizonte, Curitiba e Recife apresentam taxas crescentes. Em compensação, o Rio de Janeiro registra o pior índice de acesso à matrícula no ensino fundamental da rede pública dos últimos dez anos, comparado a dez regiões metropolitanas. E mais: o único serviço básico de acesso universal na cidade do Rio é o fornecimento de energia elétrica.

## Entrevistas revelam baixa participação dos cidadãos na vida das cidades

Foto: Armando Catunda/Pulsar Imagens



**Pesquisa avaliou que Ilhabela é percebida como um lugar privilegiado, de vocação para o turismo, mas com problemas estruturais como o saneamento**

O segundo passo foi realizar uma pesquisa de percepção pública sobre a vida na cidade, utilizando metodologia de grupos focais, apresentada em novembro do ano passado. “Essa técnica é adequada para estudos exploratórios que visam obter percepções, conceitos-chave e idéias que organizam o pensamento em torno de fatos e eventos”, justifica Samyra Crespo, uma das fundadoras do *Rio Como Vamos* e integrante do Instituto de Estudos da Religião (Iser). Violência, saúde pública, sujeira e má conservação da cidade foram os problemas mais recorrentes. As entrevistas revelaram uma baixa participação dos cidadãos na vida da cidade. Segundo Samyra, poucos se lembravam em quem haviam votado nas últimas eleições municipais e atribuíam ao prefeito a responsabilidade de toda a sua insatisfação.

Esse conjunto de informações subsidiará a construção de uma cesta de in-

### O exemplo participativo do movimento *Bogotá como Vamos*

O projeto *Bogotá como Vamos*, criado durante a campanha eleitoral de 1997, na capital da Colômbia, é uma experiência bem-sucedida de cidadania participativa. O seu objetivo é a construção da cultura democrática em Bogotá e seu principal aporte consiste em fornecer elementos aos eleitores para avaliar o papel desempenhado por seus representantes na prefeitura e na Câmara de Vereadores e, ao mesmo tempo, desenvolver um projeto compartilhado de cidade.

O movimento – que ganhou a sigla BCV – organiza-se em torno de duas estratégias centrais: a de avaliação sistemática da gestão pública, com foco no conceito de qualidade de vida, e a de divulgação e comunicação, para dar transparência aos resultados.

O processo de avaliação da administração pública e o acompanhamento de pro-

blemas sociais são realizados com base em indicadores técnicos para dar conta do impacto da gestão na qualidade dos serviços e bens públicos, devidamente validados por especialistas. Isso significa que, para medir o avanço dos indicadores de educação, por exemplo, o BCV avalia a evolução do número de matrículas e não o número de escolas construídas pela administração municipal. Da mesma maneira, os indicadores de transportes não consideram a extensão das vias pavimentadas, mas o tempo médio de deslocamento urbano. A grande maioria das informações que alimentam os indicadores tem origem em pesquisas oficiais realizadas pelo governo distrital.

Essa estratégia de avaliação por meio de indicadores vem sendo utilizada desde 1998. A partir de então, os índices de pobreza por renda caíram quatro pontos percentuais, entre

1998 e 2004, e a taxa de acesso à educação fundamental e ao ensino médio na cidade de Bogotá cresceu de 88% para 92,1%, no mesmo período. O número de pessoas que tiveram acesso aos serviços de saúde também cresceu cerca de 50% e o de ligações ao sistema de distribuição de água aumentou 93%. Esses resultados contribuíram para a melhora do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,820 para 0,8333.

O projeto também utiliza indicadores de percepção para conhecer a opinião dos cidadãos em relação às áreas avaliadas e qualificar a administração municipal, assim como seus principais programas. Em 2000, apenas 29% da população da capital colombiana percebia melhorias introduzidas na cidade como decorrência do trabalho da entidade. Em 2006 esse percentual chegou a 53% e continua subindo.



## e poucos se lembram em quem votaram nas últimas eleições municipais

dicadores englobando treze temas: saúde, educação, segurança pública e violência, pobreza e desigualdade, meio ambiente, lazer e esportes, cultura, habitação e saneamento, inclusão digital, trabalho, emprego e renda, orçamento e vereadores. “Ainda falta definir os indicadores para algumas áreas, como a de cultura, por exemplo”, ressalva Roberta Oliveira, coordenadora técnica do *Rio Como Vamos*. A idéia é, a partir desses indicadores, mapear áreas mais carentes da cidade e identificar os setores da administração que necessitem de mais atenção e investimentos. O passo seguinte será cobrar ações do Executivo e do Legislativo municipais.

**UTOPIAS** As pesquisas de opinião funcionam como uma espécie de bússola para as ações e as campanhas desses movimentos. No ano passado, o *Nossa São Paulo: Outra Cidade* encomendou ao Ibope uma pesquisa qualitativa para

conhecer as expectativas e frustrações dos paulistanos. Depois de consultar grupos de diferentes faixas etárias e classes sociais e de ouvir lideranças comunitárias e representantes de movimentos sociais, concluiu que a população tem sentimentos dúbios em relação à cidade. A grande maioria dos entrevistados define São Paulo como “caótica”, destacando problemas de trânsito, carências de transporte público e dificuldades de acesso aos serviços e bens disponíveis. Muitos, no entanto, declararam-se “apaixonados” pela cidade e confessaram que têm um sonho, qualificado como “utopia”: o de resgatar o orgulho de ser paulistano.

A análise dos resultados levou à conclusão de que a priorização da agenda econômica, em detrimento do “capital humano” e da sustentabilidade da cidade, acabou por provocar um distanciamento entre os cidadãos e o acirramento das diferenças sociais. Nesse fosso instalaram-

se a violência, o *apartheid* social e a desigualdade de oportunidades.

Para mudar esse quadro e construir uma cidade sustentável e justa, além dos programas de indicadores e metas e do acompanhamento cidadão da gestão municipal, o movimento *Nossa São Paulo* quer fortalecer a cultura cidadã por meio da revalorização do espaço público, da melhoria da auto-estima dos paulistanos e do sentimento de “pertencimento a uma cidade que deveria ser de todos”. Também estão previstas ações de promoção de parcerias entre empresas, organizações sociais e órgãos da prefeitura; a constituição de fóruns de debate em todas as regiões da cidade; o apoio à constituição de movimentos semelhantes em outras cidades; e a formação de grupos de trabalho e redes sociais em todo o país.

**SEM CARRO** Em defesa da cultura cidadã, por exemplo, o movimento aderiu à campanha do Dia Mundial Sem Carro, iniciativa adotada pela primeira vez na França em 1997 e comemorada em São Paulo desde 2005, sob a coordenação da Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente (SVMA). No ano passado, a data escolhida foi o dia 22 de setembro, um sábado. Ainda assim, a adesão da população foi baixa: a Companhia de Engenharia de Trânsito (CET) registrou picos de 5 km de congestionamento e a SVMA declarou estado de atenção para os níveis de ozônio no Parque do Ibirapuera e na região da Universidade de São Paulo (USP).

Para Grajew, o mais importante foi a “mensagem passada”, já que o objetivo da campanha é ampliar a participação da população no debate sobre novas perspectivas para São Paulo. Visto por este ângulo, o Dia Mundial Sem Carro foi um sucesso: o Ibope ouviu 850 paulistanos na semana seguinte ao evento e constatou que a campanha teve alta visibilidade, com índices entre 60% e 70% de aprovação entre os entrevistados. **i**

Foto: Jose Gomez/Reuters





## ciência&inovação

# CIRCUITO

### Descentralização

## Pesquisa cresce mais no Norte, Nordeste e Centro-Oeste

Cresce a tendência de descentralização dos grupos de pesquisa no Brasil. O novo censo divulgado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) identificou 21 mil grupos em atividade em 403 instituições, em 2006. Deste total, 50,4% estavam no Sudeste; 23,6% no Sul; 15,5% no Nordeste; 6,1% no Centro-Oeste; e 4,4% no Norte.

No entanto, em comparação com 2004, a taxa de crescimento do número de grupos de pesquisa nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste ficou em torno de 17%, ante um aumento de 5% nas regiões Sul e Sudeste, no mesmo período. Foram registradas 76.719 linhas de pesquisa, principalmente nas áreas de medicina, agronomia, educação, química e física.

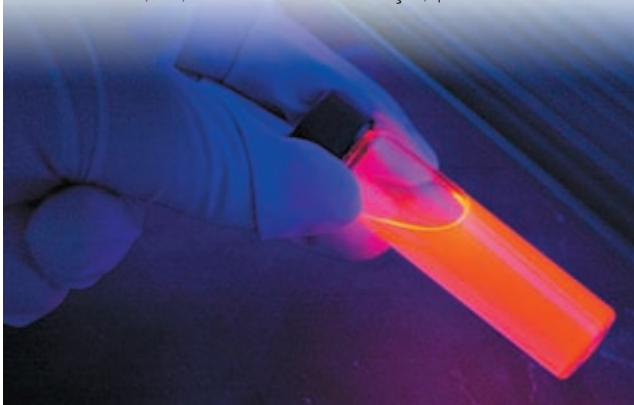


Foto: Sxc.hu

### Parques tecnológicos

## Novo sistema começa a deslançar em São Paulo

O Sistema Parque Tecnológico do Estado de São Paulo começa a deslançar. O vice-governador e secretário de Desenvolvimento, Alberto Goldman, assinou três convênios no valor total de R\$ 5,8 milhões, destinados aos parques de São José dos Campos, São Carlos e São Paulo. Em São José dos Campos, os recursos vão financiar a

implantação de um condomínio empresarial e uma incubadora; em São Carlos, serão utilizados na compra de equipamento de prototipagem rápida, para apoiar o desenvolvimento de micro e pequenas empresas de base tecnológica; e na capital do estado, permitirão a expansão do Centro Incubador de Empresas Tecnológicas (Cietec).

### Etanol

## Surge o primeiro fundo de *private equity* apoiado pela Finep

A Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), aprovou investimentos de R\$ 20 milhões em um fundo de *private equity* para o setor sucroalcooleiro. Batizado com o nome de Terra Viva, o fundo será administrado pela DGF Gestão de Recursos, que vai aplicar R\$ 300 milhões em até dez empresas, nos próximos quatro anos. É o primeiro fundo de *private equity* apoiado pela Finep, uma modalidade de investimento dirigido a empresas de médio porte, já consolidadas no mercado,

mas que ainda não estão prontas para abrir capital na bolsa de valores. Desde 2001, a Finep já comprometeu cerca de R\$ 112 milhões em 12 fundos de *venture capital* e capital semente que beneficiaram, até agora, 31 empresas. Entre 2008 e 2010, a Finep vai destinar R\$ 330 milhões para cerca de 25 fundos de investimentos em empresas inovadoras, o triplo do total aplicado nos últimos seis anos. A expectativa é que seja alavancado mais de R\$ 1,6 bilhão junto a investidores para beneficiar aproximadamente 300 empreendimentos.

### Energia

## BNDES e Vale desenvolvem fontes renováveis

A Vale (ex-Companhia Vale do Rio Doce) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) anunciaram a criação da Vale Soluções em Energia S.A (VSE). A nova empresa vai trabalhar no desenvolvimento de processos de produção de energia de fontes renováveis a partir de pesquisas nas áreas de gaseificação de carvão térmico, de biomassa e da construção de turbinas a gás e motores pesados multicompostíveis. A mineradora

quer utilizar as novas tecnologias para garantir seu abastecimento de energia. A Vale terá 51% do capital, a BNDESPar ficará com 44% e a empresa Sygma Tecnologia, Engenharia, Indústria e Comércio participará com 5%. A VSE vai operar o Centro de Desenvolvimento Tecnológico em Energia, com investimento inicial de R\$ 220 milhões num período de três anos. O Centro será instalado no Parque Tecnológico de São José dos Campos, em São Paulo.



Foto: Divulgação/Vale

## Biofabricação

### Rede une competência de sete países

O Programa Ibero-Americano de Ciencia y Tecnología para el Desarrollo (Cyted), em parceria com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), aprovou a formação da Rede Ibero-Americana de Biofabricação: Materiais, Processos e Simulação (Biofab), com duração até dezembro de 2010. A rede foi criada para reunir centros de pesquisa com competência científica e parceiros privados para a investigação sobre biofabricação, como síntese, processamento de novos processos, desenvolvimento de softwares para matrizes de suporte de engenharia de tecidos, entre outros. A Biofab é formada por Portugal, Brasil, Espanha, Argentina, Cuba, Venezuela e México, em um total de 19 grupos e 158 pesquisadores.



Foto: Divulgação

## Angra 2

### Combustível com maior eficiência energética

Um convênio firmado pela Indústrias Nucleares do Brasil (INB) e a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) prevê a aplicação de R\$ 8,5 milhões no projeto de desenvolvimento de novos combustíveis nucleares, materiais e peças para combustíveis nucleares, por um prazo estimado de três anos. A intenção é desenvolver um novo com-

combustível para Angra 2 e outras centrais nucleares, com maior eficiência energética, ou seja, maior reatividade e menor quantidade de resíduos radioativos. A INB já desenvolveu projeto semelhante em 1999, quando, em parceria com as empresas KNFC e Westinghouse, desenvolveu um novo

combustível para Angra 1 — o 16 NGF (*new generation fuel*), que será incorporado ao núcleo do reator na próxima recarga, prevista para agosto de 2008. O projeto, que será iniciado ainda neste ano, tem a vantagem de promover a nacionalização dos componentes metálicos do novo elemento combustível, como mola, grade, bocais e filtros.

Foto: Divulgação/NASA



## Espaço

### Cientista brasileira descobre estrelas órfãs

Duília Mello, cientista do Centro Goddard de Vôos Espaciais, da Nasa, descobriu um conjunto de estrelas órfãs — aglomeradas na forma de bolhas azuis — entre duas galáxias. Por se tratar de estrelas jovens, com menos de 30 milhões de anos — o que explicaria sua coloração azul —, suspeita-se que elas tenham sido geradas ali, no espaço entre galáxias, no meio do nada. Normalmente, a formação estelar ocorre em zonas de alta densidade de gases que só existem dentro das galáxias. Alguns astrônomos acredi-

tam que as duas galáxias podem ter passado perto de colidir uma com a outra, há 200 milhões de anos, o que criou uma zona de turbulência na área de gás rarefeito, e possibilita que algumas estrelas nascessem na região menos densa. Isso explicaria por que o universo está “poluído” com nuvens de elementos mais pesados que o hidrogênio e hélio, produzidos nos núcleos das estrelas velhas e expelidos na sua morte. Quando isso ocorre dentro da galáxia, a “sujeira” fica contida pela gravidade.

## Endopróteses

### Novos métodos para reparação de órgãos

Um grupo de pesquisadores norte-americanos utilizou campos magnéticos e nanoesferas contendo óxido de ferro para enviar células saudáveis a locais específicos em vasos sanguíneos. Eles introduziram endopróteses (*stents*) de aço inoxidável nas artérias carótidas de ratos e utilizaram campos magnéticos para conduzir as células para o inte-

rior das estruturas. O campo magnético uniforme criou regiões de alta força magnética tanto nas nanopartículas — com 290 nanômetros de diâmetro — como nos *stents*, aumentando a atração entre o óxido de ferro e seu alvo. O estudo, realizado em animais, pode levar a novos métodos de reparação de órgãos humanos lesados ou doentes.

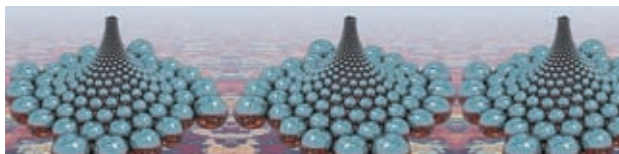


Foto: Divulgação

## livros e publicações

# ESTANTE

## Rui Barbosa, diplomata

O patrono incontestável da diplomacia brasileira é o “sacrossanto” Barão do Rio Branco, que deve figurar num pedestal do Itamaraty, à direita de Deus Pai, sem qualquer concorrente à sua esquerda (e nenhum iconoclasta se apresentou até hoje). No entanto, Juca Paranhos (seu apelido familiar) atingiu a categoria de mito mais por ter protagonizado algumas bem-sucedidas negociações de fronteiras, numa fase de consolidação dos limites geográficos da pátria, do que por ter formulado, propriamente, as bases conceituais da moderna diplomacia brasileira. Por certo, ele sempre é referido quando se trata da escolha sábia de procurar manter boas relações com o gigante hemisférico, ao mesmo tempo que se buscava cultivar, numa boa barganha de equilibrista, nossa interação com a Europa, de maneira a preservar o rico patrimônio histórico trazido pelos novos imigrantes da fase pós-escravidão. Isso tudo, alertava o Barão, sem alienar nosso capital de altos e baixos com a Argentina, que ele pretendia o mais alto possível, desde que garantida a “relação especial” com os Estados Unidos da era Teddy Roosevelt, que recomendava falar macio, mas carregar um porrete para convencer os recalcitrantes. Rio Branco nunca o desaprovou, pelo menos explicitamente.

Poucos se dão conta de que Rui Barbosa, o primeiro ministro da Fazenda da República, deveria ser considerado o “pai intelectual” da moderna diplomacia brasileira: ele deixou um legado de posições, hoje devidamente constitucionalizadas nos primeiros artigos da Carta de 1988. Rui nunca foi um diplomata profissional, mas, se o fosse,

poderia facilmente se acomodar, com sua figura esguia e franzina, à esquerda de Deus itamaratiano, como um legítimo complemento ao redondo Barão. Esta monografia do embaixador Cardim comprova que Rui foi muito maior do que o registrado na literatura da nossa política externa, mesmo sem ter deixado alguma grande obra centrada nessa problemática das relações internacionais. Aliás, parece incrível, mas Rui não deixou nenhum livro publicado, sobre qualquer tema, a despeito de suas “obras completas” – na verdade, coletâneas de artigos e textos diversos – perfazerem 160 volumes. Foi nelas que Cardim mergulhou para escrever a mais completa obra sobre o “diplomata” Rui Barbosa, um orador exímio.

Sua obra de ativo “internacionalista” está dispersa em artigos, pareceres, discursos, orações e preleções jurídicas, tendo sido juriconsulto, consultor e advogado das boas causas: defendeu, por exemplo, o direito da primeira mulher que passou no concurso do velho Ministério das Relações Exteriores (MRE) a ingressar na carreira diplomática, numa fase de misoginia explícita contra as poucas e corajosas candidatas. Sua mais importante ação diplomática está contida em telegramas, na condição de chefe da delegação à segunda conferência internacional sobre a paz mundial, realizada em Haia em 1907. Ele fez uma “dobradinha” de alta qualidade com o Barão, que trocava freqüentes impressões com ele, em telegramas cifrados, sobre os rumos dessa conferência e as posições que o Brasil deveria mais convenientemente adotar, em face do verdadeiro monopólio que as grandes potências exerciam sobre a agenda internacional. Cardim

selecionou os expedientes e organizou um dossiê abrangente sobre a atividade e o pensamento de Rui em temas internacionais.

Sua importância não parece ter sido reconhecida na diplomacia brasileira até recentemente. Curioso é que, a despeito da preeminência do Barão nos anais da Casa, nenhuma de duas pesquisas recentes sobre as grandes personalidades da história brasileira colocou Juca Paranhos entre os cinco primeiros. Em ambas, figura Rui; numa delas em primeiro lugar, um justo reconhecimento pelo seu mérito de verdadeiro modernizador do Brasil, desde cedo um opositor da tutela militar que insistiu em preservar o poder moderador durante a maior parte da República. Cardim nos traz aqui não exatamente o tribuno civilista e defensor da legalidade democrática, mas o defensor da igualdade soberana das nações, que ocupa lugar de destaque na moderna diplomacia brasileira. Poucos são os textos conhecidos dessa vertente diplomática do famoso jurista baiano, que aqui aparecem pela primeira vez resumidos e interpretados por um diplomata bibliófilo, que também é um acadêmico exemplar e um dos grandes editores de livros acadêmicos.

O livro ainda traz belas imagens de época – fotos e uma saborosa iconografia com charges dos mais famosos humoristas brasileiros de um século atrás – e anuncia, além de tudo, novos volumes sobre Rui Barbosa, internacionalista brasileiro, que a Fundação que leva o seu nome publicará. Mas este já é um livro de coleção...

Paulo Roberto de Almeida



**A Raiz das Coisas: Rui Barbosa, o Brasil no Mundo**  
Carlos Henrique Cardim  
Editora Civilização Brasileira, 2007, 350 páginas



# Operário em construção

*“É, nós somos perto de analfabeto, porque a obra é um serviço grosseiro, um serviço que a gente trabalha sujo, é rasgado, é queimando no sol, é se agarrando em cima do pau (...) Ah! ‘Peão de obra, aquilo é um peão de obra’. Quer dizer (que) num tem valor, é a classe que mais trabalha, é quem constrói e não tem direito a nada, o pessoal da obra.”*

*(Raul, 54 anos, carpinteiro da empresa “A”, em depoimento para o livro Trabalhadores pobres e cidadania)*

solados pelos tapumes dos canteiros de obra e carentes de fiscalização das condições de trabalho, os operários encaravam “aquela moça” como uma novidade: seria repórter, assistente social, detetive ou fiscal do trabalho? Marginalizados dos produtos do conhecimento científico, dada a baixa escolaridade, não sabiam que estavam diante da professora Nair Heloisa Bicalho de Sousa, pesquisadora do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), hoje conhecida por sua qualidade acadêmica no doutorado de Sociologia da Universidade de São Paulo (USP) e que nos brinda com o livro *Trabalhadores pobres e cidadania – a experiência da exclusão e da rebeldia na construção civil*. A obra vai muito além da crítica panfletária e nos leva para um cenário muitas vezes descrito com lirismo sem perder o rigor da análise científica.

Nair fez sua pesquisa de 1989 a 1992 entre operários da construção civil do Distrito Federal (DF) e entorno e das cidades de Natal, João Pessoa, Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo. “Esse trabalho trata do processo de formação desse sujeito coletivo através de mediações distintas relacionadas com o mundo da família, do trabalho e a esfera da cidadania”, apresenta ela a certa altura. Só que o estudo nos conquista ainda mais por “um sabor inconfundível de realidade à flor da pele, sociologia que prima por sua utilidade pública”. Encontramos sociologia, história e prosa poética extraída da realidade cotidiana.

A pesquisadora mostra as condições espoliativas do canteiro de obra (longas jornadas, alta rotatividade, relações de trabalho opressivas, disciplina rígida do processo de trabalho, irregularidades no cumprimento da legislação trabalhista, trabalho clandestino, falta de higiene e

segurança nos canteiros de obra e alimentação precária). Para Nair, os operários em construção experimentam uma situação de exclusão que os isola nos tapumes dos canteiros de obra, sob o trato rude dos administradores da produção, onde partilham de situações humilhantes e injustas de forma coletiva, que provocam a sensação de aprisionamento das condições de trabalho. O forte sentimento de exclusão social constituído pela condição operária em que predominam práticas autoritárias das chefias, longas e pesadas jornadas, insalubridade, alto risco de vida e baixos salários situa os trabalhadores em um patamar-limite de sobrevivência e injeta nessa identidade a categoria pobre como parte integrante de sua configuração. A autora promove um resgate histórico de uma época marcada pelo nascimento dos conflitos sociais e uma espiral inflacionária, sobretudo dos preços de gêneros de primeira necessidade, que ocasionava perda do poder aquisitivo da classe trabalhadora.

Contudo, tal qual a poesia de Vinicius de Moraes, chegou uma hora em que “o operário disse não!”. A experiência de não-cidadania ensinou a estratégia espontânea de luta deste setor de classe, uma resposta a injustiças vivenciadas no cotidiano. De início, as reivindicações eram básicas, em um momento histórico pré-tíquete alimentação. Por incrível que pareça, as primeiras insurreições foram causadas por fatores como a má qualidade da comida das cantinas na obra. Nair nos conta que, ao contrário dos quebra-quebras de ônibus e trens suburbanos de propriedade pública, o alvo dos quebra-quebras da construção é a propriedade privada, materializada nas dependências do canteiro e na obra em construção, como expressão da riqueza que marca,

em nossa sociedade altamente hierarquizada, o trabalho diferenciado a pobres e ricos.

A autora se concentra no espaço social do “canteiro de obra”, que, segundo ela, mistura produção, sociabilidade, submissão e resistência, que às vezes se encontra latente, mas uma hora explode. “Não se combate a desigualdade sem confronto”, sentencia. Bebida, brigas e roubos, sabotagem, entupimento dos vasos sanitários, construção de paredes tortas, são essas as armas dos operários indignados com suas condições.

A obra mostra uma trajetória em construção do sujeito coletivo, um novo sujeito social e histórico naquele momento. Eclode a cidadania de protesto, que é analisada pelo livro, com as várias greves operárias, quebra-quebras do metrô do Rio de Janeiro em 1978, além de duas greves operárias em Brasília (1979 e 1998). Em meio à análise sócio-histórica, Nair dá voz a Raimundo, vigia da empresa “D”, a Hermenegildo, pedreiro da empresa “B”, e assim por diante. Mostra a gestação da cidadania, o operário construído, e não apenas o operário em construção.

Marina Nery



**Trabalhadores pobres e cidadania**

Nair Heloisa Bicalho de Sousa  
Editora da Universidade Federal de Uberlândia,  
2007, 258 páginas, R\$ 30,00

Por Jorge Luiz de Souza

# INDICADORES

## O que é?

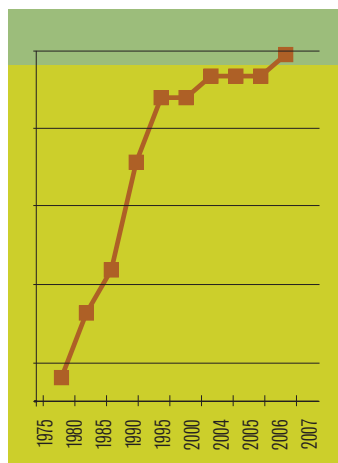
### IDH

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) compara indicadores de países nos itens riqueza, alfabetização, educação, esperança de vida, natalidade e outros, com o intuito de avaliar o bem-estar de uma população, especialmente das crianças. Varia de zero a um e é divulgado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) em seu relatório anual. Na divulgação feita em novembro de 2007, com dados referentes a 2005, o Brasil pela primeira vez alcançou o nível 0,80, passando a integrar o grupo de países com IDH elevado. Países com IDH até 0,499 são considerados de desenvolvimento humano baixo, e os com índices entre 0,50 e 0,799 são considerados de desenvolvimento humano médio.

### Evolução do IDH do Brasil

Índice de Desenvolvimento Humano do Brasil 1975 e a 2007

■ Elevado ■ Médio



Fonte: Pnud

## Análises e previsões

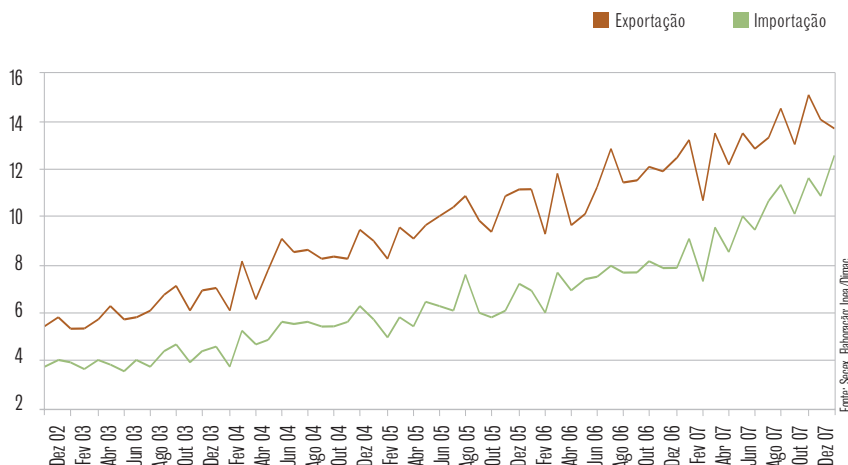
### A nova Carta de Conjuntura

A nova *Carta de Conjuntura*, elaborada pelo Grupo de Análise e Previsões (GAP) do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), que começou a ser publicada trimestralmente a partir de dezembro de 2007, introduziu uma nova sistemática de apresentação das publicações sobre a conjuntura para ampliar o debate sobre os rumos da economia brasileira. A *Carta* traz uma análise dos principais temas econômicos dos três meses precedentes, acompanhada de projeções de importantes indicadores macroeconômicos.

Junto dela, na página do Ipea na internet ([www.ipea.gov.br](http://www.ipea.gov.br)), estão as Séries Estatísticas Conjunturais. Uma vez por ano, em maio, será publicado o *Observatório do Desenvolvimento*, com trabalhos de pesquisa sobre a economia brasileira. Além disso, mensalmente, o Indicador Ipea apresenta a projeção para os resultados da Pesquisa Industrial Mensal (PIM) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que antecipa em cerca de três semanas a variação da produção industrial calculada pelo IBGE.

### Exportação e Importação – Média Diária Mensal

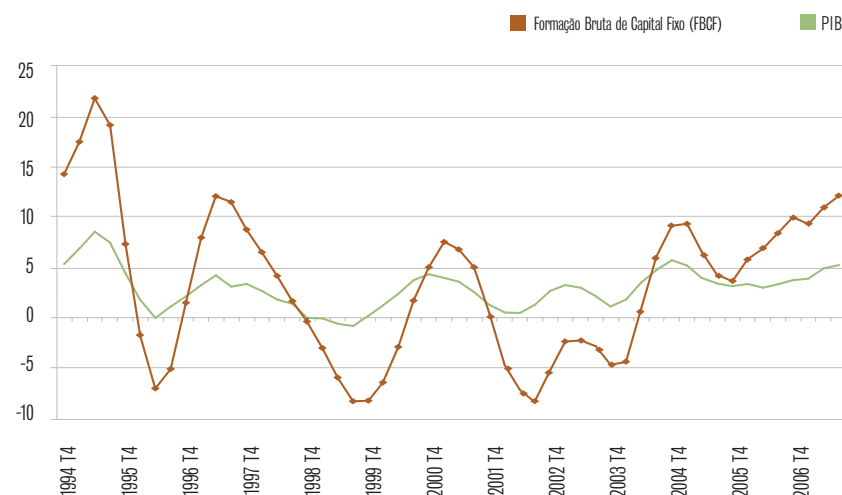
Dados dessazonalizados (em US\$ bilhões)



Fonte: Snes. Elaboração: Ipea/Dinac

### PIB X Investimentos

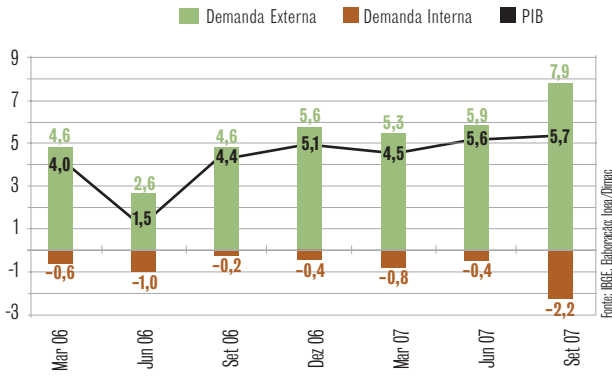
Taxa de crescimento acumulada em quatro trimestres (%)



Fonte: IBGE. Elaboração: Ipea/Dinac

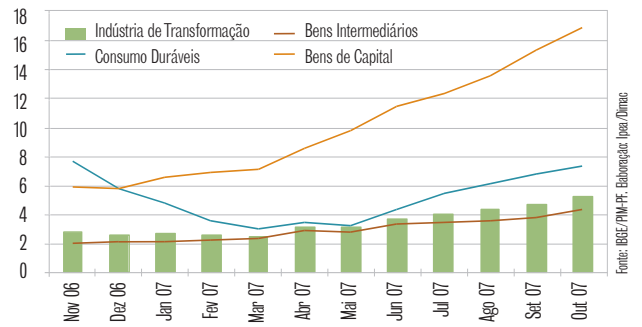
**PIB – Contribuição ao Crescimento no Trimestre**

(Em relação ao mesmo trimestre ano anterior, %)



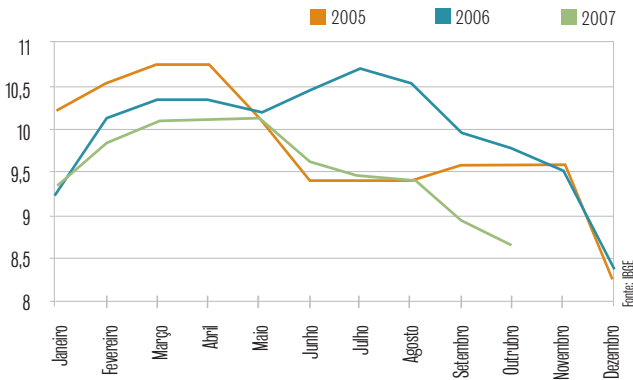
**Produção Física da Indústria de Transformação: Bens de Capital Versus Bens de Consumo Duráveis**

(Variação acumulada em 12 meses, em %)



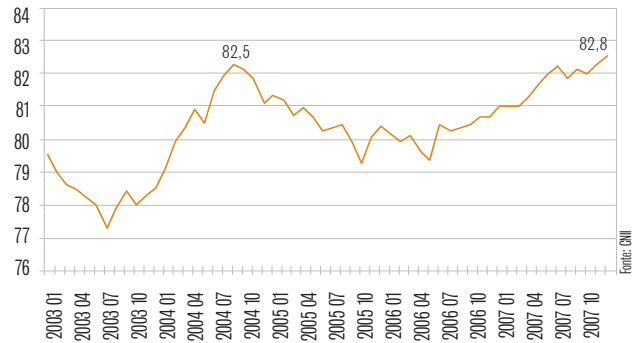
**Taxa de desemprego**

(Em %)



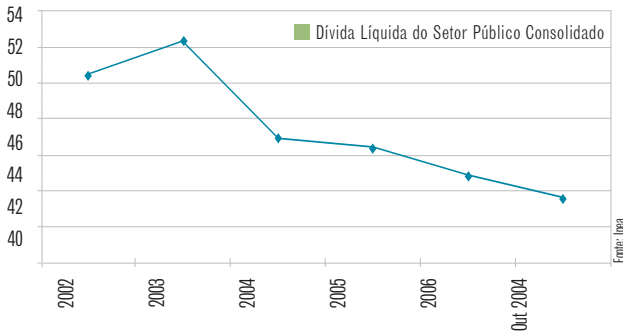
**Nível de Utilização da Capacidade Instalada – Indústria da Transformação**

(Em %)



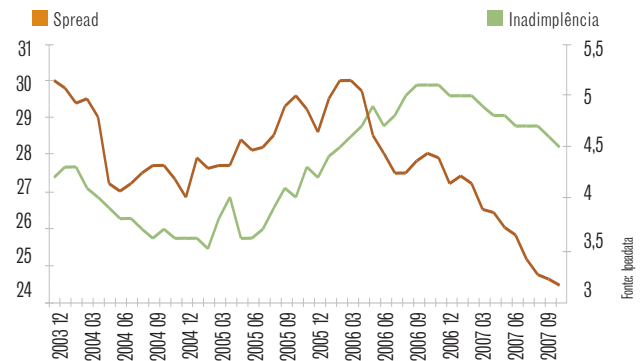
**Evolução da Dívida Líquida do Setor Público Consolidado e da Dívida Líquida e Bruta do Governo Geral – 2002–out/2007**

Em % do PIB



**Spread X Inadimplência**

Em %



**Estados Unidos – Taxas de Juros Libor e Tesouro**

3 meses – em %





# CARTAS



Achei excelente a reportagem de capa da última edição (nº 38) da revista **Desafios**, sobre a nova TV Pública. Tenho grande admiração pelo ministro Franklin Martins e confio que ele, de fato, fará a nova rede de emissoras prestar um grande serviço à cidadania.

**Pedro Correia**  
Atibaia/SP

No artigo da edição nº 36 da revista **Desafios do Desenvolvimento** intitulado "A Sustentabilidade das Pessoas Simples", as artesãs de Alto Alegre, cujas histórias foram transformadas pelo comércio solidário, me fizeram lembrar das muitas famílias no sertão paraibano que também estão podendo planejar e produzir seu futuro, "afastado o imperativo diário de pensar unicamente na sobrevivência". Através de tecnologia social premiada recentemente, estas famílias têm acesso à água tratada, que não só lhes permite sobreviver, mas também produzir e virar protagonistas de suas histórias, finalmente.

O Centro de Educação Popular e Formação Sindical (CEPFS),

A correspondência para a redação deve ser enviada para [desafios@ipea.gov.br](mailto:desafios@ipea.gov.br) ou para SBS Quadra 01 - Edifício BNDES - Sala 906 - CEP: 70076-900 - Brasília - DF

cuja liderança foi reconhecida com o Prêmio Von Martius de Sustentabilidade, torna este trabalho possível por meio de sua genialidade na criação e implementação de sistemas familiares de captação, armazenamento e tratamento de água da chuva, a baixo custo, para consumo humano e irrigação no sertão da Paraíba.

O Prêmio Von Martius de Sustentabilidade, apresentado pela Câmara de Comércio e Indústria Brasil-Alemanha, reconhece o mérito de iniciativas que promovem o desenvolvimento econômico, social e cultural com respeito socioambiental. O CEPFS dividiu o Prêmio na área Humanidade com o Instituto O Boticário e Globo Ecologia.

Gostaria de propor, neste momento tão pontual, uma matéria ou entrevista que conte o trabalho do CEPFS na criação e disseminação de tecnologias sociais que permitem a agricultores e agricultoras do sertão paraibano captar água da chuva e resgatar a cidadania.

A proposta começou em 1994, a fim de desenvolver, juntamente com agricultores do semi-árido, várias tecnologias sociais adaptadas à sua realidade. Hoje, já beneficiou mais de 900 famílias, que antes não tinham acesso à água tratada em suas próprias casas, através da construção de cisternas e capacitação para o manejo adequado da água e gestão financeira. O impacto deste trabalho inclui maior produtividade, redução e prevenção de doenças.

É importante destacar que a inovação principal está na forma de trabalhar. Para o CEPFS, a tecnologia não é um fim, mas um meio. Seu uso permite um

despertar das famílias como proprietárias, como consumidoras e também como gestoras do meio ambiente, que necessita ser trabalhado e utilizado sob uma perspectiva sustentável.

O CEPFS também capacita e empodera os agricultores e agricultoras familiares da região para gerenciarem seus recursos através da metodologia de Fundos Rotativos Solidários. Nesse processo as famílias recebem apoio para o desenvolvimento de tecnologias de convivência com a realidade semi-árida, de acordo com a necessidade e adequação de suas propriedades e se comprometem a devolver esse apoio para um Fundo Rotativo Solidário objetivando o desenvolvimento comunitário. O Fundo Rotativo Solidário é uma poupança comunitária, formada a partir de apoios externos ou da contribuição das famílias que desejam se organizar na comunidade.

O CEPFS tem sido reconhecido por entidades nacionais e internacionais pela sua capacidade de desenvolver tecnologias inovadoras, a partir do contexto e conhecimento da realidade local, e usá-las como ferramenta para o empoderamento e a autogestão dos agricultores com quem trabalha. Em 2006, a Brazil Foundation, organização

que gera recursos nos Estados Unidos para investir em ações da sociedade civil no Brasil, financiou este trabalho e continua a apoiá-lo até hoje.

**Alice do Valle,**  
Comunicação  
Brazil Foundation/CEPFS  
Rio de Janeiro/RJ

Numa próxima oportunidade, se houver, gostaria de ver publicado na revista **Desafios do Desenvolvimento** alguma matéria, estudo, argumentação, crítica, a respeito do Imposto sobre Grandes Fortunas, constante de nossa Constituição. Não consigo entender por que o assunto está parado há 20 anos, sem que ninguém toque no assunto, ainda mais agora, quando se ensaia (novamente, e provavelmente mais uma vez nada se fará) uma reforma tributária. Será que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva é a favor ou contra esse imposto? Por enquanto, só apareceram os que atacam (e conseguiram parar o debate em torno do assunto). Será que ninguém é favorável? Por que funciona em vários outros países?

**Antonio do Vale**  
São Paulo/SP

## Aos leitores,

**Desafios do Desenvolvimento** agradece as pautas sugeridas por diversos leitores que escreveram. Todas aquelas que atenderem à linha editorial da revista serão analisadas e apuradas pela equipe de reportagem no devido tempo.



Acesse o conteúdo da revista **Desafios do Desenvolvimento** no endereço:  
[www.desafios.ipea.gov.br](http://www.desafios.ipea.gov.br)